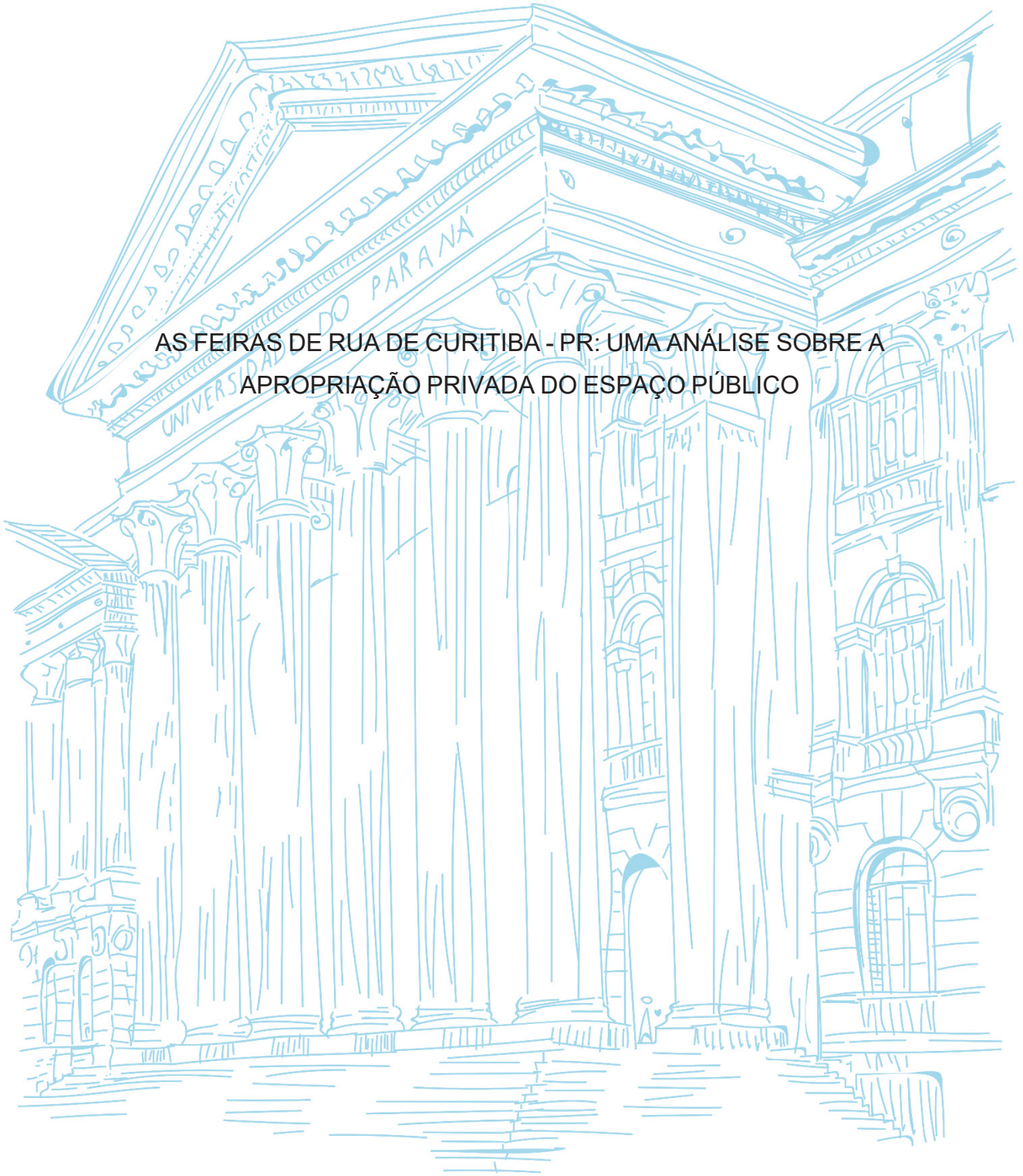


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA

AS FEIRAS DE RUA DE CURITIBA - PR: UMA ANÁLISE SOBRE A  
APROPRIAÇÃO PRIVADA DO ESPAÇO PÚBLICO



CURITIBA

2024

THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA

AS FEIRAS DE RUA DE CURITIBA - PR: UMA ANÁLISE SOBRE A  
APROPRIAÇÃO PRIVADA DO ESPAÇO PÚBLICO

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano - PPU, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla  
Rosaneli

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Oliveira, Thaís de Araújo

As feiras de rua de Curitiba - PR: uma análise sobre a apropriação privada do espaço público / Thaís de Araújo Oliveira. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

Orientador: Alessandro Filla Rosaneli

1. Feiras livres – Curitiba (PR). 2. Espaços públicos.. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. III. Rosaneli, Alessandro Filla. IV . Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO  
URBANO - 40001016104P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **THAÍS DE ARAÚJO OLIVEIRA** intitulada: **AS FEIRAS DE RUA DE CURITIBA - PR: UMA ANÁLISE SOBRE A APROPRIAÇÃO PRIVADA DO ESPAÇO PÚBLICO**, sob orientação do Prof. Dr. ALESSANDRO FILLA ROSANELI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

19/12/2024 13:42:56.0

ALESSANDRO FILLA ROSANELI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

18/12/2024 23:18:10.0

SYLVIO FAUSTO GIL FILHO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - PPGGEOGRAFIA)

Assinatura Eletrônica

20/12/2024 19:17:25.0

LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

Avaliador Interno (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO)



À Vovó, Dona Zuleide, cuja pergunta “por que estás indo estudar tão longe, minha filha?” me faz lembrar minhas motivações e me dá coragem de continuar. Dedico a ti tudo o que importa, vovó.

## AGRADECIMENTOS

Não sei dizer em qual momento foi, mas sem dúvida estava sentindo dificuldades. Não estava fácil. Mas o momento que a chave virou existiu e o que aconteceu foi: minha motivação deixou de ser o sabor vivido quando olhei o resultado dos ingressos da turma de 2022 e encontrei meu nome lá, minha motivação se transformou na visão da Thaís de 2024 subindo a escadaria do prédio histórico da maior do Sul do mundo para tirar a clássica foto entre os pilares imponentes.

A partir disso, galgando aos poucos, a pesquisa foi nascendo. Pude ver que, em meio ao turbilhão que é desbravar um Mestrado em Universidade Pública, cada passo é semente e olhar para trás para ver o que foi plantado é muito satisfatório. Me ative a colheita, não nos passos duros do processo de pesquisa. A satisfação de o fruto ser compartilhado e saber que ele vai além de mim é indescritível.

Embora seja um navegar bastante solitário, muitos ventos me sopram.

Minha gratidão primeira e imprescindível é da minha irmã Chrys, que não deixou o meu lado, teve a paciência de ouvir as ideias que eu tinha e o percurso que trilhei, dona dos melhores pitacos acadêmicos, além disso, se mostrou sendo uma excelente orientadora e inspiração acadêmica, lendo e relendo esta pesquisa para que me guiasse nessa trajetória. Cada vez que compartilhamos conhecimento e observações foi de grande luz nas minhas ideias e me motivou a sustentar a forma que eu gostaria de compartilhar o meu saber. Ela é minha maior inspiração para escrever e viver pesquisas, minha urbanista favorita. Que, além dos traços, eu possa espelhar um percurso acadêmico bacana como o dela.

Aos meus pais, Rosana e Alex, que me inspiram sempre a buscar conhecimento e seguir meus sonhos. A confiança de vocês no caminho que escolho me faz corajosa. Obrigada por sempre dividirem comigo a emoção de alcançar meus objetivos e sonhos. Nunca vou esquecer quando pulamos de alegria quando entrei na Graduação, quando rimos enquanto eu chorava de encanto por ingressar no Mestrado e anseio a próxima emoção quando chegar a vez do Doutorado, quem sabe.

Aos meus amigos, que não deixaram de ser apoio emocional e estiveram comigo quando achei que eu não conseguiria. Por causa deles eu sei que minha pesquisa já alcançou além de mim e ocupa outros espaços. Que o conhecimento que dividi possa ser lembrado.

À CAPES, pelo auxílio financeiro, que possibilitou o suporte que todo estudante deveria ter oportunidade. Que todo pesquisador possa ser reconhecido e receber investimento para que a pesquisa no Brasil seja valorizada cada vez mais.

Ao meu orientador, professor Alessandro Filla e aos professores do PPU que durante o Mestrado instigaram em mim uma vontade incalculável de aprender e a importância de explorar disciplinas variadas. Sem dúvidas me inspiram a ter pensamentos plurais e multidisciplinares.

Aos colegas de turma, especialmente, aos também orientandos do prof. Alessandro, que dividiram alegrias, angústias e encorajamento durante o processo. Nossas partilhas sempre me arrancam sorrisos, risadas e saberes, além de trazer alívio ao coração aflito na reta final.

A Universidade Federal do Paraná, que me acolheu e permitiu que eu vivesse tantas experiências enriquecedoras durante a Graduação e no Mestrado. Ser filha desta instituição é de grande orgulho e uma realização tamanha. Ter conhecimento aprendido de Norte a Sul é um privilégio.

## RESUMO

Ao falar do espaço público, se fala de uma realidade que abrange com complexidade os aspectos da diversidade econômica, ambiental, cultural, urbanística, arquitetônica, política e social, atrelando-se a cultura na percepção da cidade. À vista disto, as feiras de rua, aqui são tidas como o elemento chave para a dinâmica urbana e para o espaço público, sendo personagem/objeto de análise fundamental destes atravessamentos por permear o espaço e dialogar nas questões relativas a convenção entre público e privado. Surge, então, a questão central: como acontece a relação entre os domínios público e privado em feiras e quais são os limites da apropriação privada do espaço público? Para responder esta questão se tem os seguintes objetivos: caracterizar os espaços públicos e feiras de rua; compreender como a cultura se manifesta neste recorte e sua colaboração; entender como o poder público lida com a permissão de uso como espaço privado dentro do espaço público e suas implicações no planejamento urbano. Metodologicamente, a investigação parte do viés dialético, procedendo por pesquisa bibliográfica pautadas nas contribuições já existentes sobre o tema. Após isso, a análise qualitativa é obtida por meio de pesquisa de campo, para apreensão da formação da teoria formulada sobre os espaços públicos, feiras de rua e também sobre a cultura. Como resultado, se encontrou um paradigma pouco percebido da apropriação privada do espaço público, se evidenciou o cenário no qual as modalidades de planejamento e gestão conjunta está pautado e o propósito dos limites da concessão, que resguarda os direitos fundamentais dos cidadãos e mantém a imagética de Curitiba.

Palavras-chave: espaço público. feira de rua. dinâmica público-privado. cultura.

## ABSTRACT

When it comes to public space, it means a reality that complexly embraces aspects of economic, environmental, cultural, urban planning, architectural, political and social diversity, linked to culture in the perception of the city. Therefore, Street Markets are seen, in this investigation, as the key element for urban dynamics and public space, being a character/object of fundamental analysis of these traversing subjects as they permeate the space and dialogue on issues relating to the convention between public and private. The central question then arises: how does the relationship between public and private domains happen at Street Markets and what are the limits of private appropriation of the public space? To answer this question, the following objectives are set: to characterize public spaces and Street Markets; to understand how culture manifests itself in this space and its collaboration; to understand how public authorities deal with the permission of private space within public space and its implications for urban planning. Methodologically, the investigation starts from a dialectical base, proceeding through bibliographical research based on existing contributions on the topics. Subsequently, the qualitative analysis is obtained through field research, to understand the formation of the theory formulated on public spaces, Street Markets and also on culture. As a result, a little-perceived paradigm of private appropriation of public space was found; the scenario in which the modalities of joint planning and management happens are defined; and the purpose of the limits of the permission is achieved, limits that protects the fundamental rights of citizens and maintains the imaged of Curitiba.

Keywords: public space. street fair. public-private dynamics. culture.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produtos encontrados em feira local de Macapá - AP: tucupí e jambú. .....	19
Figura 2 - Feira de inverno da Praça Osório, Curitiba – Paraná.....	21
Figura 3 - Souvenirs com os ícones culturais de Curitiba. ....	22
Figura 4 - Feira tradicional do caranguejo em Macapá vendendo produtos regionais.....	23
Figura 5 - Feira do bairro Água Verde durante a noite. ....	30
Figura 6 - Tríade de Henri Lefebvre .....	32
Figura 7 - Barraca na Feira do Largo da Ordem vendendo lembranças de Curitiba.....	39
Figura 8 - Feira de rua com artigos de praia no Rio de Janeiro - RJ.....	43
Figura 9 - Flanelinhas que atuam na esquina da Feirinha Alexandre Gutierrez em Curitiba - PR.....	44
Figura 10 - Fechamento de via para a Feira Dom Pedro I no bairro Água Verde em Curitiba.....	45
Figura 11 - Baile Charme da comunidade preta de Belo Horizonte no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, ao lado da Feira Hippie, expressão da cultura local. ....	46
Figura 12 - Feira em rua próxima ao Jardim Botânico de Curitiba. ....	47
Figura 13 - Esquema básico sobre o Circuito Economia.....	48
Figura 14 - Feira popular em rua ao lado do Mercado Central de Macapá-AP.	49
Figura 15 - Manifestação artística na Feira Hippie de Belo Horizonte - MG.....	51
Figura 16 - Inserção de "food trucks" em Feira de rua de Curitiba - PR.....	52
Figura 17 - Ensaio de grupo de batuque na Feira Hippie de Belo Horizonte - MG. ....	55
Figura 18 - Venda de frutas e verduras na Feira da Praça do Japão em Curitiba - PR.....	57
Figura 19 - Venda de produtos agrícolas e caseiros. ....	58
Figura 20 - Trailer de produtos alimentícios na Feira Diurna do Bigorrião, Curitiba - PR.....	60
Figura 21 - Feira de Artesanato do Largo da Ordem.....	61

Figura 22 - Pessoas assistindo performance musical a Feira do Largo a Ordem. .....	63
Figura 23 - Venda de quadros com temática de Araucárias, árvore símbolo do Paraná.....	63
Figura 24 - "Capistel": pastel em formato de capivara, referência da cultura paranaense, vendido nas Feiras de Curitiba.....	66
Figura 25 - Paisagem Urbana de Curitiba: Paço da Liberdade/Praça Generoso Marques. ....	70
Figura 26 - Festival de Jazz realizado na Praça Afonso Botelho gratuitamente. .....	71
Figura 27 - Feira de rua em frente a conjunto de sobrados em rua sem saída próximo ao Jardim Botânico de Curitiba.....	72
Figura 28 - Manifestações políticas em 2018 na Praça Santos Andrade em Curitiba.....	76
Figura 29 - Fluxo de trânsito de veículos no Centro de Curitiba.....	77
Figura 30 - Feira do Largo da Ordem: espaço apropriado por pessoas e para pessoas.....	83
Figura 31 - Ação de conscientização contra a privatização de locais públicos em pista de skate em Curitiba pela Federação dos Trabalhadores de Empresas de Crédito do Paraná (Fetec-CUT-PR). ....	84
Figura 32 - Concentração de condomínios fechados no bairro Campo Comprido em Curitiba.....	85
Figura 33 - Feira do Bairro Vila Izabel com venda de produtos alimentícios por volta das 20h.....	88
Figura 34 - Feira Hippie de Belo Horizonte (BH): referência brasileira no processo de apropriação das ruas por Feiras Livres Culturais. ....	90
Figura 35 - Tríade Vivido, Percebido e Concebido de Lefebvre – Feira do Largo da Ordem. ....	105
Figura 36 - Uso das calçadas como "depósito" dos produtos durante a permanência de feira de rua.....	106
Figura 37 - Feira em frente a shopping de Curitiba. ....	109
Figura 38 - Fechamento de rua para instalação de Feira no bairro Água Verde. .....	110

Figura 39 - Venda de pinhão, produto característico local, comumente comercializado no outono/inverno.....	111
Figura 40 - Feira da Praça Osório, que reúne barracas de diversas origens/países.....	116
Figura 41 - Carro acessando a entrada da Feira do Batel para embarque/desembarque de cliente de transporte por aplicativo.....	117
Figura 42 - Feiras sendo utilizadas para circulação e tendas com mesa e cadeira para consumo de produtos na Feira do Batel.....	118
Figura 43 - Tubo de ônibus próximo à Feira Noturna do Batel.....	118
Figura 44 - Feira Alexandre Gutierrez com toldos que protegem os itens vendidos e a circulação de pedestres. ....	120
Figura 45 - Circulação de pessoas na Feira de rua.....	121
Figura 46 - Feira Dom Pedro I às 8h. ....	122
Figura 47 - Venda de artesanato por estrangeiros de maneira informal nas esquinas de ruas próximas à Feira do Largo da Ordem. ....	124
Figura 48 - Fechamento de rua e instalação de banheiro químico que serve a feira. ....	125
Figura 49 - Pessoas conversando na rua próximo à feira. ....	126
Figura 50 - Rota dos principais pontos turísticos de Curitiba. ....	131
Figura 51 - Publicidade sobre a Feira Especial de Natal da Praça Osório nas redes sociais da PMC. ....	133

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapeamento da Feiras em Curitiba – PR.....	59
Mapa 2 - Localização das Feiras visitadas.....	112
Mapa 3 - Mapeamento da Concentração de Feiras em Curitiba – PR.....	115
Mapa 4 - Síntese Urbana.....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bairros com maior concentração de renda e diferença entre os anos 2000 e 2010. ....	128
--	-----



## LISTA DE SIGLAS

CURITIBA TURISMO	Instituto Municipal de Turismo de Curitiba
DIRETRAN	Diretoria de Trânsito
FCC	Fundação Cultural de Curitiba
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PAIC	Programa de Apoio e Incentivo à Cultura
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PPP	Parceria Público-Privada
SMSAN	Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
SMU	Secretaria Municipal do Urbanismo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	26
1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS .....	27
1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS .....	28
1.3.1 A leitura do espaço pelo “vivido, concebido e percebido” de Henri Lefebvre	31
1.4 A PRÁTICA CULTURAL COMO APOIO METODOLÓGICO PARA OBSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	33
<b>2. DA VIVÊNCIA À MALHA URBANA: O DESENVOLVIMENTO DAS FEIRAS DE RUA.....</b>	<b>43</b>
2.1 O JEITO BRASILEIRO DE FAZER FEIRA: HISTÓRIA E SIGNIFICADOS .....	46
2.2 AS FEIRAS DE RUA NO CONTEXTO CURITIBANO .....	56
<b>3. FÍSICO, SIMBÓLICO E POLÍTICO: PERSPECTIVAS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO .....</b>	<b>69</b>
3.1 DAS DEFINIÇÕES E ENTRAVES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO DA RUA .....	73
3.2 A PRIVATIZAÇÃO DA VIDA URBANA: O QUE É PÚBLICO, A RELAÇÃO PÚBLICO <i>VERSUS</i> PRIVADO E SEUS REFLEXOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....	80
3.2.1 O que é público e as transformações do espaço a partir da relação público <i>versus</i> privado.....	81
3.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: FERRAMENTAS PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO .....	93
3.4 A DINÂMICA PÚBLICO-PRIVADO EM CURITIBA: A RELAÇÃO NO PAPEL ....	97
<b>4. ALÉM DOS DECRETOS: UMA LEITURA URBANA SOBRE AS FEIRAS E A CULTURA FEITAS PELOS CIDADÃOS .....</b>	<b>105</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>







## 1. INTRODUÇÃO

Não é possível introduzir esta dissertação sem falar do espaço que me ocupa.

O Norte, no Sul.

As coordenadas de uma pesquisa se alteram conforme se pensa e explora os assuntos possíveis e as curiosidades despertam. Por algum tempo me perguntei o que as feiras de rua tinham a ver com o meu desejo íntimo de explorar espaços públicos do Norte do país, mais especificamente de Macapá – Amapá, de falar sobre os personagens, cheiros, imagens, práticas e símbolos que eu poderia encontrar no espaço de lá, que é de onde venho. As feiras de rua remontam paisagens específicas em minha memória, que diferem do que se vê em Curitiba – Paraná, palco das discussões a serem abordadas nesta investigação, sendo este o espaço que hoje habito e que me habita.

Do flunar e das memórias de feira, o cenário que vem a minha mente é outro e traz a devoção ao saber e ao sabor do cotidiano local do Norte: a feira é à beira do Rio Amazonas, está nos barcos carregados de mercadorias vindo das ilhas ao redor do Amapá ou do Pará, está nos cestos apinhados do fruto do açaí vindo do interior, na falação em busca do melhor preço do camarão às 5h da manhã, com a maré alta se preparando para ir e fazer a orla virar praia. A feira também está no preparo de um almoço de família, na busca entre barraquinhas fixas de madeira, seja no Centro, seja nos bairros mais periféricos, pelo peixe fresco, pelo tucupí e pela chicória (figura 1).

Figura 1 - Produtos encontrados em feira local de Macapá - AP: tucupí e jambú.



Fonte: a autora (2024).

No Amapá, de onde venho, a feira é cotidiano. Ela salienta a importância em dar continuidade ao consumo de alimentos da região, reforça hábitos locais, como o consumo de frutos do mar e açaí e tem papel expressivo na questão econômica. Como apontado por Vieira (2003), as feiras são relevantes fontes de renda para diversos comerciantes, sendo para muitos, a única renda ou complementação dela, além de ser a renda para subsistência daqueles à margem do mercado de trabalho. A venda na feira da manhã é a farinha do pirão da noite.

Lima e Santos (2014) reforçam que a feira fortalece a cultura local e os modos de produção tradicionais, por exemplo, a pesca de camarões de água-doce nos estados do Amapá e Pará, considerada uma atividade artesanal, possui significância também social, em razão do envolvimento de uma parcela significativa de famílias ribeirinhas em todos os elos da cadeia produtiva.

No Norte a feira tem seu papel simbólico, sendo usada como espaço de resistência amazônica e até como porta de entrada para se conhecer mais da



cultura local, nacionalmente e internacionalmente. Ela é identidade de povos, é o prato na mesa e, muitas vezes, é uma paisagem com rios e marés.

Em Macapá, uma das principais feiras é a Feira da Rampa do Açaí, localizada na orla da cidade, próximo ao Complexo da Fortaleza de São José de Macapá, reforçando a conexão local com a dinâmica que envolve os rios, consumo de açaí e pescado. De acordo com Kuwahara (2019), a construção da Rampa do Açaí, com intuito de ser um atracadouro para os produtos vindos das regiões próximas, aconteceu em meados da década de 80, século XX, durante os governos de Annibal Barcellos (1979-1985 e 1991-1995), sendo essa a época do planejamento embelezador para a orla da cidade. Brito e Cantuária (2014) pontuam que o processo de construção foi finalizado em 1990, concomitante à consolidação do bairro Santa Inês como área turística e de lazer, composta principalmente por bares, onde o maior atrativo é a vista para o Rio Amazonas.

Quando se fala do Pará, a Feira do Ver-o-Peso em Belém, situada no Complexo Arquitetônico e Urbanístico do Ver-o-Peso que data 1625, é reconhecida por sua diversidade de produtos regionais e nacionais comercializados nos setores que formam a feira. Para Gomes (2023), esta Feira é um microcosmo marcado pela interface de elementos da cultura e do espaço-tempo urbano, rural e ribeirinho, tendo o título de maior feira livre da América Latina, além de exercer forte impulso atrativo em visitantes e turistas, que buscam conhecer a cultura amazônica.

Assim, a feira no Norte é um dos principais veículos para a identidade das cidades da Amazônia, permeando o imaginário social, reforçando tradições construídas pela força de seus agentes. Como falado por Gomes (2023), não é um objeto estático ou meramente utilitário, mas também um

espaço socialmente produzido que convida para vivenciar experiências ricas, nas trocas, nas interações sociais, no contato com o conhecimento produzido, nos costumes, na sua singularidade e na simbologia única de seus produtos, recursos e agentes, reunidos numa tradição.

Não tem pastel, tem peixe frito e açaí.

Enquanto isso, no Sul a cena se transforma (figura 2). Tomando o início da observação em Curitiba, se troca o caldo de cana no verão por quentão no inverno, na busca pelo aconchego e calor nas mãos durante um passeio, as cascas de pinhão são acumuladas nos potinhos comprados nas barracas, os

turistas param e fazem fotografias, o cheiro é de pastel frito na hora, em algumas feiras há barraca de comidas típicas de variados países, expressão da forte imigração no Sul do Brasil e, por que não se aproximar destes outros lugares por meio da comida vendida? No dia seguinte essas feiras não estarão mais erguidas, pois outras programações virão, mas enquanto ali estão, o artesanato e outros itens são memórias postas nas geladeiras ou nos molhos de chaves, representando a cidade e o turismo, parte do que compõe a chamada cidade-modelo<sup>1</sup>.

Figura 2 - Feira de inverno da Praça Osório, Curitiba – Paraná.



Fonte: a autora (2023).

Ambos os cenários destacam como o espaço assimilado é também resultado de práticas coletivas, das expressões de uma comunidade e pela própria reprodução das relações sociais estabelecidas na dinâmica da cidade. Portanto, as características observadas nas feiras de rua de lá e daqui e o modo como se recortam em cada local é resultado da dependência do tempo e das forças que nele atuam, podendo se formar a partir da aceitação e recusa das

---

<sup>1</sup> De acordo com Bonini (2006), década de 1960 se configurou como a fase de planejamento da cidade, pois, Curitiba começava a entrar na história dos Planos Diretores e suas experiências seriam modelo para outras cidades do Brasil. No processo de consolidação e construção da imagem da cidade de Curitiba esse e alguns outros nomes foram dados, como: cidade planejada, capital ecológica, etc, reforçando o marketing do planejamento urbano.

dinâmicas nele presentes, além das atividades nele instituídas, ou seja, seu desenvolvimento depende da sociedade.

Desta maneira, o espaço é constituído como reflexo da totalidade, retratando quem o ocupa e a sociedade no qual é inserido. Para Santos (2002, p. 122), “o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”. Essa perspectiva destaca o espaço geográfico não apenas como um cenário estático, mas como um campo de forças em constante transformação, moldado pelas práticas sociais, econômicas e culturais das sociedades humanas.

Sem olhar assim, pouco tinha percebido que o que gostaria de observar no Norte, também tem no Sul. Nas reflexões primeiras buscando entender o ponto no qual meu objeto de partida (projeto de pesquisa) e meu objeto de chegada (dissertação) se encontravam, enxerguei cenários tão distintos em aspectos locais e regionais, que perambulam no tempo e na sociedade de maneiras díspares, contudo, ambientados em palco tão similar: o espaço público. Porém, este espaço apontava as diferenças entre pólos que guiam trocas tão significativas para a permanência do espaço público e para o planejamento urbano: a cultura (figura 3).

Figura 3 - Souvenirs com os ícones culturais de Curitiba.



Fonte: a autora (2023).



Para Hall (1997), a cultura é fundamental nas ciências humanas e sociais, visto que os estudos das linguagens, da literatura, das artes, fundamentaram o tema, embora se entenda que tais estudos têm um conjunto distinto de significados. Nesta investigação, a cultura visa nutrir igualmente o campo do planejamento urbano e a discussão sobre espaço público, bem como as relações significadas neste espaço por carregar no tempo as marcas para se entender as dinâmicas da cidade com suas as culturas particulares e considerar que a grande variação delas influencia e estrutura, a sociedade e o espaço (figura 4), pois, conforme Santos (2006, p. 7),

a história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, seja movidas por suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mais frequentemente por ambos os motivos. Por isso, ao discutirmos sobre cultura temos sempre em mente a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência. São complexas as realidades dos agrupamentos humanos e as características que os unem e diferenciam, e a cultura as expressa (Santos, 2006, p. 7).

Figura 4 - Feira tradicional do caranguejo em Macapá vendendo produtos regionais.



Fonte: a autora (2024).

Não é à toa que, em razão da cultura, Mestre Damasceno e Dona Onete cantam sobre uma feira distinta, única, recortada no calor do Norte e nos traços da Amazônia, ao som do carimbó:

*“Lá na Feira do Veropa  
Lá na Feira do Veropa  
Aonde não falta açáí  
Tem pirarucu, camarão e maniçoba”*

A discussão se aprofunda ao evidenciar que a existência destas várias culturas provoca e influencia a construção do público e do privado, mas além disso, corroboram para um encadeamento entre essas esferas. Santos (2006, p.8), concorda, então, que “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido às suas práticas, costumes, concepções e as transformações”. Em paralelo, quanto às especificidades locais, tão importantes para a abordagem deste estudo, Clara Nunes retrata com seus acordes uma outra feira, na perspectiva do Rio de Janeiro com outros costumes:

*Eu tenho pra vender, quem quer comprar*

*Bolo de milho broa e cocada*

*Eu tenho pra vender, quem quer comprar*

*Pé de moleque, alecrim, canela.*

Clara Nunes. Feira de Mangaio. Rio de Janeiro: Odeon. 1979.

Epistemologicamente, a cultura não se sobrepõe às outras dimensões sociais, como a política, a econômica, a educacional, entretanto, esta dimensão tem seus atravessamentos em toda e qualquer prática social, podendo se expressar no planejamento urbano e na criação ou manutenção dos espaços públicos.

Para DaMatta (1997, p. 25), “cada sociedade ordena aquele conjunto de vivências que é socialmente provado e deve ser sempre lembrado como parte e parcela do seu patrimônio como os mitos e narrativas”, estes elementos situam as dimensões cotidianas e os valores da comunidade, e ainda, “exercendo também uma forma complexa de pressão sobre todo o sistema cultural”.

A feira de rua, destarte, faz parte destas dimensões, sendo personagem/objeto de análise fundamental destes atravessamentos por permear o espaço e dialogar nas questões públicas e privadas ao ocupar a cidade. Deste pressuposto, a rua é tida como o elemento chave para a dinâmica urbana e para o espaço público, sendo aporte para as atividades do cotidiano, comércio, lazer, entre outros. À vista disto, as feiras formam o palco perfeito do encontro entre o espaço público, as práticas sociais frutos de traços culturais a



serem explorados e um planejamento urbano desenhado em convenção entre público e privado.

Surge, então, a **questão** central para esta pesquisa: **como acontece a relação entre os domínios público e privado em feiras e quais são os limites da apropriação privada do espaço público?** O que se observa, num primeiro momento, são as feiras tomando as ruas e as praças durante vários horários do dia, transformando o espaço público e sua dinâmica ao serem fechados para os carros e abertos para os pedestres tomarem conta em uma apropriação concedida.

Neste sentido, a tríade espaço público, rua e feiras livres dialoga para entender estas questões, por meio de percepções da manifestação da cultura na feira, vista aqui como subsídio da manutenção da relação apontada.

Por fim, em Curitiba é possível ter uma leitura abrangente dos conflitos e potencialidades na cidade, expondo limites do planejamento urbano, entre eles, os limites de desenho, projeto e a própria implementação das políticas urbanas que refletem “as disputas multiescalares dos agentes públicos e privados sobre a organização e atuação territorial”, conforme apontado por Klink e Souza (2017, p.397).

E assim, o Norte e o Sul se encontraram. A vontade de me debruçar no estudo desta relação supracitada se **justifica** em **expandir e alimentar as discussões sobre as permissões entre público e privado, bem como a análise cultural nos espaços públicos, estas que constituem um promissor campo de investigação de pesquisa por conta dos desdobramentos sociais, culturais, políticos e econômicos, para além das dinâmicas, articulações e conflitos os personagens produtores do espaço.**

Recortar as feiras traz protagonismo para a construção do espaço público e o uso das ruas da cidade de Curitiba, no qual, conforme Lefebvre (1999, p. 27) é o lugar onde “efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana”. DaMatta (1997, p. 57) aponta a característica do “espaço da rua” que está em contraste dinâmico com o espaço “da casa”, o autor a aponta o primeiro como “zona de individualização, da luta, onde cada um deve zelar por si; é, em suma, um ‘local perigoso’”, entretanto, aqui esta zona de luta será tida como o arranjo entre o privado e o público na manutenção dos espaços.

Além disto, conforme aponta Yázigi (2000), os pedestres e suas vicissitudes, transformam a rua e cidade, na qual a “dimensão corpórea” da rua e da calçada não se restringe ao espaço físico por conta das relações sociais. De acordo com o mesmo autor, as calçadas podem provocar a ideia de serem meros detalhes em meio ao que verdadeiramente importaria: a casa, a rua, por outro lado, há calçadas em todo lugar, o que faz delas analiticamente espaços quase infinitos.

Portanto, verificar o que vai além desta delimitação física implica na retomada teórica sobre o planejamento do espaço público, direcionando o olhar para os personagens e cotidiano, estruturado para revelar a relação indicada nesta pesquisa.

## 1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

“Olha aí, freguesia! As feiras de rua de Curitiba – PR: Uma análise sobre a apropriação privada do Espaço Público” percorre três momentos teóricos e um momento de finalização, com as considerações finais.

O primeiro capítulo tem por objetivo uma introdução às grandes temáticas discutidas no decorrer do texto e explica as abordagens utilizadas na construção epistemológica e metodológica do trabalho. São ilustradas as motivações por trás do tema e algumas reflexões que impulsionaram a evolução da pesquisa, bem como esclarece o que se quer alcançar com esta pesquisa.

Após, o segundo capítulo – “Da vivência à malha urbana: o desenvolvimento das feiras de rua” – apresenta o objeto de estudo desta pesquisa: as feiras. Primeiro, se discute o cenário de desenvolvimento das feiras livres no Brasil para que se entenda seu contexto histórico e como se deu sua inserção na realidade brasileira, bem como em Curitiba.

Já no terceiro capítulo, – “Físico, Simbólico e Político: Perspectivas sobre o Espaço Público” – é discutido o conceito de espaço público, fazendo um diálogo entre diversos autores que se complementam a fim de caracterizá-lo, explanando sobre os entraves que permeiam, principalmente, o espaço público das ruas e se aprofundando nas relações público versus privado.

Finalmente, o quarto capítulo afunila a discussão das feiras nos espaços públicos no recorte de Curitiba – PR, abordando uma leitura urbana e tratando sobre como se dá a outorga do uso do espaço público das ruas pelas feiras de rua no sentido de se apropriar de maneira privada das vias e praças públicas. É neste capítulo que são apresentados o estudo realizado em campo e as leituras do espaço nos quais as feiras de rua de Curitiba.

No quinto e último capítulo, são feitas as últimas considerações da pesquisa, retomando brevemente o caminho percorrido e verificando as respostas às questões que a investigação abordou. Por fim, são encontradas as referências bibliográficas que amparam este estudo.

## 1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Do **objetivo** proposto, a investigação almeja **analisar os limites da relação e apropriação privada do espaço público, tendo como protagonista a feira de rua no recorte de Curitiba**. Alguns dos objetivos específicos a se seguir são: *1. a caracterização dos espaços públicos e feiras de rua; 2. compreender como a cultura se manifesta no recorte das feiras e como ela colabora para o desenvolvimento do espaço público; 3. entender a maneira na qual o poder público lida com a permissão de uso privado dentro do espaço público e suas implicações no planejamento urbano.*

A partir dos conceitos relacionados, se viu a necessidade de uma aproximação da realidade das feiras de rua e como se dá a outorga destes espaços privados dentro do espaço público. Paralelo ao embate analisado por Yázigi (2000), a investigação de espaços como as ruas implica em pensar: como cercar metodologicamente um objeto tão vasto? Para tanto, as primeiras observações e visitas serviram como uma exploração, em busca das minúcias que precisavam ser vistas de longe e de perto, a fim de constatar as implicações do espaço, para, *à posteriori*, discuti-la em seu escopo concreto. Neste dado momento, o campo se tornou uma constante para a compreensão do objeto pesquisado, sugerindo caminhos para a melhor abordagem e para conferir com maior precisão o sujeito da pesquisa.

### 1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se inicia refletindo o que Uriarte (2013, p. 2) coloca sobre a observação do espaço, no qual “olhar simultaneamente espaço e práticas gera novos problemas metodológicos para uma forma de conhecer tradicionalmente produzida em e a partir de um diálogo”. A autora também ressalta a importância de se entender os aspectos que colaboram no entendimento dos limites deste olhar.

É neste sentido que o trabalho parte de um viés dialético que, de acordo com Gadotti (1990, p.15) demonstra um “modo particular de argumentar”, que versa no encontro das contradições no raciocínio estudado, isto é, a pesquisa se utiliza de uma dúvida sistemática sobre o escopo teórico-conceitual, procedendo por análises e sínteses.

Os primeiros passeios no espaço ainda com o olhar transeunte trouxeram questões acerca da tríade mencionada: espaço público, rua e feiras livres. E a partir destas primeiras questões, a investigação deu sequência em um aprofundamento em busca da dúvida-chave.

Passado o momento de apropriação analítica e reflexiva, a investigação atravessa uma exposição metódica, relacionando o espaço público aos seus atravessamentos de agentes e as permissões de uso deste espaço. A partir disso, se adotou um olhar o que Uriarte (2013, p. 7) chama de “olhar consciente, um olhar perseverante, um olhar em que os diversos sentidos estejam comprometidos e, finalmente, um olhar que consiga estranhar o que vê”.

Para esclarecer as dúvidas da pesquisa, a seguinte etapa se constituiu simultaneamente em pesquisa bibliográfica que, para Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este levantamento do escopo teórico tem intuito de revisar obras publicadas sobre a teoria aqui abordada, bem como analisar as “contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” como apontado por Severino (2007, p. 122), para apoiar a dissertação.

Este procedimento, conforme Amaral (2007),

é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no

Finalizando a exploração teórica da pesquisa, a pesquisa qualitativa entra em cena para estabelecer um diálogo direcionado ao estudo das feiras de rua em Curitiba. Para Neves (1996), a investigação qualitativa é importante na enumeração ou medição dos eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; o foco de interesse dela é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Conforme o autor supracitado, dela faz parte a obtenção de dados descritivos a partir do contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo, potencializando o entendimento dos fenômenos abordados, segundo a perspectiva dos participantes no cenário e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Por conta dos fatores mencionados, o campo foi uma etapa necessária para análise das interações da esfera local para apreensão da formação da teoria formulada sobre os espaços públicos, feiras de rua e também sobre a cultura. Com a pesquisa em campo os desafios e complexidade do estudo dos espaços públicos contemporâneos são evidenciados, pois se trabalha com uma realidade contextualizada e familiar.

A pesquisa em campo é, para Uriarte (2013, p. 7) um modo de olhar a cidade em um processo “demorado, lento, que obriga o pesquisador a ver o espaço em inúmeras ocasiões, durante longos períodos de tempo, um dia após o outro”, portanto, esta investigação atravessou vários momentos entre horários distintos, feiras situadas em locais diversos da cidade e em dias diferentes, acompanhando o seu momento de existência e manifestação.

Esta etapa esteve atrelada a todas as outras, sendo desenvolvida em conjunto com a discussão teórica. Cada visita a campo salientou uma perspectiva nova de análise e estas ocorreram entre junho de 2023 a outubro de 2024, variando em três horários distintos: das 7h às 9h da manhã, ao meio dia e a partir das 18h até 22h. Outros critérios para escolha das feiras visitadas serão abordados no decorrer da pesquisa, porém, cabe salientar que as idas a campo acompanharam o calendário das feiras espalhadas pela cidade, horários de abertura e encerramento e, visto que a investigação discute a rua e o cotidiano,



bem como práticas socioculturais, a seleção também se deu em decorrência dos percursos da autora que aqui escreve pela cidade de Curitiba.

Diversas modalidades de feiras de rua foram visitadas a fim de se obter melhores análises, pois Curitiba tem uma agenda de vários modelos de feiras, transformando o movimento e produção da cidade entre Feiras Livres Diurnas, Feiras Livres Noturnas, Feiras Livres Gastronômicas, Feiras Livres Orgânicas Diurnas, Feiras Livres Orgânicas Noturnas e outros modelos<sup>2</sup>, aqui a pesquisa se ampara nos modelos de **Feiras Livres Diurnas e Feiras Livres Noturnas** (figura 5).

Figura 5 - Feira do bairro Água Verde durante a noite.



Fonte: a autora (2023).

Portanto, o estudo tem uma abordagem e análise do espaço público com base no contexto em que está inserido, considerando o tempo e o espaço nos planos material e simbólico. Afinal, ao falar do espaço público, se fala de uma realidade que abrange com complexidade os aspectos da diversidade econômica, ambiental, cultural, urbanística, arquitetônica, política e social.

---

<sup>2</sup> De acordo com a prefeitura do município de Curitiba, as Feiras Livres de Curitiba, coordenadas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SMSAN, comercializam especialmente hortifrutigranjeiros em ruas, praças e parques da cidade, em dias e horários pré-definidos.

Aliado a tudo isto, a pesquisa engloba inserções na área pesquisada utilizando a imagem fotográfica, importância dada por Eckert e Rocha (2001, p. 10-11), “como registro das interações entre indivíduos e grupos na cidade contribuindo para aprofundar o estudo das formas de sociabilidade no mundo contemporâneo”. Para Uriarte (2013), reunir imagens e as falas são técnicas que se complementam para se chegar aos significados de um espaço para o usuário.

A pesquisa equipada destas ferramentas, portanto, será capaz de transcrever aquilo que Uriarte (2013, p. 10) enxerga quanto as apropriações do espaço, nas quais “os usos reiteram ou modificam, parcial ou completamente, o espaço concebido pelos planejadores, aquele espaço abstrato pensado para reproduzir o poder”. múltiplas formas, transformando-se em palcos para diversas encenações”.

### 1.3.1 A leitura do espaço pelo “vivido, concebido e percebido” de Henri Lefebvre

Neste percurso metodológico e nas ferramentas abordadas para responder as questões desta pesquisa, se destaca a importância da pesquisa de campo. Após os entendimentos teóricos, a leitura da cidade faz conferência sobre a organização real e a sociabilidade que nela acontece.

Visto que a cidade não é apenas um conjunto de edificações e infraestruturas, mas um espaço em constante transformação, moldado pelas experiências e interações dos cidadãos, a pesquisa de campo permite captar as articulações dos aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos que a compõem.

O autor base para essa leitura de campo é Lefebvre (2001), com sua tríade sobre o vivido (corpóreo, afetivo, significativo na própria história de vida), concebido (visão construída por planejadores) e percebido (das práticas socioespaciais). Estes três pontos marcam diferentes formas de experienciar o objeto de estudo e traçar as análises sobre a dinâmica entre público e privado.

As três dimensões (figura 6) traduzem o processo de apropriação e formação das feiras de rua aqui debatida. Em primeiro momento, o espaço vivido retrata o primeiro contato com o espaço, essa análise se dá pela forma como as pessoas se apropriam do ambiente urbano no dia a dia. É por meio da observação direta que foi possível entender fluxos de deslocamento, ocupação

de espaços públicos, as práticas informais e relações sociais que afloram nas feiras.

Já na análise do concebido, se entende a produção das representações do espaço. Sabendo que o planejamento urbano é baseado em leis, normas e diretrizes que organizam o funcionamento da cidade, a pesquisa de campo revelou como essas regras são efetivamente aplicadas e adaptadas na realidade urbana. Por vezes, há uma distância entre o que foi planejado e o que acontece na prática, seja por falta de fiscalização, pela necessidade de improvisação da população ou por dinâmicas informais que emergem no cotidiano.

Por fim, o percebido se atrela as dinâmicas e acontecimentos que envolvem o cotidiano, as práticas e simbologias de um lugar. Esse espaço percebido envolve fatores subjetivos, como identidade cultural, memória coletiva e sensação de pertencimento. Diferentes grupos sociais podem enxergar e utilizar os espaços de formas distintas, criando múltiplas camadas de significados dentro do mesmo território. Assim, além do funcionamento objetivo da cidade, a pesquisa de campo permitiu compreender como os cidadãos percebem e atribuem significado aos espaços urbanos.

Figura 6 - Tríade de Henri Lefebvre



Fonte: esquema feito pela autora (2024) com base em Lefebvre (2001).

A feira de rua está inserida em um traçado, numa racionalidade espaço, mas ao mesmo tempo que é concebida, ela é vivida e percebida nas relações

entre os sujeitos, nas expressões sociais, na nova representação dada ao espaço. Portanto, além do funcionamento objetivo da cidade, a pesquisa de campo com o olhar lefebvriano permitiu compreender as feiras a partir de seu movimento regido dinamicamente conforme o dia começa e a feira se instala na cidade formal, ocupando ruas antes ocupadas por carros.

A feira, portanto, é um elemento da dinâmica público e privado que modifica a representação do espaço, dado que ocorre em função dos acordos legais e simbólicos, refletindo as tensões do processo de produção do espaço urbano, bem como reflete os múltiplos conflitos de interesses que, geralmente, se resumem como conflitos público-privado e também conflitos em detrimento de privilégios a uma minoria (Lefebvre, 2001).

O espaço é, portanto, mais que um interlocutor de ações sociais, o espaço público se revela como expressão de uma relação de disputa, e estes conflitos se refletem nas tendências de apropriação e utilização do espaço público.

#### 1.4 A PRÁTICA CULTURAL COMO APOIO METODOLÓGICO PARA OBSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Foi durante as primeiras observações e delimitações da pesquisa que se notou a expressiva participação do contexto cultural na criação e desenvolvimento de feiras de rua, sendo também um aspecto que influencia na permanência das feiras nas ruas e no imaginário popular, assim, se tornando uma importante lente de análise.

A abordagem trazendo os estudos culturais acompanha uma tendência da crítica cultural que, conforme Escosteguy (2010, p. 19), “questiona o estabelecimento de hierarquias entre formas e práticas culturais, estabelecidas a partir de oposições como cultura ‘alta’ ou ‘superior’ e ‘baixa’ ou ‘inferior’”. Para a autora, a investigação da “cultura popular” participa de um remapeamento global do campo cultural, das práticas da vida cotidiana aos produtos culturais e de processos sociais.

No contexto latino-americano, a discussão da inserção sobre cultura emerge durante a década de 80, tendo como eixo central as novas configurações

da cultura popular a partir da emergência das indústrias culturais. Conforme Escosteguy (2010, p.19), das contribuições mais importantes na discussão, foi revelada a existência de empréstimos e negociações entre a cultura considerada “legítima” e aquelas formas culturais cotidianas tidas como “insignificantes”. A feira de rua entra em um contexto de reinvenção do espaço formal, usando táticas informais para negociar preços, ocupar o espaço urbano e criar relações sociais que vão além da simples compra e venda.

Se entende que essas são expressões de cultura e identidade, além de existirem como apoio à vida urbana e onde se estabelece a vida social que faz uma cultura ser reproduzida. Portanto, ao avaliar a produção do espaço na emergência destas negociações de expressão, surgem grandes paradoxos. Brandão (2013, p. 82) aponta a produção das sociedades contemporâneas pautadas no consumo, regidas pelos preceitos do mercado, do lucro, criando “locais artificiais, cuja infraestrutura pode ser muito boa, mas que são locais indiferentes à região”, podendo colocar a rua e a feira em desvantagem quanto sua apropriação pelos cidadãos.

Assim, na perspectiva de Brandão (2013, p. 79), a implementação de ações no campo da cultura “deve ser mediada pelos diversos agentes sociais, no entanto, há de se ressaltar que a história da modernidade impingiu certa dificuldade para que essa representação social aconteça plenamente”.

Considerando, então, a necessidade de reavivar determinados espaços públicos, Sobarzo (2006, p. 108) indica o aspecto cultural como uma das formas de impedir o seu abandono a apropriação, decorrente do uso, pelas relações horizontais, no qual os cidadãos constroem e são construídos, modificam e são modificados, encontram e dão significado ao e no espaço público que se abre para infinitas possibilidades. Frente ao modo que a cidade é produzida, fortemente pautada em dinâmicas de poder, o autor resalta que não se deve separar o estudo da cultura e sua produção das noções ligadas à cidadania, à justiça social, à afirmação de sociedade civil e sua governança.

Atrelado a essa produção, Escosteguy (2010, p. 22) entende que os produtos e as práticas culturais – no caso, aqui, a feira de rua – estão inseridas numa concepção mais abrangente de sociedade vista como o terreno contraditório de dominação e resistência “onde a cultura tanto se engaja na



reprodução das relações sociais quanto na abertura de possíveis espaços para a mudança”.

Ainda, para a autora, ao pensar na cultura, interessa caracterizar o objeto de estudo, no qual a feira de rua deve ser vista em relação aos processos e estruturas sócio-políticos, isto é, em relação aos processos estrutural e cultural, pois as práticas e expressões se relacionam com operações do poder social.

Desta maneira, visto que a feira de rua está inserida em um processo e contexto das relações sócio-políticas, além de permeada pelo contexto público e privado, a realização e desenvolvimento do espaço público que engloba traços culturais são passíveis de diversos tipos de apropriação, visto que a cultura se manifesta em diferentes formatos e é assimilada de diversos modos pelos agentes que nela participam. É válido pensar que, com a cultura, a forma como os elementos da cidade é vista pode ser alterada. Neste sentido, para Brandão (2023, p. 79),

Cultura deve ser entendida como elemento de coesão social e de fortalecimento das noções de pertencimento e de identidade; para além das dimensões institucionais dadas ao campo da Cultura, e para além das dimensões que articulam a Cultura com as representações/manifestações sociais, busca-se entendê-la enquanto formadora de subjetividades ao considerar a produção material e imaterial dos homens e grupos a partir de seus valores, comportamentos, sentimentos e desejos.

Este conjunto de valores e significados são, para Escosteguy (2010, p. 96) uma produção social, resultado de uma prática social. Para ela, cultura tem a função de conhecimento do sistema social. Contudo, os sujeitos não somente conhecem esse sistema social através da cultura como buscam sua transformação, procuram elaborar alternativas.

Assim, as ruas, recorte que tem suas próprias regras, podem ser vistas para além das práticas relacionadas ao tráfego e mobilidade, elas podem ser analisadas a partir da relação com o deslocamento, trabalho, lazer e moradia. Na cultura se encontram elementos que promovem identificação que gera nos indivíduos o desejo de se movimentar, usar e se apropriar dos espaços públicos, evidenciando a necessidade de boas estruturas e uma pluralidade socioespacial.

Com as contribuições teóricas sobre a manifestação da cultura influenciando no espaço público, no planejamento urbano, se abrem

possibilidades para uma interlocução que gere impacto e fortalecimento do espaço público no prisma do planejamento e gestão dos espaços.

Ao perceber a relevância da cultura ao olhar para o espaço público, cabe esclarecer o significado de cultura. Inicialmente, esta investigação lê o espaço público conforme Laraia (1986), que assinala que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e até as posturas corporais são produtos de uma herança cultural, isto é, são os resultados da operação de uma determinada cultura.

A cultura por si só é um conceito abrangente e amplo, capaz de traduzir questões da sociedade de diferentes formas a depender da perspectiva, seja antropológica, sociológica, filosófica ou mesmo urbana. A perspectiva de Chauí (2004, p. 246) retoma o significado de cultura como sinônimo de civilização e história, construído inicialmente por estes que participaram em determinado grau do desenvolvimento da cultura.

Considera-se esta abordagem como ponta pé, visto que ela considera a cultura como o resultado e decorrência da educação e do desenvolvimento fornecida e fortalecida pelos seres humanos, que se manifesta em ações, obras, instituições, tais como as “técnicas e os ofícios, as artes, a religião, as ciências, a filosofia, a vida moral e a vida política ou o Estado”.

A mesma autora conecta a cultura à história, pois a cultura também parte das relações estabelecidas entre os indivíduos com e no mundo em que vivem. De acordo com Chauí (2004, p. 247), estes pontos se atrelam devido a relação que os seres humanos “estabelecem com o tempo e o espaço, com os outros seres humanos e com a natureza, relações que se transformam no tempo e variam conforme as condições do meio ambiente”.

Quanto ao caráter social formado por todas estas condicionantes, Bauman (2012, p. 9) enxerga a cultura como “um aspecto da realidade social, um dos muitos ‘fatos sociais’ que deviam ser adequadamente apreendidos, descritos e representados”. À vista disto, o autor sugere pensar que a noção de cultura foi veiculada em três modos diferentes: como conceito, como estrutura e como prática.

No pensamento do autor, a cultura enquanto conceito hierárquico diz respeito a maneira herdada de uma cultura que asseguraria os moldes de uma

sociedade tradicional que preza pela excelência. Já o que tange sua estrutura, é identificado nas diferenças culturais, no modo de vida de cada grupo social, que definiria suas organizações econômicas, ambientais, de raças, etc., embora não se preocupasse em saber as causas e transformações destas diferenças.

É como esta peça transformadora que a cultura, para Laraia (1986), é elemento capaz de identificar indivíduos de culturas e civilizações distintas por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem citar a proeminência das diferenças linguísticas, a característica de mais imediata observação empírica.

Esse fluxo que está sempre se alterando faz com que o tempo seja uma peça indispensável na análise de uma cultura. Com o tempo surgem os conflitos entre agentes que produzem o espaço, outros atores surgem, novas dinâmicas entram no desenlace de numerosos usos e atividades que ocorrem num determinado espaço público, rua ou cidade, em função do espaço público ser palco no qual se manifestam as tendências conservadoras e as inovadoras.

Outra camada a ser observada na cultura enquanto ferramenta na produção do espaço público é que a cultura se manifesta em situações reais conduzidas por uma mescla de relações exercidas por agentes que operam de modos distintos. Junto a isso, se destaca o papel do Estado na institucionalização da cultura no desenvolvimento das cidades e dos espaços públicos, visto que, por muito tempo, o Estado foi a instância predominante na definição do ordenamento no escopo cultural por meio das políticas culturais dos vários setores mencionados anteriormente.

O papel da cultura neste contexto político, simbólico e ideológico do Estado, para Bourdieu (2007), teve finalidade de legitimar o papel do Estado enquanto definidor de parâmetros de visão de mundo, capaz de sobrepujar outras perspectivas e abriu portas para a lógica mercadológica se aproveitar do campo da cultura frente a criação e aplicação de leis de incentivo à cultura que subtraíram seu desempenho, conferindo espaço à intervenção do setor privado.

Em síntese, por meio do uso da cultura, Bourdieu (2007) evidencia que o Estado teve protagonismo legitimado no escopo da cultura por possuir o poder simbólico e estruturador, sendo assim, detinha intensa autoridade na definição do jogo social e no que tange a cultura. Isto bem evidenciado por meio das ações

voltadas às políticas culturais que foram usadas para promover espaços públicos, na ênfase do uso destes e na busca pela delimitação destes na cidade.

Calabre (2009) aponta que o Estado se dedicava ao campo cultural a fim de que se desenvolvesse uma consciência mútua para solidificação de uma identidade nacional. Escosteuy (2010, p. 114) também observa essa associação da cultura “às ideias de nacionalidade, modernidade, formação da identidade nacional em um contexto de industrialização e democratização”, questões estas que estão estreitamente articulados à política, à direção política e cultural das sociedades.

De acordo com Simões e Veira (2010), muitas vezes o setor privado operou enquanto parceiro do Estado, financiando a cultura a partir de uma dialética pessoal, direcionada aos seus próprios interesses, sendo possível verificar o uso da cultura alimentando a relação público e privado. Conforme apontado por Carvalho *et al.* (2008, p. 4):

A arte e a cultura tornaram-se instrumentos políticos importantes e peças fundamentais que auxiliavam a construção de uma imagem de identidade nacional, ajustada ao gosto do Estado centralizador que definia os valores culturais a serem preservados pela sociedade, associando cultura e política como condição para o progresso social.

Este uso da cultura enquanto ferramenta para o jogo de poder e disputa entre espaço público e privado é observado por Rubim (2007, p. 142-143) enquanto fenômeno alcunhado de “mercantilização da cultura”, que ressalta um “avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos”. Por esta razão, é válido pensar na cultura como grande influenciadora na lógica do mercado, visto que o próprio mercado e o setor privado também fazem uso dos aspectos culturais para moldar a indústria, serviços, consumos e práticas para alcance de resultados no que produz.

Ao mesmo tempo, pensar a cultura, pressupõe vê-la como uma realidade que transcende os limites do Estado-nação. Escosteguy (2010) retoma questionamentos em torno do desordenamento do cultural; questionamentos sobre os processos de mediação de massa da política; problemas em torno da cidade enquanto espaço de comunicação; e o âmbito da recepção/uso dos meios e do consumo cultural, temáticas de forte conotação política e atrelada ao uso de espaços como as feiras de rua.

Portanto, Brandão (2013, p. 81) sugere explorar o campo cultural como um posicionamento norteador de intervenções urbanas que tomem como base “o resgate do espaço enquanto local de convivência, entendendo que ‘revitalizar’ pressupõe reviver, garantir a plena ‘vida’ do lugar: ou seja, sua plena possibilidade de usos compartilhados pelos mais diversos agentes sociais”, fugindo do contexto capitalista e ressignificando o uso da cultura enquanto ferramenta de produção da cidade.

A cultura se torna a contramão deste modo de produção, visto que, para o autor o espaço urbano reflete modos particularizados de vida social e sociabilidades (expressos, principalmente, nos espaços públicos das ruas e praças) e o mecanismo para a reverter essa configuração é a busca pela criação de espaços públicos enquanto espaços de sociabilidades múltiplas e antropológicos permeados de sentido e memória (figura 7). Ou seja, conforme Escosteguy (2010, p. 96), além do modo de produção e representação da sociedade, a Cultura “cumprir a função de reelaborar as estruturas sociais e imaginar novas”.

Figura 7 - Barraca na Feira do Largo da Ordem vendendo lembranças de Curitiba.



Fonte: a autora (2024).

Assim sendo, esta investigação compreende a cultura enquanto um campo vasto e com dinamismo, englobando várias perspectivas da vida humana e fortemente vinculada ao modo que o indivíduo, em sociedade, transforma a cidade e espaço público e ao modo que a cidade e o espaço público o



transformam. O uso do espaço público, o modo como o cidadão se relaciona nele, como se organiza no espaço e os valores implicados nesta dinâmica são também manifestações culturais, cultura esta que se entende como não restrita apenas a arte, mas a cidade como um todo.

Deste modo, conforme Escosteguy (2010, p. 20) aponta, a lente cultural colabora para trazer articulações e implicações ao objeto de estudo, pois, é tido como “um terreno onde política, poder e dominação são mediados e propicia a este estudo estabelecer e explorar intersecções”, assim como diversidades entre os estudos culturais e a reflexão latino-americana em foco. Além de colaborar na posição que o pesquisador assume diante de seu objeto, que já não é mais um observador neutro, pela cultura propiciar interfaces diversas, discursos, sentidos e narrativas (Escosteguy, 2010, p.59).

Finalmente, se entende que a cultura, portanto, é um elemento fundamental na produção do espaço público, visto que influencia a forma como os espaços são concebidos, utilizados e apropriados pela sociedade. A articulação da cultura na produção do espaço público ocorre por meio de diversos processos, que podem ser analisados a partir de algumas dimensões, como a identidade e memória coletiva, no qual se reflete a identidade cultural de uma comunidade, incorporando elementos históricos, simbólicos e patrimoniais, bem como na manutenção de espaços tradicionais.

Além disto, um planejamento urbano eficaz prevê a criação de espaços flexíveis que possam acolher manifestações culturais, como festas populares, feiras, performances artísticas e práticas religiosas, promovendo a diversidade cultural e garantindo a inclusão de diferentes grupos sociais.

Dentre outros elementos, a cultura infere na participação da comunidade e na cocriação dos espaços públicos. Estes processos participativos no planejamento urbano permitem que a população contribua para o desenho e a gestão dos espaços, tornando-os mais representativos das necessidades e desejos locais, influenciando em fatores como mobilidade, segurança e diversidade de usos para garantir que o espaço seja verdadeiramente democrático, também passando por questões como sustentabilidade, com práticas de urbanismo que respeitam o meio ambiente e promovem um modo de vida sustentável, por vezes também valorizando saberes tradicionais e práticas

ecológicas fortalecem a relação entre cultura e natureza. Esse conjunto infere na promoção da economia criativa e desenvolvimento local, pois podem dinamizar a economia local e transformar a paisagem urbana.

Em síntese, a cultura não é apenas um aspecto secundário do planejamento urbano, mas um fator estruturante que define o caráter dos espaços públicos, promovendo a identidade, a participação e a diversidade na vida urbana. Um planejamento urbano sensível à cultura resulta em cidades mais vivas, dinâmicas e inclusivas.





BOX-8 IRMÃOS

FILE DE PEIXE

FRUITESCA



## 2. DA VIVÊNCIA À MALHA URBANA: O DESENVOLVIMENTO DAS FEIRAS DE RUA

Contextos econômicos e sociais podem evidenciar o cotidiano, com os personagens e seus interesses que se manifestam e se conflitam diante de usos. Contudo, permeando isto, existem as vivências cotidianas menos vocalizadas que se diluem no lugar, sendo realizadas por diversas formas culturais e potencializando a reprodução da vida humana na busca e exercício da cidadania.

À medida que as culturas e modos de vida hegemônicos se sobressaem no uso da cidade e espaço público, Certeau (1998, p.47) ressalta que o grupo popular faz uso de táticas para driblar as dificuldades e se apropriar de forma furtiva do espaço, embora seja uma disputa de forças desiguais. Neste sentido, se evidencia o espaço misto e composto por diversos agentes, revelando as concessões e diálogos entre o privado e o público que vem sendo discutidos neste trabalho.

Nas feiras de rua é possível enxergar essas territorialidades e culturas populares que modificam o espaço diretamente, uma vez que nas feiras existem esses traços de materialidades, intelectualidade e afetividade, criando literalmente corredores que mostram culturas locais nas roupas, artesanato, comida e outros itens (figura 8). Elas possuem distintas perspectivas e finalidades, e mesmo com tradição, se configuram de variadas maneiras conforme o tempo passa, sempre estruturada no cotidiano e ativa socialmente.

Figura 8 - Feira de rua com artigos de praia no Rio de Janeiro - RJ.



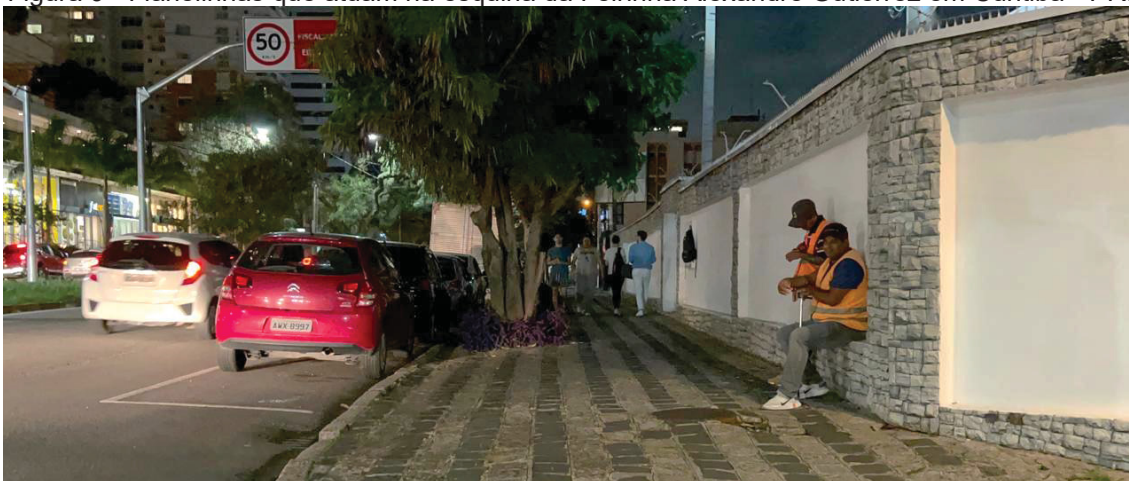
Fonte: a autora (2023).

Este capítulo, portanto, resgata o surgimento das feiras no país e em Curitiba – PR, como elemento formado pelo cotidiano e que altera o espaço e a cidade, tornando-se símbolo nos lugares em que são alocadas.

As feiras de rua, de acordo com Erig e Melo (2015), são meios de sobrevivência e mostram que, além da característica econômica, existe um atrelamento do papel cultural e simbólico quanto às representações dos consumidores, indo além da comercialização de produtos. São espaços que, muitas vezes, surgem na instância não formal, mas acabam afetando na mobilidade, nos usos, na configuração do espaço, além das relações com a cidade e o espaço público.

Como as feiras englobam diversos personagens ao reunir variados produtos e atividades, é possível ver o aumento de pessoas circulando no espaço em busca de algo do seu interesse individual, seja para consumir, seja para a própria prestação de serviços não formalizados dentro das feiras. O surgimento de atividades secundárias como dos flanelinhas (figura 9), pessoas que prestam serviços de limpeza, engraxate, carregadores, etc., é encontrado de uma forma secundária, gerando ainda mais possibilidades no espaço informal.

Figura 9 - Flanelinhas que atuam na esquina da Feirinha Alexandre Gutierrez em Curitiba - PR.



Fonte: a autora (2024).

Além disso, a instalação das barracas de feira de forma itinerante altera os fluxos e circulação. Embora seja uma dinâmica que se diferencie durante um ou dois dias da semana em determinadas ruas, nem todo o corpo da cidade está preparado. A mobilidade urbana se altera e é algo interessante de se observar



pois, por exemplo, deixarão de comportar apenas transeuntes, mas também se tornarão o lugar para dispor as cadeiras das barracas que vendem alimentos; as saídas de garagem terão que ser melhor monitoradas pelos moradores e quem circula por perto; as áreas de carga e descarga, bem como áreas de embarque tem seu fluxo alterado (figura 10), entre outros.

Figura 10 - Fechamento de via para a Feira Dom Pedro I no bairro Água Verde em Curitiba.



Fonte: a autora (2024).

O traço marcante do componente cultural não pode ser esquecido, pois somam um motivo importante para a permanência desta atividade na malha urbana e nos espaços públicos. Conforme Barbosa (2021, p. 9) aponta, se a feira pode ser considerada como um espaço de articulação entre as vivências, saberes e expressões culturais da comunidade onde está inserida (figura 11), a “abordagem cultural pode ajudar a compreender criticamente a dinâmica desses espaços vividos, abordando suas identidades sociais, relações e conflitos”.

Figura 11 - Baile Charme da comunidade preta de Belo Horizonte no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, ao lado da Feira Hippie, expressão da cultura local.



Fonte: a autora (2017).

Por fim, como explica Haesbaert (2017), os sujeitos e seus lugares são indissociáveis, conformando a expressão baseada na experiência e individual da totalidade do espaço cotidiano. A cultura estará alocada nessas relações, expandindo os debates acerca do espaço vivido, práticas e apropriações e nas identidades locais.

## 2.1 O JEITO BRASILEIRO DE FAZER FEIRA: HISTÓRIA E SIGNIFICADOS

As feiras de rua ou feiras livres são configuradas como espaços de comercialização itinerantes, geralmente instalados em ruas abertas ou mercados fechados nas quais se comercializam produtos variados, tendo o espaço ocupado pelos vendedores, as bancas e os consumidores que circulam no lugar (Lucena e Germano, 2016, p. 94). A feira de rua tem um papel primordial na estruturação social do meio urbano, uma vez que sua dinâmica tem características específicas na forma ocupação do espaço (figura 12). Historicamente, o surgimento das cidades está estreitamente conectado às feiras, visto que, em virtude das trocas comerciais, um novo formato de agrupamento humano veio a se formar (Vedana, 2004).

Figura 12 - Feira em rua próxima ao Jardim Botânico de Curitiba.



Fonte: a autora (2023).

É difícil dizer qual seria a primeira feira no Brasil. Autores como Mott (1975, p.85) apontam que “não dispomos de nenhum documento que nos informe quando foi criada a primeira feira no Brasil”, mas a feira de rua remonta tradições importadas dos Portugueses. No contexto brasileiro, as feiras de rua têm seu protagonismo no passado colonial, impulsionada pela diversificação econômica e crescimento das colônias. Como um elemento tradicional da cultura ibérica implantada pelo elemento colonizador, tal qual as feiras medievais da Europa, a periodicidade poderia ser até semestral ou anual, devido a intensa e cuidadosa preparação que exigiam (Mota, Santana e Pinheiro, 2015).

De acordo com Mascarenhas (2008, p. 75), a feira no Brasil tem “herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas”, desempenhando papel importante no abastecimento urbano e com o tempo passou a compor uma modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos.

Além disso, as feiras tiveram influência na economia, sociedade e cultura, inicialmente com as feiras de gado e em seguida com a inclusão de produtos da agricultura e do artesanato, contribuindo na formação de vários núcleos de povoamento que se tornaram importantes centros urbanos (Gonçalves, 2018).

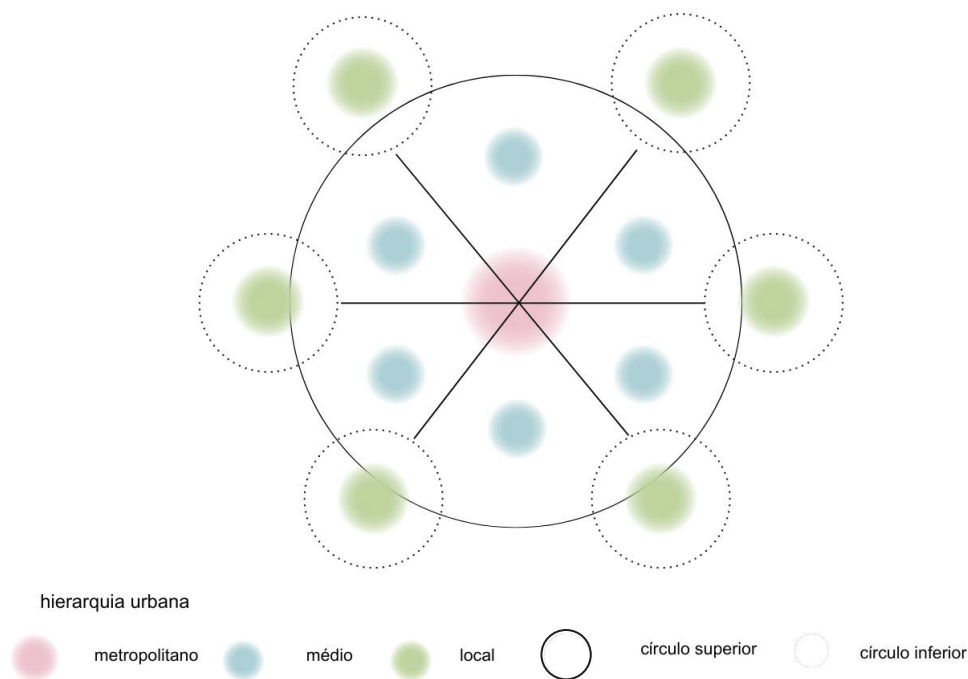


É em meados da década de 1950 que o Brasil acelera seu processo de industrialização, se inserindo no contexto de divisão internacional do trabalho. Com este desenvolvimento, o crescimento urbano sofre um *boom*, sobretudo na Região Sudeste, alterando diretamente na morfologia urbana do país, bem como no planejamento urbano. Com a expressiva expansão do tráfego rodoviário intraurbano, o automóvel passa a monopolizar a via pública e, paulatinamente, as atividades comunitárias tradicionais como o carnaval de rua, a convivência vicinal, as brincadeiras das crianças, os passeios e outras formas de lazer e trabalho, dentre elas a feira de rua, passam a diminuir (Mascarenhas, 2008).

É desta maneira que se tem a feira de rua como uma atividade que resiste no espaço, contrapondo o massivo crescimento do uso de veículos automotores ao ocupar as ruas e fechando vias para uso público do espaço.

Por esta relação a partir dos modos de produção que, de acordo com Santos (2004), as feiras estão contidas no Circuito Inferior da Economia (figura 13), pois respondem à camada mais pobre da população e não precisam de investimentos onerosos em tecnologia e mão de obra, visto que geralmente o trabalho é realizado pelos próprios membros de uma família.

Figura 13 - Esquema básico sobre o Circuito Economia.



Fonte: elaborado pela autora (2024) com base na teoria dos dois circuitos de Santos (2004).

Para o autor, este processo é caracterizado pela divisão do espaço urbano em dois circuitos econômicos (figura 14). O “circuito superior” reúne as atividades econômicas chamadas de “modernas”, direcionadas para a acumulação de capital, enquanto o “circuito inferior” dirige sua atividade para a população e economia locais; é trabalho-intensivo empregando tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários no que remete a proteção social (Santos, 2004). Por fim, pelo seu caráter hegemônico, o “circuito superior” da economia dita as regras para o funcionamento do “circuito inferior”, o que pode ser sentido como uma convivência tensa, de concessões e negociações.

As feiras de rua são um exemplo do circuito inferior da economia urbana por envolverem pequenos comerciantes, produtores locais e trabalhadores autônomos que operam fora das estruturas formais do grande capital. Elas se organizam de maneira flexível, ocupando espaços públicos temporariamente e permitindo a comercialização de produtos como alimentos, artesanatos e vestuário a preços acessíveis. Essa característica torna as feiras essenciais para o abastecimento da população de baixa renda, criando um sistema de circulação de mercadorias que não depende das grandes redes varejistas.

Figura 14 - Feira popular em rua ao lado do Mercado Central de Macapá-AP.



Fonte: a autora (2024).

Atualizando o cenário, o dia de feira é um momento de compra e venda, momento familiar e de agitação na rua. No contexto local, a feira de rua é um



espaço que une tradição e modernidade, “uma vez que prevalece na dinâmica das cidades desde as mais provincianas até as mais dotadas de serviços, comércio, *delivery* e *fast food*, *fast life* (Lucena e Germano, 2016, p.38).

Para Lima e Sampaio (2009, p. 7), as feiras “transpassaram os tempos, se moldando a cada sociedade, modos de economia, sobrevivendo aos obstáculos como poderes centralizadores, limitações espaciais” e outras dificuldades, excedendo sua dimensão comercial. Também de acordo com Moreira (2005), é neste espaço que o gênero de vida e modo de vida se organizam. Conforme Braudel (1998, p. 16),

[...] a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes. É nela que circulam as novidades políticas e as outras.

O meio sociocultural do espaço e as características que estas pessoas expressam nas feiras, além da classe social a qual os indivíduos fazem parte é o que tece a construção da cultura. Isto é, o que se intenta é esclarecer que não existem conteúdos “chapados”, submersos sem crítica, de fora para dentro. Autores como Vedana (2004, p. 11), refletem sobre essa dinâmica que se adapta e se manifesta no espaço, pois

[...] foi a partir dos espaços de feiras-livres e das relações e interações estabelecidas entre seus frequentadores que passei a me indagar sobre estas formas de vida diversas que compõem a dinâmica urbana, na qual um ato, aparentemente simples, como a compra de alimentos, pode estar carregada de significados que ultrapassam a razão que envolve no que tange a tessitura das relações sociais presentes à sociedade contemporânea.

As feiras permanecem no espaço mesmo com a presença expressiva de supermercados e hipermercados – que figuram o espaço aberto, entretanto são dotados de assepsia e temperatura controlada –, pois são lugares de trocas financeiras, mas também afetuais, simbólicas e míticas (figura 15), além de estarem essencialmente “localizadas em vias públicas o que lhes permite uma abertura para outras atividades coletivas como manifestações religiosas, políticas e artísticas por entre suas tendas” (Lucena e Germano, 2016, p.39).

Figura 15 - Manifestação artística na Feira Hippie de Belo Horizonte - MG.



Fonte: a autora (2017).

Se percebe que gradualmente o comércio das Feiras Livres foi se deslocando para lojas ao longo de ruas e praças, em seguida para lojas cada vez maiores, fazendo com que as feiras fossem deixando de ser parte da arena pública. Neste processo, o comércio “se retirou da vida pública e restringiu-se à esfera privada” (Gehl, p.13, 2002). Porém, esta forma de comércio resiste, pois, é da ordem da conjunção, da implementação do que é novo sem abrir inteiramente mão do que é mais tradicional e moldado com o tempo, expressando aspectos locais de uma sociedade. Sua persistência e atualização no espaço se dá pela sua inserção

numa economia local sustentável. Andando praticamente na contramão das transformações ocorridas no modo de operacionalização de outros locais de comércio e varejo e enfrentando, principalmente, a concorrência dos supermercados – setor que inovou na gestão, na definição dos espaços físicos, no uso de recursos tecnológicos, nas estratégias de marketing baseadas em pesquisas de comportamento e necessidade do consumidor (Soares, 2009, p. 13).

Esta mobilização do fenômeno das feiras reconhece um “acontecimento comercial híbrido, uma reunião de pessoas e produtos com fins de troca e

constitutivo de vínculos, porém com tempos de advento histórico distintos e dispersos territorialmente de forma não linear” (Lucena e Germano, 2016, p.54).

As feiras, os mercados, onde os povos, mesmo inimigos, encontram-se periodicamente para trocar alimentos e produtos de sua indústria, realizam uma forma elaborada da vida social comparável (e comparada pelos interessados) à primeira transformação que uma cultura solitária, ao cozinhar seus alimentos, impõe à natureza (Eribon; Lévi-Strauss, 1990, p. 171-172).

De acordo com Lucena e Germano (2016, p.55) as Feiras Livres pensadas como “formas extraoficiais e abertas de comercialização de produtos diversos contêm traços de universalidade, pois sua presença é um mister em todas as sociedades humanas”. Por outro lado, é imprescindível pensar que cada sociedade molda à sua maneira a inserção da feira no espaço (figura 16) e, assim, carimba a atividade de uma diversidade inerente do lugar, pois “cada cultura lança mão de estratégias diferenciadas acerca do modo de organizá-las e geri-las” (Lucena e Germano, 2016, p.55). Nestes espaços é perceptível a inclusão do “ritmo da cidade grande ao sonoro e peculiar grito do dono da banca” (Lucena e Germano, 2016, p.39).

Figura 16 - Inserção de "food trucks" em Feira de rua de Curitiba - PR.



Fonte: a autora (2024).

Sato (2007, p. 99) observa que a feira livre precisa ser apreendida como “um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e



competição, e na execução de regras tácitas”. Silva (2007, p. 6) compreende que,

É no lugar que se tem dinamicidade, ocorre a experiência vivida, cheia de conteúdos, onde se faz e refaz o cotidiano, onde acontece a reprodução da vida. (privada, lazer, trabalho). Diante da unicidade aparente, falseia-se o peso do lugar, espaço privilegiado das manifestações, das solidariedades, do cotidiano. Reconhece que é no lugar que a vida se realiza em todas suas dimensões.

Neste universo temático a feira de rua brota como algo aparentemente simples, inserido no cotidiano dominado pelas massas, longe das disputas geopolíticas e das lutas revolucionárias. A feira não se enquadra no contexto privilegiado. Desta maneira, Dantas (2008, p. 96) assinala que

[...] as feiras são profundamente envolvidas nos sistemas de mercado regional. Assim, na maioria das vezes, elas deixam de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo, **às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira.**

Conforme discutido, mesmo que seja contundente a essência econômica, a feira atesta também uma função social, enquanto veículo de “comunicação e expressão de nuances da cultura de um povo por se configurar como lugar de encontro, reencontro e também de lazer para os que por ali circulam e para os que dali fazem sua vida e sustento” (Lucena e Germano, 2016, p.73).

Para Angulo (2003), as feiras simbolizam mais do que pontos de comercialização, constituindo um espaço de socialização, imbricado de símbolos e de traços culturais. Em concordância, Costa (2003, p. 17) assegura que, “a feira se constitui em uma rugosidade na qual o novo e o velho convivem dando oportunidades aos mais diversos agentes sociais de se reproduzirem, seja nos aspectos econômicos, sociais ou culturais”.

Das características que fazem a feira de rua ser tão única, conforme Sato (2007, p. 97), é que esta prática autoriza que o “protocolo” seja quebrado. Isto é, o cenário da cidade de altera para acontecer a chegada dos feirantes, seja na madrugada ou durante o dia para trazer seus equipamentos, mercadorias e para que montem suas barracas. É neste contexto que em algumas horas o espaço

protegido, circunscrito pelas bancas, se põe em prática os fazeres e interações sociais determinadas pela cultura local.

Ainda, o processo de organização das feiras livres, conforme mencionado, requer uma participação comunitária, uma estrutura que busque agradar à população local e se acomodar no espaço que ocupa. Essa organização acrescenta à comunidade, gerando o “costume e dependência na rotina” (Guimarães, 2010, P.11). Morais e Araújo (2006, p. 267) complementam:

Nesses espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jociedades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem, inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas da vida cotidiana. Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos.

Quanto a esta estrutura física das feiras já mencionadas, o antropólogo Lévi-Strauss (2010, p. 139) caracteriza a feira como a “cidade de um só dia, cheia de uma multidão instalada, com setores distintos, cada um deles reservado a um tipo de negócio”.

Por estes fatores, as feiras de rua são espaços democráticos, recheados de vida e histórias, abertos à itinerância de frequentadores e passantes, de classes sociais, idades, interesses e gostos diversos (figura 17). Desta forma, nestes espaços “é possível mercadejar produtos, encontros, afetos e sentidos” (Lucena e Germano, 2016, p. 74).



Figura 17 - Ensaio de grupo de batuque na Feira Hippie de Belo Horizonte - MG.



Fonte: a autora (2017).

Outra característica que colabora para as trocas que ocorrem na ocupação do espaço seja diversa é o próprio formato organizacional que possibilita o apuramento do olhar no sentido de cuidado e regulação. A falta de divisórias ou paredes sólidas como as vistas nos mercados fechados e lojas tradicionais, “deixa todos num mesmo salão da rua, aos olhos de todos” (Lucena e Germano, 2016, p.82).

As feiras em seu caráter universal são como uma reserva antropológica da condição humana “composta por estratégias criativas de regeneração auto-organização da diversidade a partir da constituição de práticas mais próximas da dinâmica da natureza estendida” (Lucena e Germano, 2016, p. 68). É considerada como um grande organismo vivo que mostra outras formas de construção de estratégias que representam o cotidiano, cultura local e tradições, pois também é um espaço que abraça as mais variadas faixas etárias, desde idosos até crianças.

O modo como o lugar se configura se dá, portanto, à distribuição dos produtos em bancas, aos horários de abertura e fechamento, aos gritos e formas de atrair o cliente e vender o produto, assim, as feiras anunciam sua diversidade de maneira especial por meio das ricas variações de produtos ofertados,

adaptados aos recursos naturais, à economia local e culinária, bem como das ferramentas utilizadas e consumidas em cada região.

Esta permanência no espaço carrega aspectos da sensibilidade e criatividade dos indivíduos que transmitem a rica e diversa teia de artefatos culturais da cidade. São as pessoas que fazem a feira dar pulso utilitária e atribuem valor comercial às manifestações e traços da cultura local (Lucena e Germano, 2016). Cabe ressaltar que os valores abarcados na feira de rua vão além do sentido de mercantilização, mas que também ultrapassam as instâncias “quantitativas do ter e adentram as esferas qualitativas do ser, dos sentidos que animam e vivificam os existires humanos para dar cor e robustez ao seu existir cotidiano” (Lucena, 2016, p. 70).

## 2.2 AS FEIRAS DE RUA NO CONTEXTO CURITIBANO

Nesta pesquisa foi observado que espaços públicos na contemporaneidade podem se delimitar fora de planos urbanos e nascer espontaneamente em decorrência do movimento da população, sendo habilitada com o uso e práticas pelos habitantes.

Na cidade de Curitiba as feiras de rua são tidas como tradicionais. Historicamente, conforme salientado por Freitas (2021), Curitiba possui o mesmo traço observado na região Sul do país, concentrando grande parte do setor da agricultura com um fluxo expressivo de imigrantes europeus no século XIX que, com pedaços de terra recebidos para habitação e trabalho, além de terem a mão-de-obra familiar, puderam desenvolver as atividades que originaram as feiras na região e passaram a vender produtos de hortifrutigranjeiros cultivados ali (figura 18).

Figura 18 - Venda de frutas e verduras na Feira da Praça do Japão em Curitiba - PR.



Fonte: a autora (2023).

Hoje, estas feiras são institucionalizadas e possuem autorização para acontecerem conforme o Decreto de número 3.114/1995. Este Decreto regulamentou a prática da atividade e as devidas unidades de abastecimento da cidade. Carvalho e Bezerra (2017) apontam que o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, fez uma investigação sobre o comércio local e, até meados dos anos 1980, os supermercados representavam o sistema de comércio de maior clientela para produtos orgânicos. Com o Decreto, as feiras começam a englobar uma nova dinâmica na cidade e promover outro cenário.

Além da institucionalização das feiras em Curitiba, sua coordenação fica na responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SMSAN. O órgão regulariza a comercialização de produtos (figura 19), especialmente de hortifrutigranjeiros em ruas, praças e parques da cidade, em dias e horários pré-definidos (Prefeitura de Curitiba, 2024).



Figura 19 - Venda de produtos agrícolas e caseiros.



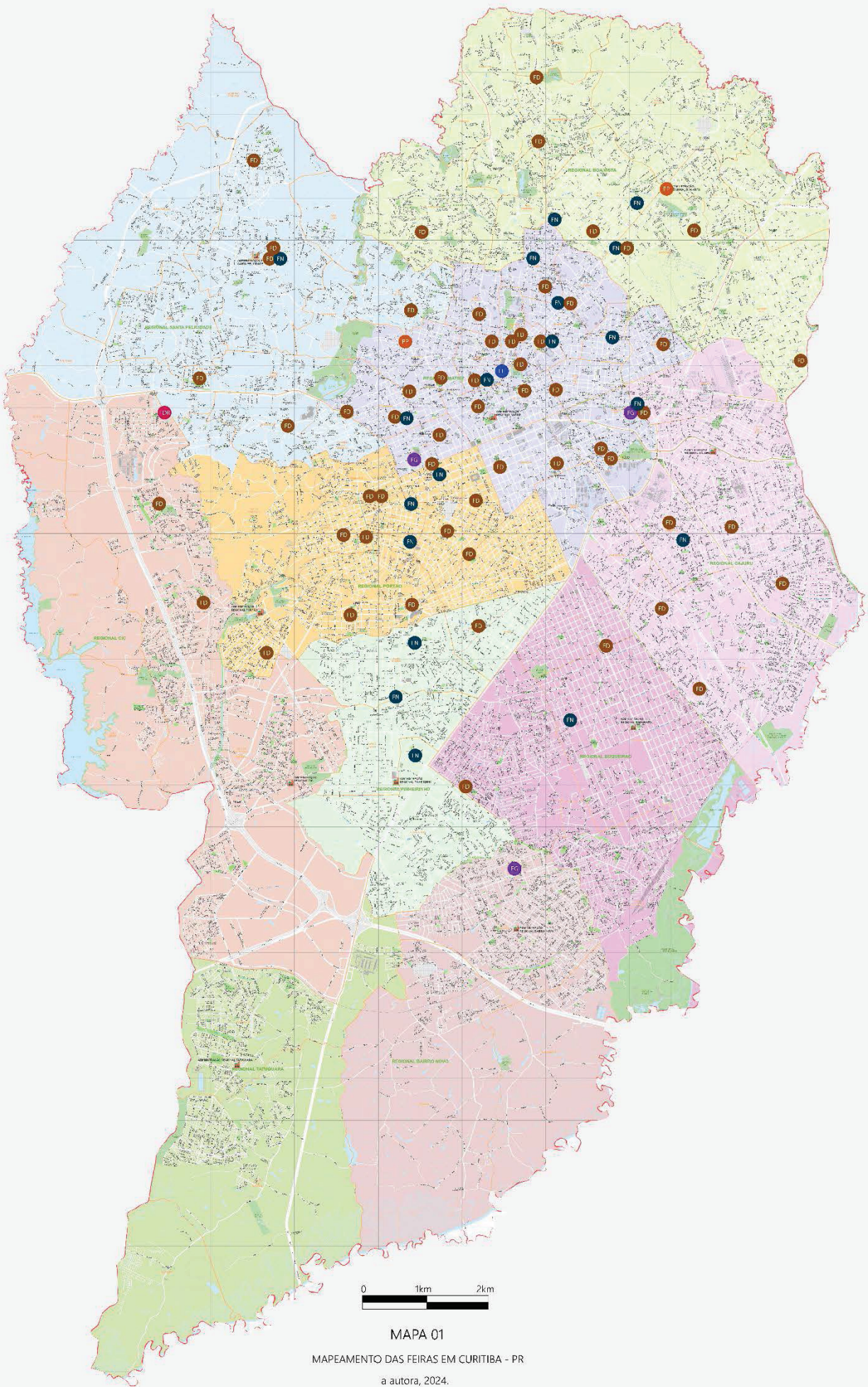
Fonte: a autora (2024).

A SMSAN também protagoniza os aspectos de organização das feiras. De acordo com Carvalho e Bezerra (2017, p. 106), esta secretaria atua no

fomento de canais de comercialização, por meio de um processo de planejamento e monitoramento que é realizado tanto pela Gerência de feira, com base nas disposições regulamentadas na Permissão de Uso, quanto pela Gerência Técnica de Controle de Qualidade, com base nas ações de vigilância sanitária.

Ao todo, a Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC lista 89 feiras (mapa 1 e anexo 1), e acontecem em periodicidade estipulada. Sua catalogação se dá com base no tipo de produto vendido e nos horários nos quais as feiras estão acontecendo. A Prefeitura também elenca algumas feiras pelo valor dos produtos, como por exemplo as feiras realizadas pelo “Programa Nossa Feira” com valores pré-estabelecidos ou os “Pontos de Pescado”, que tem o comércio pautado em boas práticas de manuseio de alimentos para garantir a qualidade dos produtos para venda e a segurança alimentar do consumidor.





MAPA 01

MAPEAMENTO DAS FEIRAS EM CURITIBA - PR  
a autora, 2024.

- FD** FEIRA DIURNA (57)
- FN** FEIRA NOTURNA (19)
- FDR** FEIRA DIRETO DA ROCHA (1)
- FG** FEIRA GASTRONÔMICA (3)
- FL** FEIRA DO LITORAL (1)
- PP** PONTOS DE PESCADO (2)



Das 89 feiras elencadas pela PMC, 82 feiras têm ponto permanente, acontecendo sempre no mesmo lugar, enquanto 7 feiras da modalidade “Nossa Feira”, de hortifruti a preço único, apresentam rotatividade, sendo deslocadas para outros bairros e acontecendo em dias distintos. Alguns feirantes utilizam trailers para vender seus produtos, facilitando o deslocamento (figura 20).

Figura 20 - Trailer de produtos alimentícios na Feira Diurna do Bigorrilho, Curitiba - PR.



Fonte: a autora (2024).

As mais comuns, com venda de hortifruti granjeiro, se destacam por serem implementadas em 37 pontos e, de acordo com dados da SMSAN, é estimado um público de 73.300 pessoas que prestigiam as feiras de rua semanalmente (Prefeitura de Curitiba, 2024).

Em Curitiba, as feiras são organizadas de acordo com as regionais instituídas pela PMC e conforme o setor de atuação, no qual as Feiras Livres do modelo “A” acontecem na regional Matriz; as feiras livres de modelo “B” ocorrem nas regiões próximas à região central e, por conseguinte, as feiras dos demais modelos vão se afastando do centro do município e atendem locais mais afastados.

Dentre tantas feiras de rua, a mais tradicional e popular é, sem dúvidas, a Feira de Artesanato do Largo da Ordem (figura 21), localizada no bairro São Francisco. Camargo e Gatti (2022, p. 14) explicam que a feira “emergiu a partir de um entrecruzamento de sociabilidades, redes de solidariedade e

manifestações artísticas e multiculturais”. As autoras ilustram também que, em toda a sua história “foi e é um espaço de resistência e intercâmbio cultural – espaço físico e imaterial onde histórias de vidas, famílias e ancestralidades inteiras se entrelaçam”.

Figura 21 - Feira de Artesanato do Largo da Ordem.



Fonte: a autora (2024).

Pereira (1990) aponta que a Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem, anteriormente apenas chamada de Feira Hippie, surge na década de 1950 dentro do contexto do movimento hippie, com um viés de anarquismo romântico e tendo notoriedade com a ascensão do movimento de grupos “marginalizados”. Autores como Bonzatto e Polichuk (2014, p. 103) ratificam este ponto explicando que a tomada do espaço público pela feira se dá em decorrência dos “movimentos de contestação e agitação, por meio da poesia denominada “beat”, exprimem suas angústias, dramaticidade e ideologias”.

Ainda sem intercessão da PMC, os cidadãos e artesãos se aparelhavam de forma solidária e cooperativa nas praças de Curitiba, valorizando a arte e a cultura. Gallarza, Baptista e Cavalcanti (2013) apontam que no final da década de 1960, a feira ocorria na Praça Osório e no início da década de 1970 foi deslocada para a Praça Zacarias, esta que recebeu propostas de ações para

restauro do espaço, a fim de revitalizar o lugar e transformá-lo em um centro cultural e turístico.

Bonzatto e Polichuk (2014) resgatam que, neste período, a feira acontecia aos sábados e, como várias feiras de artesanato espalhadas pelo país, também contava com a participação de artistas e estudantes de arte. Oficialmente, segundo Tonet (2004), foi no ano de 1971 que a feira se institucionalizou, por conta da criação de um projeto da Fundação Cultural de Curitiba intitulado “Projeto de Animação do Setor Histórico de Curitiba”.

Neste período, conforme apontado por Grimm, Sampaio e Procopick (2016), a gestão da Feira acontecia de maneira descentralizada, com a organização dos próprios feirantes, estes que decidiam como e o que vender, porém, com o crescimento e diversas alterações, sua gestão se tornou centralizada no poder público, que passou a priorizar o uso e ocupação do território, fazendo a fiscalização da forma, horário, qualidade e variedade do comércio, bem como fazendo os arranjos da cessão de espaço para novos feirantes.

Já no ano de 1972, como apontado por Silva (2013), a Feira expunha produtos de 57 expositores, no qual 70% viviam exclusivamente dessa atividade econômica. Neste período, as principais atividades da feira eram o escambo ou a venda de objetos de segunda mão, configurando características de feira das pulgas, do francês “marché aux puces”, onde as feiras vendiam objetos usados alocados no chão para serem expostos.

De acordo com Pinho e Rocha (2020), este modelo de feira, bem como outras feiras comerciais que ocupam o espaço público, resistiram ao crescimento urbano, sendo atividades que se potencializam e lutam por seu direito à cidade, tendo reconhecimento como um espaço de percepções, sentidos e interações (figura 22).

Sua permanência no espaço público ressalta o que Agamben (2007) traz sobre este tipo de feira: são potentes experiências urbanas. Para o autor, a feira é um dispositivo capaz de causar alteridade na cidade — hospitalidade e hostilidade, e observa que, por meio de trocas materiais ou culturais, são capazes de alterar o espaço público e a cidade consagrada pelo poder público.



Figura 22 - Pessoas assistindo performance musical a Feira do Largo a Ordem.



Fonte: a autora (2024).

O mesmo autor explica que nesses locais, os feirantes passam a pertencer ao local; e o local, a eles, conformando uma hospitalidade recíproca, com esta mesma relação sendo estabelecida por quem frequenta a feira, no qual os cidadãos são recebidos, acolhidos e integrados.

A posteriori, Bonzatto e Polichuk (2014) registram que a Feira sofreu uma sequência de transferências, passando a acontecer na Praça Tiradentes e em seguida na Praça Rui Barbosa, onde permaneceu até 1996. Enfim, foi transferida para o Largo da Ordem, transferência esta que causou uma alteração no perfil desta feira, se voltando para o aspecto cultural local (figura 23).

Figura 23 - Venda de quadros com temática de Araucárias, árvore símbolo do Paraná.



Fonte: a autora (2024).



De acordo com o autor, foi a partir do Decreto 221/1989, da PMC, que regula as Feiras de Arte e Artesanato do município deu à Feira o nome de “Feira de Artes e Artesanato Garibaldi”, por conta da localização próxima à Praça Garibaldi, na Rua Claudino dos Santos, no Largo Coronel Enéas e na Rua Dr. Kellers.

Segundo Carvalho e Bezerra (2017), com o passar dos anos, a Feira do Largo da Ordem, se revolveu exclusivamente a venda de artesanato de alta qualidade, sendo fiscalizado quanto a qualidade dos produtos comercializados e sobre o espaço que ocupa e se tornou um dos principais atrativos turísticos, reunindo aos domingos um número expressivo de pessoas.

O Decreto 797/2006 estipulou que a administração das Feiras não seria mais de responsabilidade da Fundação Cultural de Curitiba, mas sim do Instituto Municipal de Turismo. Além disto, este Decreto foi responsável pela criação da categoria de “Feira Tradicional”, denominando as feiras que são referência da cidade, como a Feira do Largo da Ordem.

Já no ano de 2010, o Decreto 112/2010 determinou a finalidade das Feiras de Arte e Artesanato de Curitiba, ressaltando que estas feiras têm como ponto principal o incentivo a atividade artesanal, valorizando o artista e o produtor artesanal de Curitiba e Região Metropolitana; proporcionar polos de comercialização, estimulando a atividade cultural e econômica com geração de trabalho e renda; divulgar a atividade artística e artesanal de forma a oportunizar novos negócios, objetivando a cultura como fonte de desenvolvimento econômico e turístico; identificar os artistas e artesãos curitibanos; definir áreas de lazer cultural e de comércio artesanal à população.

Além de determinar as atividades, o Instituto de Turismo de Curitiba definiu no Decreto as questões quanto administração, comissão de feiras, comissão de avaliação e vistoria, organização, critérios de acesso à feira, categoria dos expositores, licença de funcionamento, critérios de cancelamento de licença, forma de participação, notificação da licença de funcionamento, penalidades, processo de aplicação das penalidades, termo de compromisso e outros.

De acordo com o Instituto Municipal de Turismo de Curitiba (Curitiba Turismo), se contabilizou a participação de 1.400 barracas e cerca de 20 mil visitas aos domingos. Sua expansão se deu conforme os espaços disponíveis,

tendo mais de 100 feirantes à espera de um espaço e oportunidade de comercialização.

No site do Curitiba Turismo é possível encontrar diversas informações sobre o ingresso de novos feirantes e quanto o cadastramento que se dá sob solicitação escrita que protocola o pedido. O arranjo da Feira se dá por meio de parceria público-privada, onde os feirantes eleitos como representantes se reúnem enquanto comissão e participam mensalmente com a administração pública para solucionar os diferentes problemas quanto à forma de funcionamento e gestão da feira, seguindo de acordo com as normas postas no Decreto 112.

De acordo com Grimm, Sampaio e Procopick (2016), a gestão participativa com a administração pública existe junto aos feirantes. Os autores explicam que a responsabilidade sobre montagem, guarda e conservação das barracas é do expositor e é pago à prefeitura uma taxa anual referente ao uso do solo.

O papel da prefeitura, então, é a responsabilidade dos funcionários que trabalham na administração da feira, na limpeza, segurança, ações de marketing integrada ao turismo e o plano de mobilidade para acesso por meio do transporte público. Entretanto, para os autores, embora tenha acontecido a institucionalização do arranjo pela administração com controle e ordenamento, isto implicou em um baixo estímulo da participação popular e protagonismo das comissões.

Quanto ao engajamento no âmbito do turismo, Furtado (2006) indica que os turistas estrangeiros buscam na feira produtos exóticos, que se referem ao passado, autenticidade, com estética e significado. A Feira do Largo da Ordem tem uma configuração espacial que compreende 5 segmentos, correspondendo a 1,6 km de extensão. É hoje um espaço multicultural com grande diversidade de produtos, que principalmente contam a história da cidade, com símbolos locais e regionais estampados nos acessórios, artes plásticas e artesanato, é possível encontrar a “cara” de Curitiba até nos produtos alimentícios (figura 24).

Figura 24 - "Capistel": pastel em formato de capivara, referência da cultura paranaense, vendido nas Feiras de Curitiba.



Fonte: a autora (2024).

Contudo, não se encontra a cultura curitibana apenas na Feira do Largo da Ordem. Com a tradição atrelada à experiência local, a PMC instaurou também as chamadas “Feiras Especiais”, que fazem parte do calendário oficial de eventos da mesma desde o ano de 1992. Estas feiras têm o objetivo de tornar o espaço público mais atrativo durante as estações, portanto, elas se realizam em quatro épocas do ano, Páscoa, Inverno, Primavera/Criança e Natal em duas praças da cidade, Osório e Santos Andrade (Curitiba Turismo, 2024).

As feiras regularem e as feiras especiais, que ocorrem em dados períodos festivos, procuram resgatar a ocupação dos espaços públicos de Curitiba, movimentando a economia, valorizando a produção cultural local em

vários aspectos, cabe salientar que as Feiras de Curitiba visam o enaltecimento da imagética local veiculada no marketing da cidade e semiótica difundida. Nesta sessão foi compreendido que os símbolos culturais – como observado nas figuras 22 e 23 – retratam parte da identidade curitibana e colaboram para a permanência das feiras nas ruas, pois são buscadas tanto pelos cidadãos locais, quanto pelos turistas, aumentando o engajamento em se usufruir do espaço público da cidade de Curitiba.







### **3. FÍSICO, SIMBÓLICO E POLÍTICO: PERSPECTIVAS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

O que seria da vida sem um palco no qual as pessoas se reúnem, transitam, observam, se identificam e desfrutam? No senso comum, é possível que o espaço público seja visto apenas como um espaço de transição ou com finalidade de sentar e aguardar para um novo deslocamento, entretanto, a ideia de um espaço ativado pela e para a sociedade abraça muitas características fundamentais para a manutenção da vida e para a atribuição das qualidades de um espaço ou cidade.

Compreender de onde ele vem é necessário para reconhecer as demandas de uma comunidade e avaliar como as transformações urbanas influenciam no cotidiano local, social, cultural e político de determinado espaço, registrando sua evolução e até o seu declínio.

As noções do conceito “espaço público” têm sido discutidas em diversos campos de estudo por ser um termo vasto e complexo, dada as diferentes distinções e interpretações atreladas a ele e, definir o espaço público como se ele fosse o contraponto ao espaço privado, não abrange todas as dimensões fundamentais para entendê-lo. Mesmo trabalhando com as definições da Sociologia, da Filosofia e do Direito, sem considerar sua dimensão social, política e cultural, a definição não abraçaria sua interpretação completa.

Levando em consideração que o espaço público não é organizado apenas pela gestão pública, como será discutido neste capítulo, a natureza do espaço público engloba dinâmicas, práticas e agentes que significam este espaço. Para além disso, o tempo e este mesmo espaço são fundamentais para defini-lo no campo do Planejamento Urbano.

De acordo com Gomes (2002), o espaço público é um objeto da paisagem urbana (figura 25) e que pode ter um papel transformador na dinâmica das cidades, ao possibilitar um espaço integrador e dar condições de expressão e individualidade dentro de um universo plural. Nesta paisagem, as residências, prédios, praças e lugares turísticos são capazes de se conectar.

Figura 25 - Paisagem Urbana de Curitiba: Paço da Liberdade/Praça Generoso Marques.



Fonte: a autora (2018).

A discussão se expande para além desta característica plural de transformação da cidade, para Nogueira (2003), o espaço público tem como característica essencial a configuração uma rede contínua que se estende a toda a área urbana, assumindo diferentes papéis, entre eles:

- (i) estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e o entorno territorial; (ii) é o suporte básico para a mobilidade urbana interna, (iii) constitui a referência do parcelamento do solo para a edificação e os usos primários, enquanto que serve de acesso e fachada independente de cada parcela; (iv) torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade; (v) provêm de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão; (vi) facilita a obtenção de redes de serviços urbanos (Nogueira, 2003, p.26).

Por deter as características acima apontadas, conforme as práticas socioculturais se transformam no decorrer do tempo, a relação do indivíduo que habita e vive a cidade também se renovou, revelando novos modos de vida que se conectam de diversas formas com o espaço público e a cidade. A ideia de espaço e tempo, conforme aponta Harvey (2001), opera na reprodução social de uma maneira única, relacionando os processos e práticas deste modo de reprodução e das formações sociais deste espaço e tempo.

Pensando no aspecto temporal da criação do espaço, DaMatta (1997, p. 22) debate que tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens.

É no espaço e tempo que acontecem as leituras do mundo e são mostradas as relações humanas, dos indivíduos e de grupos, abraçando ou não práticas construídas na história ou diluindo as atividades do cotidiano, no qual o espaço público é um dos grandes promotores da sociabilidade, na expressão da cultural de um grupo ou sociedade. Conforme apontam Carreras i Verdaguer (2002, p. 97),

o acesso do público supõe um diferencial do espaço, a apropriação física ou sentimental que fazem os indivíduos e os grupos que vai mais além do consumo simples da sua imagem simbólica, produto das políticas urbanas (Benach, 1970), que fazem como meros espectadores (Carreras i Verdaguer, 2002, p. 97).

O espaço se concatena à reprodução das relações sociais, pois, de acordo com Costa (2021, p. 17) “o espaço público é revelado ou ativado quando a sociedade passa a funcionar por meio de demandas articuladas, em nome do público” (figura 26).

Figura 26 - Festival de Jazz realizado na Praça Afonso Botelho gratuitamente.



Fonte: a autora (2018).

O espaço público, segundo Gomes (2002), deve levar em consideração, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que se desenvolvem nele.

Para tanto, o autor descreve o espaço público como tendo propriedades atreladas à vida pública, as quais definem o espaço público como o lugar do



discurso político, sendo imprescindível a coexistência de indivíduos para que este lugar exerça tal função. Para o autor é neste tipo de espaço que os problemas se apresentam, tomam forma e desenvolvem sua dimensão pública, ainda, é nele que estas questões serão esclarecidas.

Outros autores vão de acordo com esta percepção mencionada. O espaço público hoje, segundo Borja (2003, p. 45), resulta da “separação formal entre a propriedade privada urbana e a propriedade pública, assumindo a conotação jurídica que deveria garantir acessibilidade a todos”. Para o autor, estes espaços precisam ter caráter social, coletivo e multifuncional (figura 27), ainda, o autor salienta que a dinâmica da cidade e a conduta dos seus cidadãos podem criar espaços públicos que não tenham uma conotação jurídica, pois o que determina o que é um espaço público é o seu uso.

Figura 27 - Feira de rua em frente a conjunto de sobrados em rua sem saída próximo ao Jardim Botânico de Curitiba.



Fonte: a autora (2023).

É neste ponto que esta pesquisa adiciona uma perspectiva importante: a dimensão sociocultural. Ao observar que os usos manifestados pelos cidadãos são basilares para definir o que é o espaço público, os processos sociais inferem na existência de processos culturais ou socioculturais que constroem o espaço público.

Borja (2003) verifica uma dimensão sociocultural no espaço público enquanto lugar de relação e de identificação, de contato entre as pessoas e também de expressão comunitária. Assim sendo, o espaço público pode ser considerado o espaço de papel fundamental do Planejamento Urbano, da cultura urbana e da cidadania, sendo um espaço físico, simbólico e político.

Portanto, ao considerar o espaço público tendo seu papel de agente transformador na dinâmica local aliado a uma abordagem cultural se fundamenta a análise dos sistemas de relações institucionalizadas, entre as quais aparecem as concepções entre a esfera pública e privada e surge no espaço público as feiras de rua.

Após as leituras apresentadas, o capítulo se desenrola nas definições sobre o conceito do que é público, englobando suas características adquiridas historicamente e seu desenvolvimento social e político. Em segundo momento, o debate salienta as mudanças no uso do espaço público e os causadores destas transformações, bem como as necessidades trazidas por novas estruturas sociais e espaciais.

Por fim, o capítulo traz possibilidades e ferramentas a respeito dos diferentes modos como a administração pública tem lidado no que tange a articulação dos espaços por cidadãos, grupos privados e o Estado, ressaltando a participação pública como uma maneira de colocar o habitante da cidade como protagonista do desenvolvimento dos espaços.

### 3.1 DAS DEFINIÇÕES E ENTRAVES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO DA RUA

O conceito de espaço público está intimamente atrelado a origem das cidades, como construção social, resultado de um processo sócio-histórico, apoiado na necessidade humana da vida em comunidade. Diversas características dos espaços públicos têm origem nas antigas civilizações, neste sentido Carmona *et al.* (2008) destaca que na antiga civilização grega, a “acrópole” e depois a “ágora” eram utilizadas como espaços de reunião para os cidadãos e recebiam as atividades sociais e políticas.

De acordo com Gomes (2002, p. 40-42), a ideia de espaço público enquanto local de propriedade pública e acessível a todos tem início no desenvolvimento do conceito de democracia, manifestando a igualdade e a

reciprocidade das relações dos seus cidadãos, criando um novo nicho da vida coletiva: o domínio público. Resende (2005, p.130) explica:

A praça era o local onde se discutiam questões de interesse desses cidadãos (os *eleutheroi*), questões reduzidas a um espaço determinado pela relação de dominação que eles mantinham na sociedade em que estavam inseridos. O espaço público era então reduzido aos partícipes dessa “comunidade”, atores de uma comunicação ainda distante de ser social, de uma comunicação cujo objetivo se restringia ao conceito de “tornar comum”, comum limitado à esfera do koinos, mundo dos gregos no espaço da polis (Resende, 2005, p. 130).

Para Gomes (2002), esta colocação política apresenta um reflexo espacial nas cidades gregas, na qual a ágora ganha o título de espaço público, espaço onde os homens livres e iguais poderiam se encontrar em qualquer hora. O autor ressalta que é a partir deste ponto que cidade ganha status de uma sociedade civil, na qual ela passa a ser regida por uma série de leis e critérios, configurando assim o Direito Urbano, que segue se desenvolvendo durante o Império Romano.

Entretanto, Carmona *et al.* (2008) adverte que neste período, o acesso aos espaços públicos não era igualitário, visto que as mulheres, os estrangeiros e escravos eram excluídos e segregados por não serem considerados cidadãos tais quais os homens livres e iguais que usufruíam da cidade. Ainda neste contexto, Zukin (1995) discute que os símbolos culturais dos diferentes grupos da sociedade poderiam influenciar no aspecto social de um espaço, segregando ou convidando as pessoas.

Conforme Carmona *et al.* (2008), as características dos espaços públicos que foram originadas na civilização grega foram as seguintes: as qualidades multifuncionais dos espaços, seus usos democráticos, aproveitados para o desenvolvimento econômico e comercial, espaços informais que promovem a interação social e, por último, o autor relaciona a importância do aspecto estético e a limitação de acesso para diferentes grupos da sociedade.

De acordo com Borja (2006), a partir da cidade industrial, enquanto resposta classista acerca do processo de apropriação privada da cidade, começa um afastamento do sentido de espaço público. Contudo, o autor enxerga a existência de um processo que ele chama de democratização urbana, que ocorre devido sua progressiva apropriação social.

O que se entende, portanto, é que o espaço público surge como uma expressão do desenvolvimento da cidadania e o retorno das práticas sociais, visto como uma necessidade social e direito fundamental, logo, o exercício da cidadania e o espaço público se aliam para condicionar a construção das cidades.

Por fim, em uma última noção de espaço público, este se transforma no significado da “experiência moderna de vida pública”, traduzido conforme Caldeira (2000, p. 302) como “a primazia e abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças, e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais”.

Para Borja (2006), o espaço público é elemento central do urbanismo para fazer da cidade um ambiente de troca, ressaltando a importância da administração pública para gerir este espaço e propagar a sua relevância para a cidade, pensando nas políticas públicas que alicerçam sua construção.

Desta maneira, é possível constatar que existe uma ligação entre o espaço público composto pelas dimensões: social, política, comunicativa, e o exercício da cidadania e a constituição de sociedades mais justas e democráticas (figura 28). No limite, a não manifestação do caráter público de acordo com suas dimensões constitutivas implicaria em espaços públicos vazios: o reino da intimidade e dos interesses particulares, a perda da civilidade e da liberdade.



Figura 28 - Manifestações políticas em 2018 na Praça Santos Andrade em Curitiba.



Fonte: a autora (2018).

O significado deste tipo de espaço se modifica de acordo com os modos de uso e identificação dos espaços públicos, que organizam a malha urbana, promovendo encontros, trocas, manifestações sociais e de lazer, possibilitando a mobilidade e permanência nas dinâmicas espaciais atreladas aos processos e às práticas sociais. Borja e Muxi (2003) apontam que o espaço público permite que os aspectos sociais e simbólicos de uma sociedade se manifestem, implicando no tipo de relação que se tem no espaço coletivo.

El espacio público supone, pues, dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que le hace un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales (Borja e Muxí 2003, p. 28).

Por sua vez, Carr (1995, p. 345) constata uma “missão cultural” nos espaços públicos, responsável por desempenhar o papel de “cola social” integradora. De acordo com o autor, é devido os espaços públicos que nasceria uma cultura pública coerente e inclusiva, estimulando os sentimentos de

igualdade. Além disso, para Borja (1998), outra característica dos espaços públicos é relacionada ao oferecimento de condições de igualdade a todos, permitindo a coexistência de indivíduos de grupos distintos e com vivências diferenciadas, reforçando os espaços públicos como espaços essenciais na manutenção dos laços sociais.

Contudo, nas últimas décadas, o espaço público tem sido planejado em segundo plano, indo ao contrário das perspectivas apontadas acima. Gehl e Gemzøe (2002) explicam que a rejeição dos espaços públicos vem da era dos urbanistas modernos e do desenvolvimento acelerado e exponencial do tráfego de veículos, concomitante à valorização da malha viária (figura 29).

Figura 29 - Fluxo de trânsito de veículos no Centro de Curitiba.



Fonte: a autora (2018).

Carmona (2010, p. 90) salienta que o desenho urbano se voltou ao “espaço de circulação de veículos, enquanto o espaço de movimento do pedestre perdeu importância e passou a ser tratado como elemento secundário” e evidencia também a criação de um padrão de ocupação de enclaves na cidade: “empreendimentos com edifícios isolados, rodeados por estacionamento próprio, com via de acesso exclusiva para via coletora, gerando um desenvolvimento introvertido, voltado para dentro” (Carmona, 2010, p. 90).

Outra herança do modernismo, para Gehl (2013, p. 26) é que “ideologias dominantes de planejamento rejeitaram o espaço urbano e a vida na cidade”,

num panorama em que o planejador não considerou que espaços urbanos comuns constituíam atividades que impactam o desenvolvimento urbano.

É neste sentido que Carmona *et al.* (2008) aponta a homogeneização dos tipos espaciais, ignorando as necessidades sociais e psicológicas de uma cidade cada vez mais diversificada. De acordo com Farr *et al.* (2013), portanto, o principal motivo para a decadência dos espaços públicos, além do modo de se projetar, é a não inclusão de provisão de oportunidades iguais para todos nas etapas de planejamento por parte dos próprios planejadores.

Neste cenário no qual o espaço público muda de significado, Borja e Muxí (2003) explicam um novo processo. Os autores determinam um triplo processo negativo do planejamento urbano – dissolução, fragmentação, privatização – que reforçam mutuamente e colaboram para a supressão dos espaços públicos como espaços de cidadania, pois são palcos da síntese dos lugares e fluxos para uma coesão social.

Os fenômenos de supressão mencionados nos espaços públicos são verificados por Goldberger (2007) tanto nas cidades formais quanto nos subúrbios no que tange a intensificação da transferência das funções que antes eram dos espaços públicos – o encontro de pessoas para fins comerciais ou cívicos – para espaços privados fechados, substituindo as funções dos espaços públicos, das ruas, mercados, praças e parques.

Delgado (2007) traz uma importante análise sobre esta maneira de se pensar o espaço público pontuando que sua implementação está relacionada à retórica político-urbana e nas suas agendas correspondentes, detectando que este conceito de espaço público de viés privatista e menos social aflora no início da grande dinâmica de terciarização, gentrificação e tematização que quase todas as cidades europeias viveram, em processos globais.

Neste sentido, Sobarzo (2006, p. 95) destaca os paradigmas da criação dos espaços como produto privado, no qual a arquitetura e o urbanismo se voltam para

novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, shopping centers, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos [...]. Os novos espaços “públicos” – realmente semipúblicos ou pseudopúblicos – são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais clean e, em último termo, negando-a.

Portanto, dentro do planejamento urbano e da construção da cidade, os espaços públicos antes teóricos se tornam espaços sensíveis. Delgado (2007) ratifica que o que antes era uma rua é hoje um palco potencialmente inesgotável de comunicação e trocas, um espaço acessível a todos onde ocorrem negociações constantes entre os agentes.

Segundo Gehl (2013), a cidade viva demanda uma coalizão de espaços públicos interligados, articulados em rede, acessíveis e seguros, interessantes e atrativos, bem como uma quantidade mais expressiva de pessoas que queiram utilizá-los. À luz disto, se entende que espaço apropriado por intermédio das práticas cotidianas tem significado para além do espaço concreto, pois ele é entendido e ressignificado, simbólico e afetivo, deixando de ser apenas um espaço consumido e, como aponta Certeau (2003, p. 172), se relaciona à “experiência antropológica, poética ou mítica do espaço”.

É neste sentido que para Madanipour (1996), os espaços públicos são pontos de encontros e contentores para os movimentos sociais. Por tal motivo, o autor infere que é necessário um bom acesso aos espaços e que estes sejam inclusivos e abertos, levando em consideração seus aspectos socioespaciais e características relacionadas.

Os autores Carr *et al.* (1992) e Carmona *et al.* (2004) também discutem o espaço público como um elemento que desempenha um papel importante na vida pública e que melhora a qualidade de nossas vidas e bem-estar.

Ambos autores enxergam o espaço público neste espectro: espaços que promovem a saúde física, mental e social, bem como sendo palco de integração social, gerando senso de lugar, desenvolvendo a economia e promovendo um modo de vida mais sustentável. Para Madanipour (2020) é pertinente que se fale do acesso aos espaços públicos. O autor avalia que quanto mais acessível um lugar, mais público ele se torna.

Por fim, se um espaço público possui todas estas características e possibilidades que cumprem funções que o distinguem do espaço privado, é fundamental se que promova cada vez mais o acesso, a mobilidade e a diversidade, os quais promoverão uma multiplicação de identidades fragmentadas no espaço e intensificará o uso por mais usuários, bem como a formação de uma comunidade, sem destituir o espaço público do caráter de



percurso urbano. Assim, o espaço público se diversifica, qualifica e adquire novas dimensões, dando força a vizinhança.

### 3.2 A PRIVATIZAÇÃO DA VIDA URBANA: O QUE É PÚBLICO, A RELAÇÃO PÚBLICO *VERSUS* PRIVADO E SEUS REFLEXOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Os debates sobre os espaço público vêm se fortalecendo devido aos atravessamentos e multidisciplinaridade do planejamento urbano nas cidades contemporâneas, transpondo as abordagens vistas na Arquitetura e no Urbanismo e lançando questões crescentes na relação das pessoas com o espaço público quanto aos seus usos, a insegurança e também quanto ao aumento da criminalidade, bem como outras questões cotidianas da sociedade, sendo visto como um espaço que não remete às boas vivências da cidade e sim como um espaço a ser evitado.

Gomes (2002) e Gehl (2006) salientam que mudanças relativas à forma de utilização dos espaços públicos acontecem devido a busca por segurança e que, sem a mesma, pode acontecer um processo de declínio do uso destes espaços como lugar de permanência, lazer, recreação e sociabilidade. Reiterando isto, Ribeiro (2000) aponta o afastamento das pessoas com o espaço público frente aos espaços abertos e pouco controlados, que revelam uma tendência de ansiedade em estar nos espaços urbanos.

Em vista disso, Gehl e Gemzøe (2002) respondem sobre o declínio do uso dos espaços públicos atrelado ao empobrecimento dos projetos, não acompanhando as mudanças sociais e novas necessidades espaciais. Ademais, os mesmos autores discutem acerca dos principais pontos a serem resolvidos para que estes espaços públicos sejam capazes de resguardar a vida social coletiva, principalmente no que tange a ocupação dos espaços pelos pedestres.

Como forma de mitigar os efeitos do aumento da insegurança da população nas ruas, o que se verifica é a intensificação de um processo de privatização da vida urbana e esvaziamento dos espaços públicos, fenômenos estes que têm promovido mudanças sociais e culturais no que tange a civilidade, convivência e integração social dos cidadãos no espaço público, fazendo com

que aflorem questionamentos sobre a estrutura da produção destes espaços e o significado da relação público *versus* privado na cidade contemporânea.

Enquanto surgem cada vez mais empreendimentos privados com o intuito de resolver a insegurança da população no espaço público, seja com projetos habitacionais ou de lazer – em detrimento de questões sociais, locais, políticas, econômicas e culturais –, os espaços públicos passam por processos de ressignificação e até mesmo remodelação, em busca da manutenção de espaços de convivência e troca, para expressão cultural e social.

É neste sentido que Caldeira (2000, p. 307) descreve que o “espaço público moderno e democrático” possui potencial para “desafiar e nivelar as hierarquias”, por ser um espaço que, no contexto no qual se insere, luta para resgatar o sentido do que é público e busca a retomada da coletividade no processo de ocupar e usufruir desse espaço público.

O que se pretende debater a seguir, portanto, é o que significa a esfera pública e como tem acontecido a privatização da vida urbana em virtude dos fenômenos que atingem o uso do espaço público, além de debater horizontes da dinâmica público privado.

### 3.2.1 O que é público e as transformações do espaço a partir da relação público *versus* privado

A partir do que foi debatido na sessão anterior, se entende a mudança na forma de produção do espaço público em decorrência da maneira de se projetar, do surgimento de novas demandas espaciais e da sobreposição de valores sociais. Assim, Bauman (2001) afirma a necessidade de espaços públicos como subsídio para que se desenvolva a vida em coletividade, bem como a manifestação do sentido político do espaço público contemporâneo.

De acordo com Carreras i Verdaguer (2002, p. 95), o espaço público está diretamente atrelado “com o que é público”, ou seja, vinculado à titulação jurídica do que se apropria. Segundo o autor, os espaços públicos são todos os espaços “que pertencem a alguns dos diversos níveis de Administração, Estado, comunidades autônomas ou administração local, os quais, portanto, seriam abertos, administrados pelos cidadãos”.

Habermas (1984) aponta a dificuldade de compreensão dos termos “público” e “esfera pública” em análise histórico-sociológica, pois canalizam as variadas camadas verbais históricas desde o século XVIII, no qual o emprego da palavra “*publicité*” começou a ser feito em oposição à autoridade do Estado e da Igreja, aplicada à vida social e privada da burguesia.

Compreendendo estes atravessamentos, Lavallo (2005, p. 35) destaca que a terminologia “público” é concatenada a três dimensões constitutivas: social, política e comunicativa. A caracterização apontada por este autor determina que cada dimensão do “público” tem seu reflexo antagonista, isto é, tem um paralelo de significados no mundo do “privado”: público *versus* privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; público *versus* propriedade ou interesse particular; e público *versus* não difundido, de conhecimento particular ou restrito.

Estes antagonismos são explicados por Rabotnikof (2008) quando a autora salienta as questões acerca do bem comum e do que tange uma responsabilidade atribuída ao governo, ao Estado ou à coletividade. A distinção das duas esferas fica esclarecida por ser relativo aos espaços sob esta responsabilidade governamental ou sob uma operação particular e não-governamental, enquanto um espaço – o público – permite o acesso de diferentes pessoas e outros serão enclausurados.

De acordo com Rabotnikof (2005, p. 46), a imagem de espaço público se compõe a partir de elementos de diferentes discursos: “a reflexão jurídica e a análise político-administrativa”, bem como a abordagem acerca dos meios de comunicação e sobre análises das questões urbanas. Conforme Leme (2008, p. 11), o que se verifica, portanto, é que o espaço público se trata de “um conceito que tanto nomeia lugares materiais, como remete também à esfera da vida social e política”.

Em face deste cenário conceitual hermético, Lavallo (2005, p. 34-39) sublima “a pertinência de se pensar no espaço público de modo historicizado e a partir de abordagem mais flexível que permita contemplar diferentes dimensões problemáticas”. Portanto, este autor sugere pensar o espaço público “em termos de uma configuração multidimensional”.

Para Leite (2002, p. 116), o espaço público é onde “as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente”, conforme a vida pública acontece.

Denota um espaço de expressão democrática da vida urbana (figura 30) e do campo de luta que é a cidade, por serem o que Arendt (2008, p. 195) chama de “espaços de aparecimentos”.

O espaço público é para Arendt o lugar da palavra e da ação. Para a autora, os espaços de aparecimentos são lugares aonde acontece a participação efetiva do homem na sociedade, este espaço passa a existir “sempre que os homens se reúnem na modalidade da ação e do discurso e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo, isto é, as várias formas possíveis de organização da esfera pública” (Arendt, 2008, p. 212).

Figura 30 - Feira do Largo da Ordem: espaço apropriado por pessoas e para pessoas.



Fonte: a autora (2024).

Além destas definições necessárias para a configuração do espaço público como espaço social ou coletivo, Delgado (2007) aponta que o espaço público não deve se limitar a executar uma vontade descritiva, mas que também transmita sua conotação política. O desenvolvimento do espaço público que engloba os cidadãos significa ter uma esfera de coexistência pacífica e harmoniosa dos distintos grupos da sociedade, um quadro no qual a possibilidade de estar juntos deve ser formada e confirmada sem se sobrepor.

Madanipour (1996) resgata o ponto de que, em virtude da expansão das cidades e criação de habitação cada vez mais segregada, o acesso aos espaços públicos se tornou mais difícil, trazendo insatisfação e a busca por restabelecer o papel e o valor dos espaços públicos por parte dos cidadãos.



Ainda, o autor supracitado aponta que, a fim de recuperar os espaços públicos, eles foram privatizados. Ou seja, nesta lógica na qual os espaços públicos eram negligenciados, se criou o panorama de privatização para que os espaços públicos fossem mantidos, contudo, isso ainda dialoga no sentido de um afastamento do poder público na manutenção da existência do espaço e refletindo no abalo da prática do sujeito-cidadão.

Na busca pela compreensão dos fenômenos que atingem o uso do espaço público, Gomes (2002, p. 176) detecta alguns processos relativos à dinâmica do espaço público que esclarecem melhor e que determinam as possíveis causas do recuo da cidadania e ao enfraquecimento do que é público, em detrimento da expansão da esfera privada. O primeiro processo a ser destacado é a apropriação privada dos espaços comuns (figura 31), como exemplo a ocupação de calçadas, fechamento de ruas com cancelas, entre outros, na qual muitas vezes se associa a sensação de insegurança, como mencionado anteriormente.

Figura 31 - Ação de conscientização contra a privatização de locais públicos em pista de skate em Curitiba pela Federação dos Trabalhadores de Empresas de Crédito do Paraná (Fetec-CUT-PR).



Fonte: Tribuna PR, 2023. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/pegadinha-sobre-privatizacao-de-pista-de-skate-em-curitiba-foi-acao-planejada/>

De acordo com Serpa (2005), assim se identifica o estabelecimento do espaço urbano como objeto de consumo e o aumento do consumo na cidade

contemporânea concomitante ao crescimento da esfera privada, influenciando negativamente sobre os espaços públicos.

Na rua, que agora se tornou espaço público, materializa-se a figura do cidadão, na qual se resumem os princípios da igualdade democrática e da universalidade. Conforme Delgado (2007) aponta, é nele que se pratica especificamente os direitos em que se torna, ou deveria ser possível, o equilíbrio entre uma ordem social desigual e injusta e uma ordem política que se supõe ser equitativa, entretanto, o que se verifica é o processo de espraiamento das pessoas e a perda do senso de heterogeneidade social.

Os outros processos evidenciados por Gomes (2002) são: o emuralhamento da vida social, que tem como um dos seus vieses o crescimento do individualismo, ponto este relativo à diminuição dos laços de vizinhança e reforço das relações impessoais e superficiais, acentuados na modernidade e cada vez mais atrelado às novas tendências sociais trazidas pelas esferas da comunicação e tecnologia; e a tendência que busca ambientes mais homogêneos e isolados, reforçando fenômenos como os “enclaves fortificados” (figura 32) apontados por Caldeira (2002), que muito tem a ver com a dominação do setor privado sem levar em consideração cidade em seu viés de abertura pública.

Figura 32 - Concentração de condomínios fechados no bairro Campo Comprido em Curitiba.



Fonte: Google Maps (2024).

Para Carvalho (2004), devido aos avanços tecnológicos e do desenvolvimento contínuo das cidades, os cidadãos investem cada vez menos tempo nas relações sociais e em comunidade, o que influencia na utilização informal do espaço público como espaço de vivência, em contrapartida, o mesmo autor aponta que neste contexto outros fenômenos positivos ocorrem, estimulando novos modos de uso dos espaços urbanos e novas sociabilidades.

Esta privatização dos espaços públicos acarretou em novos desafios, nos quais Loukaitou-Sideris e Banerjee (1998) destacam o design e criação de espaços públicos calculados para grupos em busca de enriquecimento econômico, fazendo com que se acentuem as diferenças sociais e intervenções de interesse privado, não levando em conta as necessidades dos cidadãos.

De acordo com Madanipour (1996), o atrelamento de instituições privadas no desenvolvimento e administração dos espaços públicos alterou a função dos espaços e estes passaram a ser vistos como *commodities*, espaços almejados para o benefício econômico, no qual empresas privadas tem intuito de vendê-los para a classe média em uma exploração monetária.

Serpa (2007) averigua, portanto, que o espaço público é tido como objeto de consumo e a expansão deste consumo ocorreria concomitantemente à expansão da esfera privada. No decorrer das décadas, a sociedade civil constituiu uma esfera privada com ambições que, de acordo com Chauí (1992, p. 380), buscam a “absorção da esfera pública (o Estado) pela sociedade civil”, em um movimento de domínio de classe que ressalta um afastamento do espaço público de um cotidiano comum.

Esta perspectiva se alinha ao processo de privatização do público, sem uma negociação do espaço. A referida autora destaca que acontece “como reflexão que um indivíduo ou um grupo de indivíduos realiza a propósito de seus interesses e direitos e a expõe livremente em público” (Chauí, 1992, p. 380), rompendo o cenário ideal de negociação do espaço público.

Perante as condições socioculturais da contemporaneidade, se entende que a esfera pública e as permissões de uso do espaço público são campos em constante movimentação, que se confluem e se expandem, sendo uma arena que ainda favorece um cenário heterogêneo da sociedade e, como verifica Sheikh (2006), não há uma única esfera, mas um conjunto de diversas esferas públicas que se sobrepõem.



A transformação da relação público *versus* privado também parte da emergência do Estado na administração da dimensão pública da vida em sociedade, como modo de se opor à dimensão privada. Conforme Delgado (2008) assinala, o que era apenas uma rua, hoje é um palco potencialmente inesgotável de comunicação e trocas das duas esferas, mediando-se, portanto, um espaço acessível a todos onde ocorrem negociações constantes entre os agentes co-presentes, criando uma dinâmica pautada na liberdade formal e direitos iguais, tudo numa esfera que todos podem apropriar-se, mas não podem reivindicar este espaço público como propriedade.

Na discussão trazida pelo autor, há um lugar de mediação entre a sociedade e o Estado – o que corresponde a sociabilidade e cidadania –, organizado para que os princípios democráticos que possibilitam o livre fluxo de iniciativas, julgamentos e ideias possam ganhar vida. O autor disserta que isto que faz de uma rua ou de uma praça algo mais que uma rua ou uma praça, pois ali é lugar em que o Estado é capaz de refutar momentaneamente o caráter assimétrico das relações sociais que administra no espaço público.

Em contraponto, os modos de reprodução do capital por meio do urbanismo ou planejamento urbano concretamente aplicados nas estratégias de políticas de intervenção no espaço público corrobora para a criação da base de sustentação da privatização desses espaços.

Narciso (2008) registra que o espaço público está nas diversas dimensões face ao envolvimento dos atores institucionais, pois são estes que têm o poder de solidificar a configuração do espaço e como se reflete para os cidadãos. Esta perspectiva é reforçada por Botelho (2004, p. 112), no qual ele aponta que

A produção e consumo do espaço, assim como o processo de urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que a produção e o consumo do espaço e o processo de urbanização são guiados pelos ditames da propriedade privada e são regulados pelas necessidades do capital em gerar valor excedente.

A vista disto, Madanipour (1996) salienta que a produção privada do espaço e falta de administração pública aumentou a competição dos espaços, bem como as expectativas dos cidadãos pela criação de lugares de qualidade e bem-estar, além de diminuir a segurança na cidade. Os elementos apontados são tidos como um ponto de partida para o controle dos espaços públicos e, de



acordo com o autor, esse fator criou uma diferenciação entre espaços controlados ou geridos por autoridades públicas e investidores privados.

Por estas razões supracitadas que, mais a frente nesta investigação, a feira de rua é trazida como a protagonista para o estudo da relação público *versus* privado, por manifestar uma pluralidade no que tange a história, seu uso e as práticas que ocorrem, bem como apresentar uma diversidade de atores com particularidades na apropriação cotidiana, traduzindo o que Carlos (2007, p. 29) denomina de “instrumento político intencionalmente organizado”, enquanto espaço disputado por diversas classes e grupos.

Portanto, é neste sentido que o mesmo autor destaca que a ação do espaço “ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares”. A feira de rua detém uma particularidade interessante pois retoma um espaço de uso ditado pela administração pública, de maneira privada, contradizendo os processos de dominação e as práticas aplicáveis ao espaço público inferidas pelos instrumentos políticos de construção da cidade.

Em paralelo, Certeau (1994, p. 41) aponta a existência de práticas populares e do cotidiano que modificam a dinâmica socioespacial (figura 33) constituindo as “maneiras de fazer” e como os indivíduos se apropriam do espaço organizado pelos que possuem as técnicas de produção sociocultural.

Figura 33 - Feira do Bairro Vila Izabel com venda de produtos alimentícios por volta das 20h.



Fonte: a autora (2024).

Certeau (1994, p. 41) continua sua descrição da “prática ordinária”, na qual os cidadãos não se conformam com os mecanismos de disciplina na formação do espaço e sua manutenção, ressignificando este espaço público e traduzindo seu cotidiano. Neste prisma, Serpa (2007) explica que os usos fora do padrão gerado pelos agentes dominantes do espaço acontecem a partir de uma apropriação inesperada do espaço, em uma tendência fora dos “usos conformes” que vão de acordo com o cotidiano. Entretanto, o que se tem das feiras de rua, nascidas de um processo de mercantilização e necessidades de consumo, é um processo de regulamentação para basilar a dinâmica de ocupação privada do espaço público.

À vista disso, os indivíduos superam sua condição de consumidores e passam a ser atores que produzem o espaço e participam da dinâmica público *versus* privado. Certeau (1994) aponta a participação como implemento de táticas que engendram diferentes modos de fazer, resultantes da criatividade dos cidadãos e, revertendo a lógica de dominação de agentes mais poderosos sobre o espaço, assim, tomando parte na produção do espaço público.

Bauman (2001, p. 112) explica o uso do espaço e do meio urbano “civil” como sendo a “disponibilidade de espaços que as pessoas possam compartilhar como *personare públicas*”. Esse ato de compartilhar o espaço é o que celebra a experiência e o convívio entre as pessoas enquanto “ato de engajamento e participação, e não um ato de descompromisso e de retirada do verdadeiro eu” do que é o ser público, desenvolvendo uma identidade coletiva (figura 34).

Figura 34 - Feira Hippie de Belo Horizonte (BH): referência brasileira no processo de apropriação das ruas por Feiras Livres Culturais.



Fonte: a autora (2017).

De acordo com Bauman (2001, p. 110), a busca da civilidade é, na verdade, “a busca da arte e das habilidades para compartilhar a vida pública”, concebível em espaços públicos que detém características civis, embora ocorra um afastamento devido a cultura do medo para com estes espaços, não permitindo que o indivíduo experimente a vida pública como um todo, o afastando, portanto, da condição de cidadão.

O mesmo autor pontua que muitos lugares denominados de espaços públicos não podem ser classificados como espaço civil, sendo assim, este autor divide estes espaços em duas classes: “o espaço público não civil” e “espaço público civil”. Tal distinção colabora com o debate entre público e privado por ter a ação política ou apropriação e manifesto de um grupo em jogo, suas caracterizações expõem as diferentes relações com o espaço público e sua aceitação por parte da sociedade.

Cabe destacar que esta visão do espaço público enquanto questão da sociedade civil teve seu constructo, conforme apontado por Faria (1999, p. 70), em uma esfera pública na qual as questões problematizadas no âmbito do “mundo da vida” pudessem encontrar os canais políticos formais e desenvolver mecanismos democráticos de discussão de interesses e de cobrança para a criação de uma infraestrutura de serviços sociais.

A autora continua observando que, o Estado, embora altamente interventor, não “atuava na provisão de bens e serviços públicos que garantiriam o componente social do conceito de cidadania”. De acordo com a autora, o país não chegou a se constituir uma esfera pública forte e atuante, na qual os problemas que emergem do “mundo da vida” fossem processados e fosse possível debater o espaço público enquanto um espaço para disputa de ideias, de formação de um consenso público.

Quanto às primeiras colocações sobre o espaço público não civil, estas surgem em Bauman (2001) como duas classes que se complementam, embora os espaços públicos não civis não tenham uma interação política entre os indivíduos que o ocupam, entretanto, estes espaços podem se converter em espaços públicos civis na medida em que sejam apropriados por práticas ou atividades que tenham por objetivo a melhoria do espaço para a população, enquanto uma reivindicação social.

A primeira classe pode ser exemplificada pela feira de rua como um espaço público civil devido a forma como ocupa o espaço e se apropria do mesmo, ressignificando as ruas e calçadas para além de um espaço de passagem, mas trazendo também um ostensivo movimento para o espaço público, gerando interação social e transições de permanência e fluxo na cidade. Enquanto isso, a segunda classe apresentada por Bauman (2001, p. 114) é resumida utilizando o shopping center como expoente, sendo este espaço público não civil, atuando como um centro de prática consumista, individual e subjetiva, que “encorajam a ação e não a interação”.

Portanto, se percebe que as fronteiras do que é o espaço público e como ele interage com os diversos atores sociais vai além da rua, atingindo uma dimensão socioespacial e sociocultural, pois o seu uso infere no sentido de pertencimento e interação social, enfrentando as imposições ou restrições espaciais por meio das práticas e conjuntos de ações políticas que permitem que o espaço público seja, de fato, ocupado.

Por conta destas dinâmicas observadas, Stampa (2006) reflete sobre a pertinência de repensar as relações entre Estado/mercado/sociedade, a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil e entre o público e o privado, pois, é ao considerar estas relações que se enxerga a emergência de um novo significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da



prática da democracia, dos padrões de gestão pública e da construção de uma nova cultura política, bem como repensar a administração do espaço público pela gestão pública ou privada.

A partir disto, sobre o controle dos espaços por indivíduos ou grupos privados, Madanipour (1996) ressalta a participação pública como uma maneira de colocar o cidadão como um protagonista do desenvolvimento dos espaços também, embora o autor compreenda que para que este envolvimento aconteça é necessário que existam mudanças substanciais na produção e gestão dos espaços.

Analisando este novo horizonte na dinâmica público privado, no âmbito legal, cabe ressaltar o trabalho de Justino de Oliveira (2005), que expõe a existência de um Estado contratual, bem como uma crescente utilização de instrumentos negociais firmados entre o Estado e as organizações privadas (providas ou destituídas de finalidades lucrativas), a fim de atingir os fins públicos, e surge sobre antigas práticas que privilegiam a noção de autoridade e da imposição unilateral das decisões tomadas pelo Estado.

O pesquisador supracitado aponta que no Brasil, os contratos de parceria público-privada são um reflexo dos câmbios assinalados, e configuram objeto de intensos e acalorados debates, por ser empregado pelo setor público no campo negocial, vislumbrando a instituição e formalização das relações entre a Administração pública e os particulares.

As PPPs, parcerias entre autoridades públicas e empresas e investidores do setor privado, tem por objetivo conceber, planificar, financiar, construir e operar projetos de infraestrutura habitualmente prestados através de mecanismos tradicionais como os contratos públicos, resgatando as reais necessidades e demandas de uma sociedade. Este tipo de atuação ressalta, conforme Madanipour (1996), que o processo de evolução de uma cidade precisa estar em conformidade com o aspecto social e físico dos espaços.

Destarte, Yurgel (1983) sublinha a necessidade dos planejadores em compreender o lazer e a recreação enquanto atividades fundamentais ao bem-estar e ao desenvolvimento humano, bem como entender o espaço público como locus privilegiado desse lazer, fazendo com que o planejamento destes espaços públicos seja uma ferramenta ativa na política urbana.

### 3.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: FERRAMENTAS PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Novos valores e formas de produção precisam ser acompanhados pela administração pública a fim de que se tenha uma cidade que traduza os desejos da população. Contudo, ainda hoje, a produção e planejamento urbano está pautado, de acordo com Costa (2021, p. 6) “na instrumentalização da humanização relativa, que distingue a política orientada para o cidadão do conteúdo político da tecnociência ou da tecnologia”, isto é, amparada em uma produção racional do “conhecimento” e da “consciência coletiva”.

Esta produção racional e o modo como o planejamento e gestão urbana lidam com as questões do espaço público estão atreladas ao conteúdo trazido pela Constituição Federal e, nos municípios, a produção do espaço e o planejamento urbanístico local é fundamentada no Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

No ano de 2001, o capítulo da Política Urbana passa a ter como aliado a Lei Complementar denominada Estatuto da Cidade. A Lei 10.257/01 elencou instrumentos urbanísticos para a produção de cidades que refletem sobre problemáticas urbano-ambiental dos municípios.

De acordo com Vizzoto e Prestes (2009), neste ponto, a atuação mais expressiva da esfera municipal acarreta em uma mudança de paradigma de planejamento e gestão urbana e implica na busca de os Planos Diretores enfrentarem a disposição de regras físico-territoriais referentes a zoneamento e regime urbanístico, recaindo sobre aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Ainda no Estatuto da Cidade (2001), surge a possibilidade de adequação das cidades ao interesse dos cidadãos a partir de um modelo de gestão democrática com a participação popular. No artigo 2, se propõe a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano junto a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

É pautado na ideia de integração de atores para planejamento e gestão urbana que, para Santos (2007) e Costa (2021), um planejamento urbano possível engloba noções de imaginação, existência e cultura, que incorporam dimensões da vida prática do indivíduo, apontando a cidade através da equidade

socioterritorial, é uma proposta centrada no cotidiano e na procura por uma cidade democrática, que se consolida com a experiência e a imaginação de quem se reproduz de acordo com as ofertas reais de usos e apropriações do território.

O desenvolvimento de um planejamento urbano e a prática de suas ações e ferramentas para a construção do espaço público se encaixa na perspectiva de Bourdieu (2010), no qual a criação de espaços desta categoria não se sujeita apenas ao poder político local, entretanto, parte da apreensão dos conflitos provocados pelos vários âmbitos de poder simbólico que direcionam as políticas urbanas em seu exercício nas dinâmicas da cidade.

Bourdieu (2010) explica o poder simbólico ligado à sua legitimação, que acontece a partir do exercício de confiança entre diferentes agentes. Desta maneira, legitimar a construção conjunta de espaços públicos entre diferentes agentes e setores acaba por autenticar uma relação que beneficia a população local, num processo de elaboração conjunta de resoluções para a cidade sem estar centrado apenas na solução pelo Poder Público.

Quando se fala em uma permissão de usos do espaço público para o setor privado, é necessário pensar que, o espaço público deve ser assimilado de maneira coletiva, nas palavras de Costa (2021, p. 6) “numa reação coletiva às reivindicações, colocando-os no seu óbvio papel social”. Para além, a ação ou omissão estatal no controle do espaço coloca a sociedade de risco, pois, segundo Costa (2021, p. 6), “sua ausência-presença democratiza os efeitos dos perigos e das vulnerabilidades”.

De tal modo, dentre o conjunto de instrumentos jurídicos que institucionalizam as ações do Poder e Administração Pública, cabe investigar quais são admissíveis para os moldes da relação aqui estudada.

No que tange a atividade administrativa, área de atuação vasta exercida pelo Poder Público brasileiro, a conceituação se atém na atividade administrativa enquanto ordenadora, regulatória, de fomento, prestacional e de controle, tendo inúmeros os instrumentos disponíveis que viabilizam a dinâmica público e privado.

A partir deste ponto, nesta sessão, se resgatam as ferramentas e as possibilidades a respeito dos diferentes modos como a administração pública tem se portado quanto às iniciativas de permissão de uso do espaço público ao

setor privado. Das modalidades oportunas para cooperação em relação ao espaço público serão abordadas as seguintes: autorização, permissão e concessão de uso. As duas primeiras configuram ações administrativas unilaterais e facultativas. A última é tida como modalidade contratual.

A concessão é, de acordo com Marques Neto (2015, p. 132), o “cumprimento de uma competência pública, o cometimento de uma obrigação de explorar uma utilidade, de ofertar uma atividade em prol do interesse coletivo”. Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2009) categorizou as diferentes compreensões sobre a concessão, esta que tem o intuito de delegar quaisquer cometimentos públicos ao particular e aqui cabe explicar duas.

Primeiro, na concessão translativa – de serviço público e de obra pública – o Poder Público desonera-se de um encargo seu, transferindo-o ao concessionário para que este se responsabilize às suas próprias expensas. Segundo, na constitutiva – a exemplo da concessão de uso de bem público – o Poder Público cria um poder novo na esfera de direitos do particular (de explorar um bem público de maneira privilegiada, por exemplo), permitindo-o fazer algo que em condições normais não o seria.

A rua é um espaço público que se encaixa principalmente no prisma da concessão constitutiva, por ser um espaço público que ressalta dinâmicas nem sempre institucionalizadas, mas que estão presentes no cotidiano, no imaginário dos cidadãos, na cultura local, entre outros. Assim, a concessão toma forma de contrato e normatiza a relação entre o Poder Público e o privado, além de possibilitar margem de liberalidade entre ambos.

Esta via – a concessão – pode ser substanciada em objetivos de normatizar e revestir de segurança jurídica a relação entre o ente público e privado quanto ao uso dos espaços públicos, bem como abonar uma configuração mais concreta e eficaz de materializar uma disposição de interesse público.

Além da concessão abordada, Di Pietro (2009, p. 28) cataloga uma série de instrumentos de parcerias cabíveis entre o setor público e privado, colaborando para solucionar as questões do espaço público e seu uso em conjunto, tais como

(a) a concessão e a permissão de serviços públicos, tal como disciplinadas pela Lei n. 8.987/95; (b) a concessão de obra pública regulada pela mesma Lei n. 8.987/95; (c) a concessão patrocinada e a



concessão administrativa, englobadas sob o título de parcerias público-privadas na Lei n. 11.079/2004; (d) o contrato de gestão, como instrumento de parceria com as organizações sociais de que trata a Lei n. 9.637/98; (e) o termo de parceria com as organizações da sociedade civil de interesse público, regido pela Lei n. 9.70/99; (f) os convênios, consórcios e outros ajustes referidos no artigo 116 da Lei n. 8.666/93; (g) os contratos de empreitada (de obra e de serviços), disciplinados pela Lei n. 8.666/93; (g) os contratos de fornecimento de mão de obra que, embora sem fundamento legal, constituem uma realidade na Administração Pública dos três níveis de governo.

Conforme Marques Neto (2009, p. 340), a autorização do uso do espaço acolhe os interesses do privado, deixando opcional a utilização. Já na permissão, os interesses são similares, correspondendo aos interesses públicos e privados, embora a utilização do espaço público pelo setor privado se torne um dever. O autor coloca que o problema deste fator de distinção baseado no vetor interesse público *versus* interesse privado é que “interesses público e privado não estão na maioria das vezes claramente apartados”.

As alternativas apontadas acima dentro do prisma legal, consideram uma participação no desenvolvimento do espaço público e no planejamento além da ação do Estado como o símbolo máximo de poder. Estas possibilidades que já existem têm permitido visualizar micropoderes outros que se destacam no cotidiano sutilmente, reconhecendo na cidade contemporânea para mediar e traduzir o espaço público com base nas diferenças existentes entre grupos e indivíduos.

De acordo com Costa (2021), o processo de planejamento urbano tende a afastar a cultura e a experiência urbana, ainda, salienta que as pesquisas, os planos diretores, as leis de uso e ocupação do solo precisam ressaltar “os saberes dos sujeitos que, coletiva e emocionalmente, constituem territórios populares, centros novos ou antigos” e se dá também devido ao desconhecimento dos indivíduos e dos processos envolvidos em sua existência.

Conforme Sennett (1998), para uma democracia urbana visual e imagética, descentralizada, é preciso considerar que qualquer representação técnica da cidade corre o risco de perder o cotidiano singular ou os ditos sujeitos reais, ou seja, não traduzir a realidade construídas pelos agentes que se organizam no espaço. Desta maneira, a cultura tem um papel decisivo para orientar o planejamento e a mudança da realidade social.

### 3.4 A DINÂMICA PÚBLICO-PRIVADO EM CURITIBA: A RELAÇÃO NO PAPEL

Para que exista uma dinâmica público-privado, são necessárias ferramentas legais. Por isso, a Prefeitura de Curitiba usa de parcerias público-privadas, permissões e concessões de uso do espaço público. No primeiro meio mencionado, em 2006, a Câmara Municipal de Curitiba aprovou a instituição do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas para a cidade, regido pela Lei nº 11.929, de 3 de outubro de 2006, no qual é aplicada às contratações deste tipo de parceria descrita na Lei Federal n 11.079 de 30 de dezembro de 2004, assim se incluindo no panorama nacional de municípios que usufruem da colaboração privada no desenvolvimento da cidade.

Ainda, a PMC confere o uso supletivo e no que couber, a aplicação das disposições do Código Civil Brasileiro e outras leis, incentivando, portanto, a colaboração entre

colaboração entre a Administração Pública Municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município e a iniciativa privada visando à realização de atividades de interesse público mútuo (Curitiba, 2006, p. 1).

De acordo com a PMC, são objetivos do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, além do incentivo mencionado, a incrementação do financiamento privado de investimentos em atividades de interesse público mútuo e o incentivo a adoção das diferentes formas de delegação à iniciativa privada da gestão das atividades de interesse público mútuo.

Com essa política, é incentivado que a administração adote instrumentos de gestão das políticas públicas que concretizem o bem-estar dos munícipes e a efetivação dos seus demais objetivos fundamentais. As parcerias estabelecidas buscam focar em projetos que melhorem a infraestrutura, mobilidade e avanço do desenvolvimento contínuo da cidade em conjunto com a utilização dos recursos do orçamento municipal com eficiência.

Pelo lado do parceiro privado, existem alguns critérios para que a parceria aconteça, pois também cabe a este a assistência para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entre essas questões, a PMC requer

o incentivo e apoio destas iniciativas privadas no Município de Curitiba que objetivem a criação ou ampliação de mercados, bem como influencie na geração de empregos. Com isso, o objetivo da prefeitura é alcançar a redução das desigualdades sociais e fazer com que exista um aumento da distribuição de renda na cidade, além do equilíbrio do meio ambiente e promoção da prestação adequada e universal de serviços públicos no Município de Curitiba (Curitiba, 2006).

Este projeto de parcerias está atrelado a efetivação de projetos principalmente voltados aos de infraestrutura urbana que não são possíveis de serem executados exclusivamente pela Administração Pública. Os processos de licitação, contratos e outras deliberações acabam por encalacrar a sequência de desenvolvimento urbano local esperado, portanto, a Lei se aplica a fim de mitigar as problemáticas dos processos unicamente desenvolvidos e executados pelo Setor Público. Neste sentido, a Lei determina que as atividades passíveis de uso da mesma são de interesse público mútuo

inerentes às atribuições da Administração Pública Municipal direta ou indireta, tais como a gestão e prestação dos serviços públicos, de obras públicas ou de bens públicos, para a efetivação das quais a iniciativa privada tem o interesse de colaborar (Curitiba, 2006, p. 2).

Se percebe, então, essa abertura para a combinação dos setores em alguns projetos para a cidade com diversos intuitos. Apesar disto, os projetos podem ser elaborados pelo Setor Privado e submetido para avaliação, visto que, ainda que exista esse diálogo e parceria entre os setores, cabe à Administração Pública institucionalizar qualquer novo projeto para a cidade.

Este movimento gera uma flexibilidade nos espaços públicos, pois, com a inserção de um ator do Setor privado, se cria uma nova relação e dinâmicas entre as esferas. Harvey (2012), aponta que o neoliberalismo desta relação acaba por incentivar um novo sistema de governança que associa o Estado e os interesses corporativos que, por meio dos recursos financeiros, garante a influência na moldagem dos processos urbanos.

A relação constituída entre as esferas, a fim de garantir ganhos para os dos lados, se dá por meio de instrumentos para a execução do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, entre eles

I - a garantia à iniciativa privada do direito de propor à Administração Pública Municipal a realização de projetos de parceria que

compreendam a execução de atividades de interesse público mútuo; regulamentado por decreto do Poder Executivo; II - os projetos de financiamento privado e os planos de viabilidade econômica das parcerias; III - os créditos e fundos orçamentários destinados ao apoio econômico-financeiro das parcerias; IV - os contratos administrativos, os contratos privados, os convênios e os atos unilaterais que possam ser firmados pela administração pública municipal tendo como objeto delegação à iniciativa privada da gestão e prestação de atividades de interesse público mútuo; V - a criação de sociedade de propósito específico; VI - a regulação administrativa e econômica das atividades de interesse público mútuo (Curitiba, 2006, p. 2).

Já nas relações de permissão e concessão do espaço público, as parcerias visam efetivar o uso dos espaços públicos e trazer movimento às ruas. As feiras de rua se mostram atreladas a esta relação, visto que a existência das feiras implica no movimento histórico da organização comercial privada, enquanto as PPPs instituem, conforme mencionado, a colaboração direta da Administração Pública Municipal.

As feiras de rua, neste cenário, acabam passando despercebidas como protagonistas de uma relação público-privado, pois, aparentam ser públicas devido sua espacialidade, acessos e localização, porém, fazem parte de um contexto de permissão de espaço público para fins privados. A presença da esfera privada nas dinâmicas do espaço vai de acordo com o colocado por Madanipour (2005), no qual a atividade realizada nas ruas tem uma perspectiva de lucro que estimula a criação de locais atrativos e seguros aos investidores e turistas, numa apreensão do espaço público enquanto mercadoria.

A Lei n.º 14.364/2013 é um instrumento que dispõe sobre a permissão de uso de passeio público fronteiriço a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras e dá outras providências. Esta lei, embora discorra sobre a infraestrutura urbana, implica na instalação das feiras por conta da necessidade de uso das redes urbanas como suporte para que as feiras de rua aconteçam, pois, embora sejam iniciativas comerciais privadas, elas não dispõem da infraestrutura que a rua possui. Assim, a legislação regulamenta a utilização destas redes por meio da expedição do Termo de Permissão de Uso.

Os feirantes que tem permissão de uso devem respeitar as orientações e condições para o seu exercício, como: recompor, nas condições originais e de acordo com os padrões da URBS quando da outorga da permissão, as áreas



públicas afetadas pela instalação dos equipamentos, arcando o permissionário integralmente com os custos da instalação e da recomposição; promover a conservação dos espaços públicos objeto da permissão de uso, segundo os padrões definidos; obstar a utilização dos equipamentos urbanos ou do espaço público objeto da permissão para qualquer finalidade diversa da prestação dos serviços de infraestrutura nas condições aprovadas no processo administrativo de outorga da permissão; entre outros (Curitiba, 2013).

Também se confere o caráter de permissão no Decreto 556/2009, pois, no Art. 2º é explicado que, a utilização de logradouros públicos para a realização de feiras depende de autorização prévia da PMC. Por meio da SMU, são fixadas as condições de liberação e fiscalizará quanto ao seu cumprimento, em conjunto com os órgãos envolvidos.

Há também a distinção da permissão em detrimento do tipo de feira. Para as feiras que possuem um caráter permanente, a autorização será concedida pela SMU à Secretaria competente, por tempo indeterminado e a título precário. Já as feiras que não se caracterizam como permanentes, a autorização será concedida a cada realização do evento, após apreciação da solicitação, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, com adendo de que, quando a feira for realizada em via pública deverá ser solicitada autorização através da Diretoria de Trânsito - DIRETRAN.

A dinâmica de permissão implica no aspecto da gestão feita pelos feirantes. Nas feiras, é possível verificar a dinâmica de auto-gerenciamento, pois, embora a regulação se dê pela esfera pública, o cotidiano é adaptado pela esfera privada, que organiza o espaço, faz experimentações e adaptações para esse tipo de atividade e convida o público ao usufruto das ruas.

Existem outras maneiras de relação público-privado que potencializam a deliberação da permissão ao uso do espaço público pelo Setor Privado. Há uns anos a PMC pode realizar a transferência para entidades de direito privado, sem fins lucrativos, a gestão de diversos serviços públicos municipais nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e meio ambiente, além de ciência e tecnologia.

A Lei nº 9226/1997 de dezembro de 1997 dispõe sobre as Entidades Qualificadas como Organizações Sociais. Estas entidades podem ser qualificadas pelo Poder Executivo para que possam realizar atuações nas áreas

relacionadas com as áreas social, educacional, ambiental, de desenvolvimento científico e tecnológico, cultural, esportiva e de saúde. Dentro deste cenário, as organizações podem ser responsáveis por gerir equipamentos da prefeitura que prestam atendimento direto à população, como creches, hospitais, laboratórios, parques e teatros.

Para que a ação destes determinados grupos possam exercer seu interesse em participar deste movimento de gestão, é necessário aprovar a proposta do Contrato de Gestão da entidade; aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos; aprovar e encaminhar, ao órgão público supervisor da execução do Contrato de Gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados por uma Diretoria; fiscalizar, com o auxílio de auditoria externa, o cumprimento das diretrizes e metas definidas para a entidade e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade (Curitiba, 1997).

Um terceiro modelo de ação que sublinha a importância de um viés cultural se dá na Lei Municipal de Incentivo à Cultura. A partir de benefícios fiscais, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, no qual a PMC promove o apoio financeiro a projetos apresentados e selecionados por meio de edital público.

Na Lei Complementar n.º 57 de 08/12/2005, dentro os eixos passíveis do recebimento do incentivo estão os projetos direcionados às áreas de Música, Artes Cênicas, Audiovisual, Literatura, Artes Visuais, Patrimônio Histórico Cultural, Folclore, Artesanato e manifestações culturais tradicionais.

De acordo com a PMC, existem dois mecanismos de incentivo para a relação entre os setores, entre eles: o Fundo Municipal da Cultura, que realiza o repasse direto de recursos, e Mecenato Subsidiado<sup>3</sup> com repasse de recursos a partir da captação de até 20% do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto sobre Serviços - ISS.

Quem organiza este processo e informa aos parceiros os devidos encaminhamentos é toda a Fundação Cultural de Curitiba - FCC, que faz a gestão do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura - PAIC. O órgão deixa na responsabilidade dos empreendedores de projetos aprovados a realização das ações propostas, até apresentar prestação de contas, cumprindo todas as

---

<sup>3</sup> É uma das modalidades do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura da Prefeitura de Curitiba, que dá apoio financeiro a projetos culturais em troca de renúncia fiscal.

demais etapas previstas no Programa. A etapa da prestação de contas, precisará se dar dentro do prazo de vigência do contrato ou da certidão de enquadramento, conforme mecanismo utilizado na aprovação do projeto Fundo Municipal da Cultura ou Mecenato Subsidiado (Curitiba, 2005).

Este ano a lei passa por uma nova revisão, a fim de integrar a classe artística nos movimentos de desenvolvimento da cidade. De acordo com a PMC (2024), foram 15 meses de debate e negociação entre as partes para deliberar o texto da Lei de Incentivo à Cultura, aumentando o financiamento.

Por último, de maneira paralela às permissões dadas aos espaços públicos para fins privados, como é o caso das feiras de rua, é necessário solicitar a realização de uso pelo Setor privado, pedido no qual deve estar dentro das regulamentações e de acordo com os preceitos estipulados nos editais de concessão pelos Órgãos Municipais responsáveis que deliberam os usos de espaço público do Município.

Em Curitiba, de acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU (2024), a permissão de uso dos espaços públicos para fins privados como eventos, é classificada de acordo com o porte, isto é, a previsão quantitativa de público presente.

Aqueles com público superior a 1.999 pessoas são considerados grandes eventos, conforme definido pela Lei Municipal n.º 10.906/2003, que dispõe sobre a promoção e realização de eventos de grande porte no Município de Curitiba. Entre as áreas públicas que podem ser usadas para eventos privados estão as ruas, praças, parques, jardins, etc.

Para que o espaço público possa ser utilizado desta maneira, a PMC indica a obrigatoriedade da expedição da Autorização de Uso de Logradouro. São autorizados eventos culturais como shows, teatros, performances ou ações voltadas para Saúde e Educação, gratuitos e de livre acesso ao público.

Com base nos Decretos Municipais n.º 973/2015 e n.º 556/2009, que institucionalizam as feiras, nestes eventos em espaços públicos não é permitida venda ou comércio, exceto as atividades de comércio ambulante, food truck, feiras de hortifrutigranjeiros ou de artesanato, em locais pré-determinados.

As possibilidades de colaboração entre a Administração Pública e o Setor Privado mostram que existe uma relação estabelecida pelas partes e que há interesse de ação conjunta para desenvolvimento da cidade, por diversos

interesses. A Prefeitura, usando de artifícios relativos ao âmbito fiscal, estimula os parceiros das instituições e empresas privadas a utilizarem e desenvolverem projetos para o espaço público conforme a necessidade da cidade.

A relação público-privado em Curitiba implica ao Estado a formulação, implementação, a avaliação, o controle, bem como no aprimoramento dos instrumentos descritos nesta sessão, mediando interesses dos diferentes setores que compõem a infraestrutura econômica e social.

Sabendo disto, é importante que as políticas públicas relacionadas aos arranjos institucionais sejam estratégicas, a fim de que exista um desenvolvimento urbano, bem como do espaço público, estruturado e se promovam relações contratuais público-privado capazes de trazer qualidade de vida para o cidadão e alimentar a cultura urbana local, resgatando cada vez mais espaços públicos e a vivacidade da experiência social.





#### 4. ALÉM DOS DECRETOS: UMA LEITURA URBANA SOBRE AS FEIRAS E A CULTURA FEITAS PELOS CIDADÃOS

As feiras de rua retratam uma realidade urbana sustentada pelas dinâmicas da cidade contemporânea, um modo de produção da cidade, que está descrita nas legislações, planos diretores, decretos e leis, além de outros documentos que formalizam o espaço público.

Neste recorte, reitera-se a leitura destas dinâmicas encontradas nas feiras também à luz do aspecto cultural, das relações público e privada e da própria mudança do espaço público pelo fator tempo. Dessa forma, conforme debatido na metodologia, a análise das feiras de rua foi seguida amparada na tríade espacial de Lefebvre (2001), considerando as dimensões do espaço vivido, concebido e percebido (figura 35). Essa abordagem permitiu uma leitura mais ampla e aprofundada das feiras, articulando as experiências cotidianas dos cidadãos, as regulamentações urbanísticas e as interpretações subjetivas do ambiente urbano.

A partir dessa estrutura teórica, se buscou identificar como essas três faces se manifestam na prática, revelando as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais que caracterizam as feiras de rua. A seguir, são apresentados os resultados verificados em campo, destacando as principais observações e análises realizadas ao longo do estudo.

Figura 35 - Tríade Vivido, Percebido e Concebido de Lefebvre – Feira do Largo da Ordem.

##### feira do largo da ordem



vivido



percebido



concebido

Fonte: a autora (2024), com base em Lefebvre (2001).



Em primeiro momento, se compreende a feira de rua no espaço público, resgatando o que foi abordado anteriormente sobre os circuitos da economia urbana elaborados por Milton Santos, no qual se entende que as feiras são predominantemente associadas ao circuito inferior da economia urbana, trazendo dinâmicas de uso mais informais e adaptados, como verificado em situações em que a calçada é uma extensão das barracas e expositores na Feira Diurna do Batel, localizada entre a Alameda Presidente Taunay e a Rua Coronel Dulcídio (figura 36).

Figura 36 - Uso das calçadas como "depósito" dos produtos durante a permanência de feira de rua.



Fonte: a autora (2024).

Entretanto, há casos em que algumas feiras possuem características do circuito superior, seja por sua estrutura organizacional, pelo perfil dos produtos comercializados ou pela clientela que atendem, com as que acontecem no bairro do Batel, por ser uma localização valorizada. Essas feiras, geralmente voltadas a um público de maior poder aquisitivo, apresentam uma relação mais direta com o grande capital e com redes de circulação globalizadas.

Um exemplo são as feiras gastronômicas e os mercados temporários organizados em grandes centros urbanos, onde chefs renomados, marcas consolidadas e produtores de alimentos gourmet comercializam seus produtos. Essas feiras costumam ter uma estrutura sofisticada, com investimentos em

design, marketing e logística, além de parcerias com empresas patrocinadoras e plataformas digitais para vendas e divulgação. Nesse sentido, diferem das feiras populares ao se alinharem com a lógica do consumo de luxo e da experiência como mercadoria.

Apesar de manterem uma estética artesanal e personalizada, essas feiras fazem parte de cadeias produtivas que interagem com grandes indústrias da moda, do turismo e da tecnologia, estabelecendo uma conexão com o circuito superior da economia urbana.

Além disso, há feiras que começam no circuito inferior, mas, com o tempo, sofrem um processo de formalização e passam a se integrar ao circuito superior. Isso ocorre quando gestores públicos e empresas privadas identificam o potencial de um evento informal e passam a investir na sua organização, criando regulamentações, cobrando taxas elevadas e promovendo uma curadoria mais seletiva dos expositores, como acontece na Feira do Largo da Ordem. Esse processo pode resultar em uma elitização da feira, tornando-a inacessível para pequenos comerciantes e transformando-a em um evento altamente lucrativo dentro da lógica do grande capital.

Portanto, embora as feiras de rua sejam um símbolo da economia popular e do circuito inferior descrito por Milton Santos, algumas delas se conectam ao circuito superior, seja por meio da relação com grandes empresas, da sofisticação dos produtos vendidos ou da formalização de suas operações. Essa dinâmica revela a complexidade da economia urbana em Curitiba, onde as fronteiras entre os dois circuitos nem sempre são rígidas, mas permeáveis e constantemente redefinidas pelo capital e pela sociedade.

Além desta complexidade econômica, cabe analisar como o conceito de espaço público se articula com o político e com as feiras, pois representa um território de encontro, conflito e negociação entre diferentes grupos sociais. Reiterando discussões dos capítulos anteriores, Lefebvre (2001) e Habermas (1984), no espaço público se dá a expressão da cidadania, onde se manifestam disputas de poder, práticas culturais e formas de sociabilidade. Nesse contexto, as feiras de rua desempenham um papel central na articulação entre o espaço público e a política.



Feiras como a da Praça Osório, Praça Zacarias e Largo da Ordem são, historicamente, locais de manifestações políticas e embates sociais, e seguem sendo. As feiras mencionadas foram cenários de protestos, debates e mobilizações populares, reafirmando o direito à cidade e a apropriação coletiva do território, funcionando como pontos de resistência contra processos de privatização e mercantilização do urbano. Muitas vezes, a simples existência de feiras de rua em áreas centrais se torna um ato político, pois desafiam políticas de “higienizar” e controlar o espaço público.

Se constatou que a relação entre feiras de rua e o poder público é marcada por constantes tensões. Em Curitiba, as feiras de rua precisam ser formalizadas sob o argumento de regulação e ordenamento, bem como para arrecadação financeira por meio de taxas de uso do espaço público. Por outro lado, políticas públicas voltadas para o incentivo e a regulamentação das feiras podem fortalecer o comércio local, promovendo economia solidária e garantindo infraestrutura adequada para feirantes e consumidores.

Desta maneira, a relação pública vai se elaborando em cima das permissões e concessões de uso do espaço público e outros fomentos. A interseção entre espaço público, política e feiras evidencia a importância desses espaços como ambientes de troca, negociação e disputa.

Embora pertença a esta dinâmica de permissão de uso do espaço público, a feira de rua em Curitiba se mostra única por conta da construção social que interfere na dinâmica de apropriação, de fato, privada. *In loco*, se percebe a absorção do espaço público pelo interesse privado, não exclusivamente pelo próprio comércio das feiras, ressaltando as permissões de uso do entre os dois mundos, pois as feiras de rua em Curitiba se situam próximas a condomínios residenciais, shoppings centers, comércios e outras instituições privadas que também reivindicam a rua de várias maneiras – instalando acessos de garagem, canteiros, suas lixeiras, seus próprios acessos, instalando placas e letreiros, etc.

A apropriação privada do espaço público também ocorre quando áreas que deveriam ser de uso coletivo são ocupadas, controladas ou exploradas por interesses privados, nesse caso, os comerciantes e lojistas das feiras de rua. Muitas vezes há a conivência ou incentivo do poder público e esse fenômeno

pode acontecer de diversas formas, tendo impactos diretos na acessibilidade, na dinâmica social e na democracia urbana, entre outros (figura 37).

Figura 37 - Feira em frente a shopping de Curitiba.



Fonte: a autora (2024).

Os processos nas diversas feiras visitadas ocorrem por meio das permissões, mas até mesmo por meio de estratégias informais que restringem o uso livre dos espaços urbanos, e assim apropriação do espaço público da rua pelas pessoas a partir das feiras conecta as esferas do privado e do público mais uma vez.

Nas feiras de Curitiba se percebe uma ampliação do privado no público, ou seja, acontece a saída do habitante do espaço privado, moradores e comerciantes, que vão “conquistando” uma parcela do espaço público, embora a cidade seja apropriada de forma parcial e fragmentada. Isto é, se sai do espaço privado da casa para o espaço privado da rua, criando um paradigma de conquista de um espaço que já é do direito do cidadão.



Se percebeu que algumas restrições e realinhamentos de acessos, como acontece na Feira D. Pedro I, no bairro Água Verde. Há a instalação de cancelas e placas em frente as guaritas e portões em ruas que antes do período da feira tinham a livre circulação, principalmente de veículos. Foi observado que esta é uma prática comum em áreas nobres, pois há como condomínios de luxo e bairros de alto padrão, como nas Feiras Alexandre Gutierrez no Batel e Água Verde, vizinho ao bairro Portão. Esse fenômeno, conhecido como privatização de ruas (figura 38), ao mesmo tempo que reorganiza a circulação do pedestre, libera a rua antes dominada pelos carros.

Figura 38 - Fechamento de rua para instalação de Feira no bairro Água Verde.



Fonte: a autora (2024).

Embora a ideia de privatização do espaço neste contexto de concessões entre público e privado possa reduzir a diversidade e o caráter democrático das cidades, as feiras de rua se tornam capazes de reforçar a noção de direito à cidade, criando momentaneamente um processo de retomada das ruas para que a população usufrua livremente dos espaços urbanos, por reivindicar o espaço público como um bem coletivo essencial para a vida urbana.

A quebra deste paradigma se dá, portanto, na diluição das fronteiras entre o público e privado, sendo ela potencializada justamente com o amparo da identificação ao aspecto local, memória, identidade do ser curitibano e abertura dos acessos físico e simbólico do espaço público da rua, se amparando nas representações do espaço, tradições culturais e práticas socioespaciais, bem

como no consumo de alimentos locais, verificado em feiras como a Feira do bairro Hauer (figura 39).

Figura 39 - Venda de pinhão, produto característico local, comumente comercializado no outono/inverno.



Fonte: a autora (2024).

Após essa reflexão econômica e política, a leitura das feiras de rua percorridas buscou compreender o espaço público da rua conforme as circunstâncias atuais, observando além dos elementos componentes físicos, nas 12 feiras frequentadas (mapa 2) em diversos horários e dias da semana, conforme programação da PMC.





1. feira da praça da ucrânia



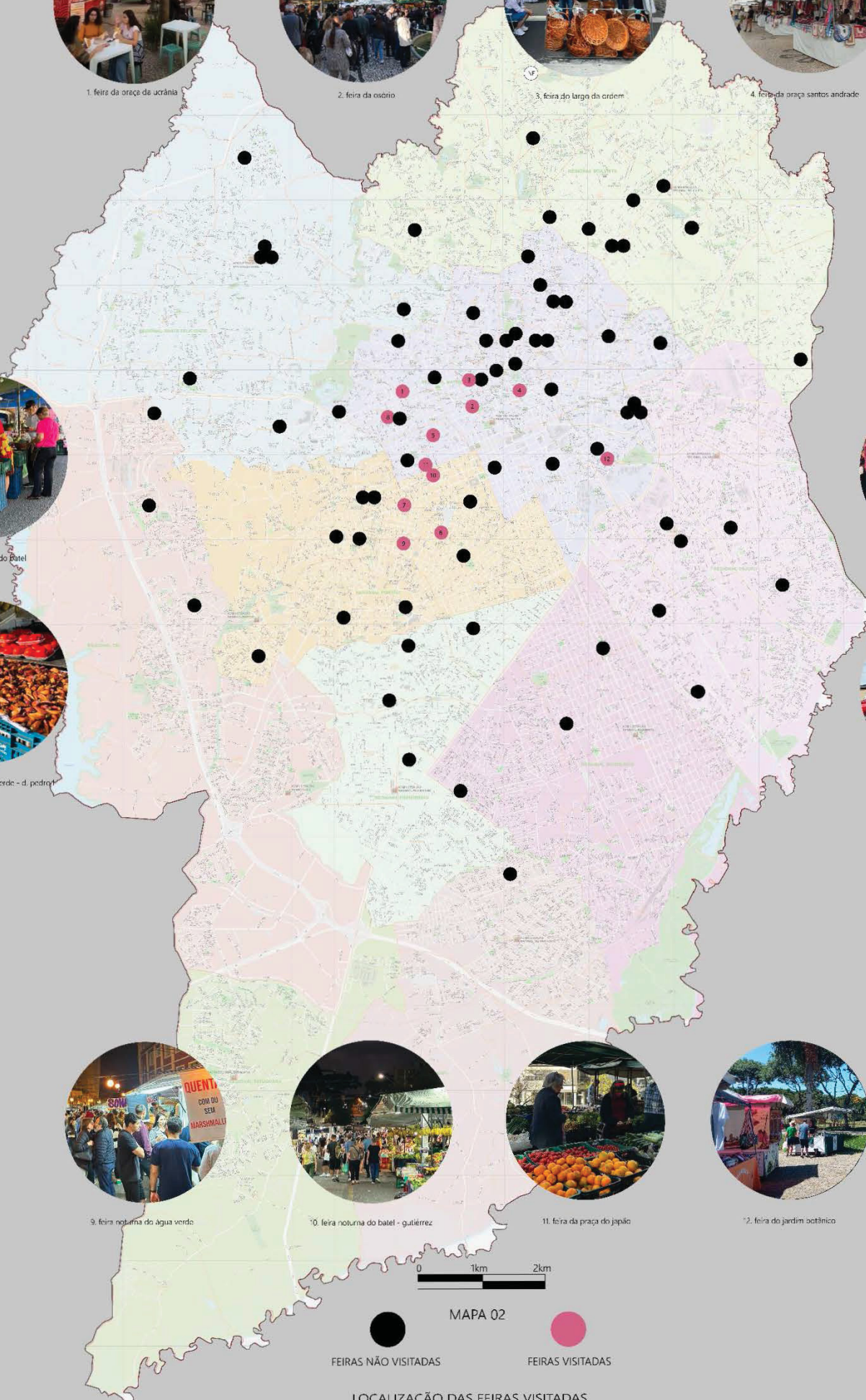
2. feira da osório



3. feira do largo da ordem



4. feira da praça santos andrade



5. feira diurna do batel



7. feira noturna vila izabel



6. feira diurna do água verde - d. pedreira



8. feira diurna do bigorriho



9. feira noturna do água verde



10. feira noturna do batel - gutierrez



11. feira da praça do japão



12. feira do jardim octônico

0 1km 2km

MAPA 02

FEIRAS NÃO VISITADAS

FEIRAS VISITADAS

LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS VISITADAS

a autora, 2024

Partindo do mapeamento de feiras de rua da cidade de Curitiba, é expressiva a concentração na área central do município, sua disposição reflete a centralização de ações e fluxos da cidade, exprimindo inicialmente o uso acentuado da área central e o não uso, ou baixo uso, das ruas nas regionais mais afastadas para fins como a feira de rua.

Foi percebido que as feiras de rua em Curitiba tendem a se manifestar mais no centro, devido a mescla de fatores econômicos, históricos, sociais e urbanos que tornam a área estrategicamente vantajosa para a comercialização de produtos e serviços. Em bairros como São Francisco, Centro e Rebouças há um grande fluxo diário de pessoas, incluindo trabalhadores, moradores, turistas e consumidores. Esse intenso movimento criou um mercado potencial para feirantes e vendedores, garantindo maior visibilidade e demanda constante para os produtos comercializados.

Além deste primeiro ponto, a região entre São Francisco e Centro são bem servidas por transporte público, tendo terminais e tubos de ônibus biarticulado, facilitando o acesso tanto para consumidores quanto para feirantes. Atrelado a isto, se verifica uma infraestrutura consolidada, como iluminação, calçadas largas e praças, sendo mais adequados para a instalação das feiras, sem a necessidade de grandes adaptações e são bairros que historicamente estão habituados com a presença dos feirantes.

Nestes bairros supracitados, foi averiguada uma maior diversidade social, onde pessoas de diferentes classes se encontram para trabalhar, estudar e consumir. Essa mistura de públicos faz com que as feiras sejam uma alternativa viável para diferentes perfis de consumidores, aumentando suas chances de sucesso.

Enquanto isso, nas áreas periféricas como nas Regionais Boa Vista e Pinheirinho – respectivamente, norte e sul de Curitiba –, o comércio formal pode ser menos consolidado e o fluxo de pessoas pode não ser intenso o suficiente para sustentar as feiras diárias. Além disso, as políticas públicas muitas vezes priorizam a ocupação do centro para atividades comerciais, enquanto as periferias sofrem com maior controle policial e dificuldades de regularização para feirantes e ambulantes.

Não à toa, a Feira da Praça Osório, Feira do Largo da Ordem e Feira do Passeio Público tem grande destaque, visto que ambas são centralizadas e alocadas em praças bastante frequentadas pela população. Além disso, já fazem parte da construção, assimilação e identificação de uma persona curitibana e da paisagem da cidade. O mapa 3 destaca, portanto, os bairros que ostentam mais feiras, entre eles: São Francisco, Centro, Alto da Glória, Batel, Água Verde e Vila Izabel.

Os bairros mencionados acima possuem uma quantidade de feiras expressiva, entre elas há tanto as feiras diurnas, quanto orgânicas e as gastronômicas, em diversos dias e horários diferentes, totalizando mais de 10 feiras diferentes.

Em seguida, o bairro Vila Izabel apresenta 7 feiras em sua região. Este bairro está sob a subprefeitura de Fazendinha-Portão, fazendo conexão entre o centro da capital e a região ao sul, tendo 11 vias principais de acesso, embora seja um bairro pequeno.

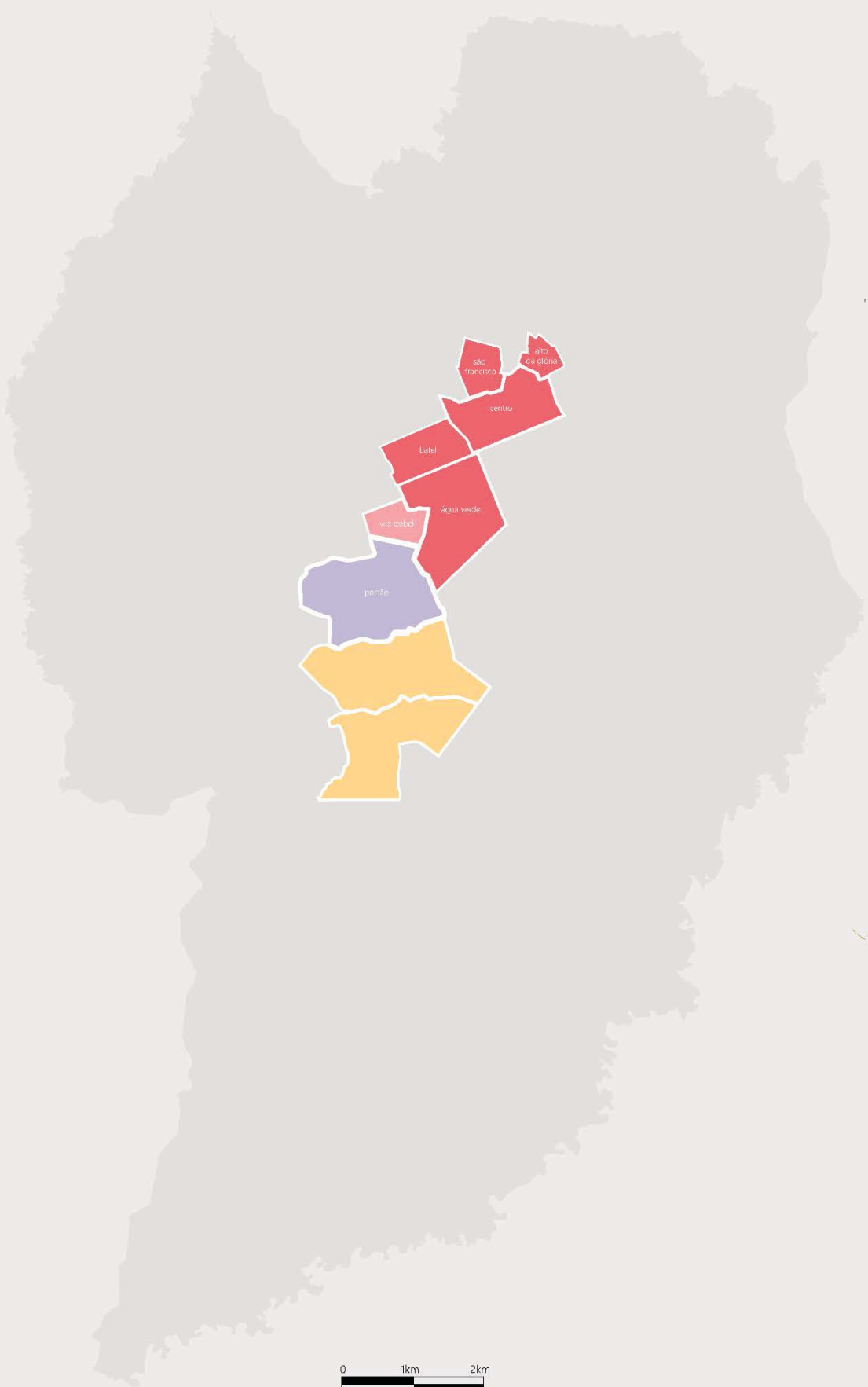
Contando com 5 feiras no total, é no bairro Portão que se verifica a diminuição da quantidade de feiras, conforme a localização se afasta do eixo central da cidade e, mais ao sul, existem apenas 3 feiras.

Quanto mais periférico, menos feiras existem, botando em questão a eficiência da gestão pública em prover a população com esse tipo de serviço, que dá espaço para a expressão local, giro econômico e crescimento local. Sob a lente do “concebido”, a provisão de feiras atende melhor as áreas já abastecidas de infraestrutura, deixando de lado a importância do vivido em regiões mais afastadas, que carecem de serviços e infraestrutura de qualidade.





N  
|



MAPA 03



O que foi percebido é que no decorrer do eixo de integração via Av. República Argentina, que vai até o bairro Portão se tem presença espraiada de feiras de rua, principalmente até o Terminal de ônibus do mesmo bairro. Ali se confere uma subcentralidade na cidade, termo este sendo utilizado na análise como o movimento do bairro atuando tal qual um pequeno centro, neste caso, para a Regional Portão, que engloba também os bairros adjacentes, justificando que ainda exista uma quantidade de feiras acontecendo.

Nesta análise, o “percebido” das feiras de rua foi, então, de uma produção espacial mais expressiva no Centro, por conta da abrangência destes fluxos e atividades, por conseguinte, as feiras destes lugares conseguem apresentar mais a manifestação de sujeitos, territórios e identidades (figura 40), sendo capazes de exprimir traços mais polarizados e culturais, como observado na Feira da Praça Osório e nas feiras do entorno do Passeio Público.

Figura 40 - Feira da Praça Osório, que reúne barracas de diversas origens/países.



Fonte: a autora (2023).

Quanto à circulação de pessoas nas feiras percorridas, a acessibilidade acontece física e simbolicamente. Na primeira maneira, existe um

estranhamento na circulação de pessoas e isto é se dá ao que já foi debatido quanto a ocupação das ruas por veículos, reduzindo a prioridade de uso destas pelas pessoas. As ruas, antes dominadas por carros, são fechadas em dias específicos da semana para a realização das feiras, o que contribui para encalacrar determinadas regiões ou causar dinâmicas antes não permitidas no fluxo da cidade (figura 41), como ocorre na Feira Diurna do Batel, até mesmo como uma licença poética.

Figura 41 - Carro acessando a entrada da Feira do Batel para embarque/desembarque de cliente de transporte por aplicativo.



Fonte: a autora (2024).

Nesta permissão de uso complexa, o Poder Público, que autoriza a realização das feiras, peca na organização da rua enquanto espaço público com enfoque na mobilidade e interações das pessoas. Em alguns momentos são vistas situações que acontecem com o aval silencioso, por conta do fechamento das ruas para o trânsito de automóvel. Se perde a fluidez para uma modalidade, contudo, além das ruas, é aberto espaço para total fruição das calçadas e a circulação a pé vira protagonista (figura 42), como se pode observar na Feira Gastronômica do Batel. Em parte, há uma trégua na luta por espaços, no qual, de fato, o pedestre sai um tanto vitorioso se comparado ao cotidiano dos dias sem feira.



Figura 42 - Feiras sendo utilizadas para circulação e tendas com mesa e cadeira para consumo de produtos na Feira do Batel.



Fonte: a autora (2024).

Embora normalmente se tenha a via disponível para os carros, se percebeu que as feiras de rua foram inseridas na malha urbana possibilitando acessos facilitados e, por conta disso, é possível observar a feira de rua enquanto aspecto da identidade, cultura e cotidiano local.

A posição das feiras de rua próximas às estações tubo e aos terminais de integração de ônibus da cidade permite o transitar cotidiano (figura 43), conforme se observa, por exemplo, na Feira Noturna do Batel, pois estas feiras de rua foram inseridas na malha urbana possibilitando acessos facilitados e, por conta disso, é possível observá-las enquanto aspecto da identidade, cultura e cotidiano local.

Figura 43 - Tubo de ônibus próximo à Feira Noturna do Batel.



Fonte: a autora (2024).

Notadamente, a experiência do “percebido” é otimizada pela proximidade das feiras de rua com terminais de ônibus, que trazem diversas vantagens tanto para os comerciantes quanto para os consumidores. Entre as razões observadas, as pessoas que utilizam o transporte público podem fazer compras de maneira mais fácil e rápida, aproveitando o deslocamento diário para adquirir alimentos frescos e outros produtos, além dos terminais de Curitiba concentrarem grande circulação de pessoas, o que aumenta as chances de vendas para os feirantes, garantindo um público constante ao longo do dia e possibilitando maior acesso da população às feiras ao consumo de produtos locais, fortalecendo os pequenos produtores.

Cabe avaliar também que, a proximidade aos pontos de ônibus e tubos colaboram para uma redução do uso de veículos individuais, no qual os consumidores podem fazer compras sem precisar de carro, reduzindo congestionamentos e incentivando práticas mais sustentáveis, além de colaborar para que quem sai do trabalho ou da escola possa aproveitar a passagem pela feira próxima ao terminal para comprar produtos essenciais sem precisar se deslocar para outro local, gerando, em certo nível, uma inclusão social, por meio da promoção de um comércio mais acessível, dinâmico e sustentável.

No que tange o conforto ambiental, a criação das estratégias para alcançá-las nas feiras de rua envolve tornar o ambiente mais agradável para feirantes e consumidores, considerando fatores como temperatura, ventilação, iluminação e organização do espaço, entretanto, cabe ao feirante a provisão de sombra e artifícios para mitigar a ação da temperatura neste percurso. Várias barracas apresentam um toldo com maior extensão para abrigar os usuários e clientes no momento de compra e consumo, como na Feira Alexandre Gutierrez (figura 44), pois não basta apenas que as pessoas possam andar na rua, mas também precisam de espaços confortáveis que considerem esta qualidade.

Se percebe o investimento dos feirantes em lonas e barracas, além do uso de árvores próximas para reduzir o impacto do sol e da chuva. Outro ponto é o uso da ventilação natural em favor da criação de corredores para a circulação do ar, evitando sensação de abafamento próximo das barracas. Já nos corredores centrais criados entre as filas de barracas, se percebeu a valorização



em manter os espaços amplos, facilitando a circulação e evita aglomerações, além de permitir a criação de zonas de descanso longe da passagem de pessoas. Em outra instância de conforto, foi observado o controle dos sons, evitando a poluição sonora e reduzindo qualquer desconforto auditivo.

A implementação dessas medidas torna a feiras de Curitiba mais confortáveis e, percebidamente, incentivam a permanência dos consumidores e garantindo melhores condições de trabalho para os feirantes.

Figura 44 - Feira Alexandre Gutierrez com toldos que protegem os itens vendidos e a circulação de pedestres.



Fonte: a autora (2024).

A existência das feiras de rua parece, então, resgatar a importância do mobiliário público e outras ferramentas que colaborem com um avivamento da cidade. Além disto, se sublima algumas características essenciais para intervenções no espaço, entre eles: a humanização dos espaços públicos coletivos; valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; incremento dos usos de lazer.

Já as feiras de rua em regiões de Curitiba, menos centralizadas, apresentam uma escala menor de infraestrutura, contudo, no mesmo formato de estruturação. Foi observado que na região central, as feiras de rua mais populares e com maior número de frequentadores se localizam nas praças, por conta da própria capacidade espacial em comportar mais barracas e transeuntes e, embora a capacidade seja outra nas demais regiões, o mesmo padrão de estrutura que busca pelo caminhar e o conforto dos usuários, além da localização

com melhores acessos, se repete para feiras como a Feira da Praça do Japão, Feira da Praça da Ucrânia, a Feira ao lado do Terminal do Portão, etc.

Estas praças, ainda que menores, denotam também o tipo de subcentralidade já descrita, conforme os bairros que ocupam e, com a presença das feiras em seu determinado dia de instalação, são capazes de instigar os cidadãos a aproveitar as ruas. Cabe frisar que, no extremo sul de Curitiba, não há feiras formalizadas pela prefeitura e quanto as feiras fronteiriças com a região metropolitana só há uma, próximo ao município de Pinhais.

Outra perspectiva de acesso e usufruto da rua se deu no aspecto “passagem”, verificado em feiras com a Feira do Água Verde (figura 45). Mesmo que em determinados períodos o percurso no qual as feiras se estendem estivesse abarrotado de pessoas, se observou que as travessias e deslocamentos se dão pelo meio da feira, ainda que as calçadas estivessem livres para outros usos, se notou uma preferência por caminhar entre as barracas e trailers.

Figura 45 - Circulação de pessoas na Feira de rua.



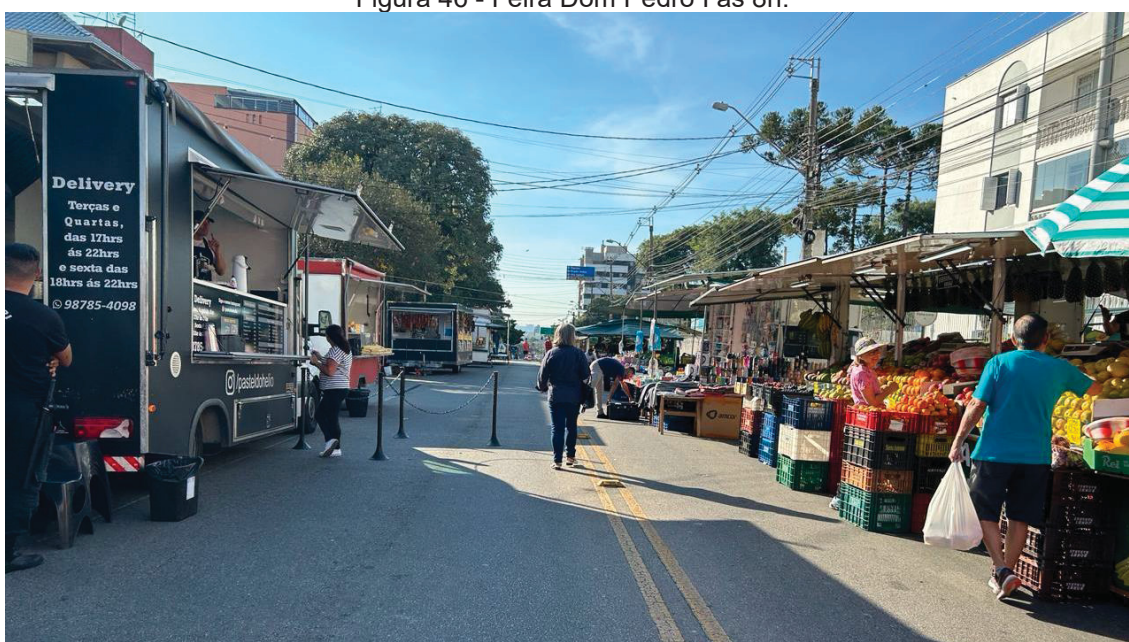
Fonte: a autora (2024).

Já sobre os horários, se observou uma presença maior da população nas feiras de rua que acontecem durante a noite e nos fins de semana. No primeiro caso, o desfrute das ruas se dá por conta do horário comercial, no qual a partir das 18h os adultos saem do trabalho e as crianças são liberadas da escola, assim, foi visto um mix de usuários, de crianças a idosos nas feiras



noturnas, ressaltando o encontro em família e entre amigos. Enquanto isso, as feiras diurnas, que têm um fluxo menor, com menos variedade de perfil de usuários, foi verificada a presença de adultos e idosos, principalmente entre os horários das 7h e 8h, como visto na Feira Dom Pedro I (figura 46), voltando a apresentar movimentação mais expressiva no período do meio dia, por conta do período de almoço. As feiras de rua que fogem deste cenário são as que acontecem aos fins de semana, pois o tempo livre influencia na presença expressiva das pessoas usufruindo do espaço público.

Figura 46 - Feira Dom Pedro I às 8h.



Fonte: a autora (2024).

As feiras de rua mencionadas e sua relação com a apropriação e lazer no espaço, registram um cotidiano comum para o curitibano e está no imaginário da cidade em vários momentos históricos, exercem uma relação de poder que faz a dinâmica público privado acontecer. A permissão de uso deste espaço público para uso privado se reforça ao passo que as feiras de rua têm capacidade de se inserir nas tratativas legais de uso e ocupação do solo e nas políticas urbanas e reivindicam uma cidade com infraestrutura e serviços.

Portanto, as feiras de rua se atrelam cada vez mais ao processo de produção do espaço, pois tem colaborado para determinar usos e consumo do espaço urbano, próprios da reprodução da vida e do capital.

Das outras atividades encontradas, se observou atividade de interação social, pessoas aguardando transporte por aplicativo e o transporte público, passeio com pets, deslocamento de um ponto a outro, contemplação, aspectos turísticos como registro de fotografia da paisagem e usos lúdicos, principalmente pelas crianças, jogando no chão, correndo e brincando.

Quanto ao mobiliário urbano, há uma variável. A depender do local de instalação da feira haverá ou não mobiliário urbano ou será mais ou menos atendido neste quesito. Por exemplo, na Feira Diurna do Batel existem alguns bancos fixos, contudo, este mobiliário faz parte do entorno do Shopping Novo Batel. Já na Feira da Praça Osório existe mobiliário diverso, desde bancos a iluminação pública, além de toda a infraestrutura existente na praça para atender as necessidades dos feirantes e dos cidadãos. Ao contrário de feiras como a do bairro Bigorriho ou a do Água Verde, que se situam próximo às vias rápidas dos bairros e inseridas em um contexto de passagem, no qual não existem bancos e existem poucas lixeiras.

Nas feiras de rua foram verificados aspectos sociais distintos, que refletem contextos dos bairros. Na Feira do Largo da Ordem, no bairro São Francisco, se percebeu a presença expressiva de moradores de rua e pedintes, principalmente na área com comércio de produtos alimentícios.

Um aspecto observado é que isto ocorre devido a utilização das feiras de rua como locais temporários para abrigo e sustento. As feiras oferecem barracas, toldos e estruturas que podem servir como abrigo contra o sol, chuva e frio nos momentos em que estão instaladas; também há esta movimentação constante de pessoas, o que pode proporcionar maior sensação de segurança em comparação a ruas mais vazias ou periféricas.

Mais um ponto pertinente é que há o acesso a alimentos, visto que muitos feirantes doam alimentos que sobram no final do dia, garantindo alguma fonte de sustento para essas pessoas e também se percebe que muitos turistas em feiras como a do Largo da Ordem e na feira da Praça do Japão acabam comprando alimentos para estas pessoas. Entre outros aspectos, também existem as oportunidades de trabalho informal, por exemplo, foi observado na feira do Água Verde que alguns moradores de rua ou pedintes atuam como carregadores de compras, ajudando clientes em troca de gorjetas, além de que



nas feiras de Curitiba é possível perceber a ação de algumas ONGs e programas sociais que oferecem assistência, alimentação e apoio psicológico.

Na extensão próxima a Casa Romário Martins e ao lado da escadaria que dá acesso a Galeria Júlio Moreira, há uma concentração maior desta população, enquanto próximo ao Palácio Garibaldi – atual Associação Giuseppe Garibaldi – tem se verificado uma presença maior de imigrantes de países fronteiriços ao Paraná, vendendo artesanato e produtos que não são de origem local (figura 47).

Figura 47 - Venda de artesanato por estrangeiros de maneira informal nas esquinas de ruas próximas à Feira do Largo da Ordem.



Fonte: autoria própria (2024).

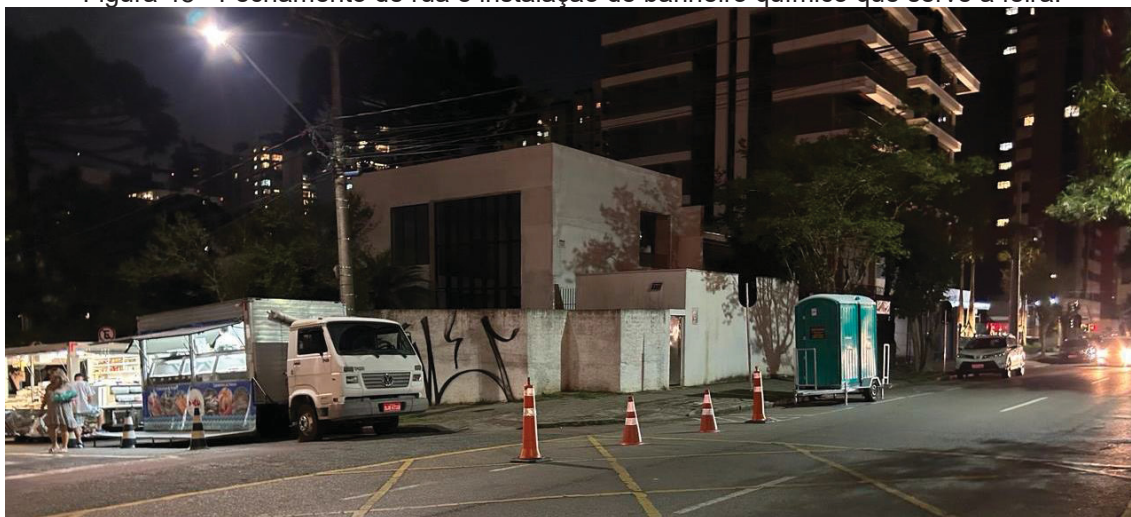
Principalmente por se tratar de um espaço público de alto movimento turístico, há um aparente movimento de segregação e remoção de vendedores ambulantes das feiras de rua sob o argumento de “revitalização urbana” ou “ordem pública”, mostrando outro aspecto da intervenção do Estado para a apropriação privada do espaço público. Esse processo, frequentemente, busca tornar determinadas áreas mais atraentes para investimentos imobiliários e turismo, excluindo populações vulneráveis do espaço urbano.

Outro ponto relativo à ordem do espaço, é a presença crescente de segurança, tanto pública quanto privada, em áreas públicas, como praças e calçadões, limitando a circulação destes determinados grupos, criando barreiras invisíveis à ocupação do espaço por populações mais pobres, restringir o acesso às manifestações culturais, políticas e sociais em feiras como a Feira do Largo

da Ordem, bem como controlando a presença de trabalhadores informais que surgem nestes espaços.

No contexto de bairros como o Batel, onde se percebe uma também há a presença de trabalhadores alheios ao setor de feiras. Hoje, para atender os usuários que se deslocam de carro até as feiras, existem flanelinhas que se uniformizam para o trabalho e solicitam um valor pré-estabelecido para o estacionamento em via pública. Para atender os trabalhadores, existe banheiro químico instalado em algumas feiras, como observado na feira Alexandre Gutierrez (figura 48).

Figura 48 - Fechamento de rua e instalação de banheiro químico que serve a feira.



Fonte: a autora (2024).

A sensação de segurança na maioria das feiras percorridas parece ser outra. Pessoas andando com celulares na mão, tirando fotos com câmeras digitais, conversando com menor atenção a movimentação de carros, pedalando bicicletas nas calçadas com maior autonomia mostraram que as feiras de rua próximas das ou nas ruas parecem criar um ambiente urbano mais amigável e confiável de se estar (figura 49). A segurança do corpo físico é evidenciada também por ser percebida a presença maior de idosos e adultos, que seguem ritmos diferentes, porém, o próprio espaço admite um fluxo e tempo de pessoas distintas, pois o há um maior leque de possibilidades para pedestres, seja na rua, na calçada ou mesmo por entre os canteiros.

Figura 49 - Pessoas conversando na rua próximo à feira.



Fonte: a autora (2024).

Outros aspectos foram analisados além do espaço físico das feiras. No sentido de ir além da conjuntura espacial e pensando que a feira é feita para além dos condicionantes do espaço público no qual é inserida, cabe ressaltar alguns aspectos. No mapa síntese (mapa 4) apresentado a seguir, foram compiladas questões relativas à expansão da cidade, presença de praças, parques e áreas de lazer nas regiões próximas das feiras, a concentração de turismo e desenvolvimento de infraestrutura, bem como as áreas menos assistidas por feiras e atividades deste tipo.



comércio



praças e parques



renda



lazer



lazer



turismo



infraestrutura

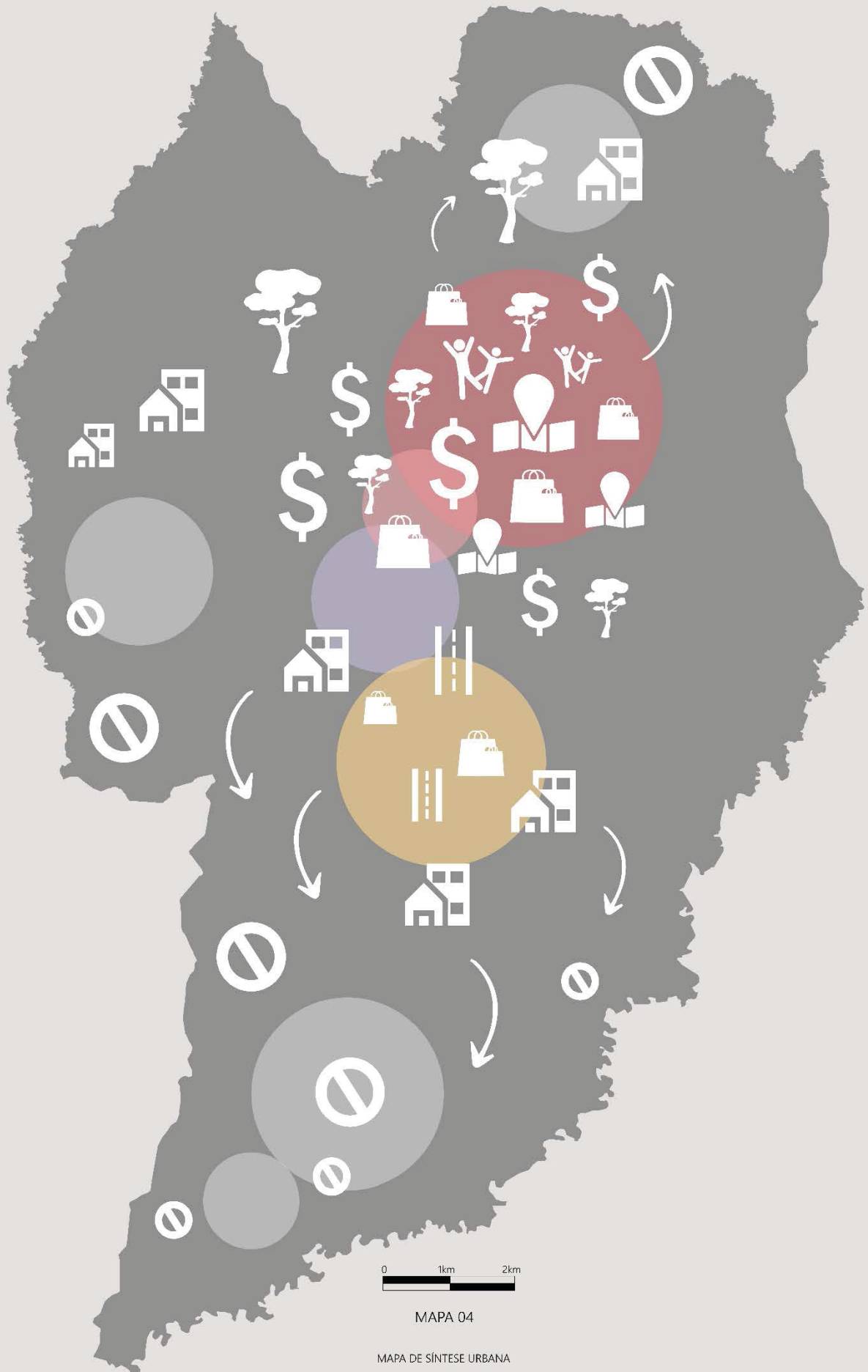


menos assistido



orientação  
crescimento

N



MAPA 04

MAPA DE SÍNTESE URBANA

a autora, 2024



O primeiro ponto a ser salientado é a concentração de renda, que influencia diretamente na infraestrutura urbana, na moradia, uso e ocupação do solo, entre outros. De acordo com o IBGE (2010; 2022), existe uma concentração de renda no centro da cidade, junto aos bairros próximos ao Centro, entre eles o bairro Água Verde e o bairro Batel (tabela 1). Este fator implica numa relação de criação de melhor estrutura física e de viabilização de integração com espaços públicos que permitem as feiras mais populares acontecerem, pois, sua localização nesses bairros também se relaciona ao fato de, nos bairros centrais, estão localizados grandes pontos turísticos da cidade de Curitiba, como: Largo da Ordem, Paço da Liberdade, Rua 24 Horas, Passeio Público, shoppings e outros.

Tabela 1 - Bairros com maior concentração de renda e diferença entre os anos 2000 e 2010.

Setores censitários	Ano de 2000	Ano de 2010	Diferença 2010/2000
Água Verde	0,931	0,956	0,025
Batel / Bigorriho	0,927	0,948	0,021
Alto da Glória / Juvevê / Centro Cívico /	0,925	0,949	0,024

Fonte: elaborado pela autora (2024), com base no Atlas de Desenvolvimento Humano – IBGE (2014).

O fator supracitado reduz o direito a cidade, pois transforma locais de encontro e convivência em ambientes controlados por regras privadas, que podem proibir manifestações culturais, políticas e sociais, limitando a liberdade de expressão e organização coletiva. Consequentemente, é onde se nota o enfraquecimento da vida comunitária e da cultura popular, debatidos nos capítulos anteriores, visto que os espaços públicos são essenciais para a interação social, a diversidade cultural e a construção de identidades coletivas. Quando esses espaços são privatizados, a lógica do consumo substitui o uso espontâneo e democrático do território. Feiras de rua, rodas de capoeira, apresentações artísticas e outras expressões culturais populares são frequentemente expulsas ou restringidas, dando lugar a eventos pagos e elitizados.

Paralelamente, essa concentração de renda e concentração de melhor infraestrutura em relação ao restante da cidade também traz impacto na

economia discutida e no trabalho, pois os feirantes dependem do espaço público para trabalhar e garantir seu sustento. A privatização e a “higienização” urbana impedem a permanência desses trabalhadores, favorecendo grandes redes varejistas e shopping centers. Esse processo não apenas precariza a economia popular, como também reduz a diversidade de produtos e serviços acessíveis à população.

Além disso, é a região mencionada que a presença de comércio é mais forte, por conta da rua XV de Novembro e suas lojas, cafés e restaurantes. Ali muitas pessoas estão a trabalho ou desempenham as suas atividades econômicas, fazendo com que a concentração de pessoas seja mais acentuada e passe a ser expressada nas feiras de rua, mas ainda assim levantando questões sobre a dinâmica com espaços privados.

Nesta análise, cabe ressaltar que, nestes pontos observados há a privatização do lazer e do cotidiano. Com a apropriação privada, muitas dessas atividades passam a ser cobradas ou transferidas para locais fechados, como academias e clubes pagos, excluindo aqueles que não podem pagar por esses serviços. Ou seja, a lógica do mercado passa a ditar as regras de uso do espaço público, priorizando interesses comerciais em detrimento das necessidades da população, onde a sociabilidade é mediada pelo consumo.

Esta valorização da área em função da infraestrutura urbana, moradia, uso e ocupação do solo compromete a função social da cidade, restringindo a diversidade, o direito à cidade e a inclusão social. Para combater esses impactos, é fundamental que políticas públicas garantam a preservação e democratização dos espaços urbanos.

Já no contexto ambiental, segundo Viezzer *et al.* (2022), considerando a análise de 40 bairros agregados de Curitiba existem mais áreas verdes de maior tamanho nas porções central e norte e menos áreas verdes de maior tamanho nas regiões periféricas, principalmente ao sul do município. Ainda para os autores, bairros com maiores rendas médias mensais per capita possuem mais áreas verdes por km<sup>2</sup> e menos habitantes por área verde. Saindo da Regional Centro, a presença dos parques e praças, a qual sustenta a instalação das feiras de rua no centro, vai diminuindo. Mesmo as praças com maior extensão, mas afastadas do centro, como o Parque Barigui ou o Parque São Lourenço – que

levam o nome de seus respectivos bairros –, contam com baixo número de feiras. Algumas feiras são desenvolvidas em pequenos jardinetes, como a Feira da Praça da Ucrânia ou a Feira do bairro Bigorriho.

Seguindo ao Sul de Curitiba, se nota o sentido de expansão da cidade em um movimento mais forte com a presença de novos prédios e condomínios, seguindo um eixo guiado pela Linha Verde e também na Av. República Argentina, que conecta a cidade às regionais Portão e Pinheirinho.

Os eixos de expansão de Curitiba seguem um modelo de planejamento urbano orientado pelo Sistema Trinário, desenvolvido no Plano Diretor de 1966. Esse sistema segue estruturando o crescimento da cidade ao longo de eixos de transporte e adensamento, priorizando o transporte público e o uso misto do solo, portanto, se percebeu a existência das feiras na cidade segue esses corredores de deslocamento, seguindo vias radiais que partem do centro da cidade em direção à periferia.

Na prática, existem poucas feiras quanto mais se afasta da centralidade do município, entretanto, foi percebida a expansão nos eixos Norte, que vai da Avenida Paraná e Avenida João Gualberto, conectando Curitiba a cidades como Colombo, e no eixo Sul, seguindo a Linha Verde (BR-116) e Avenida Winston Churchill, em direção a Fazenda Rio Grande. Essa constatação abraça o fenômeno de expansão metropolitana, pois vai além dos limites da cidade.

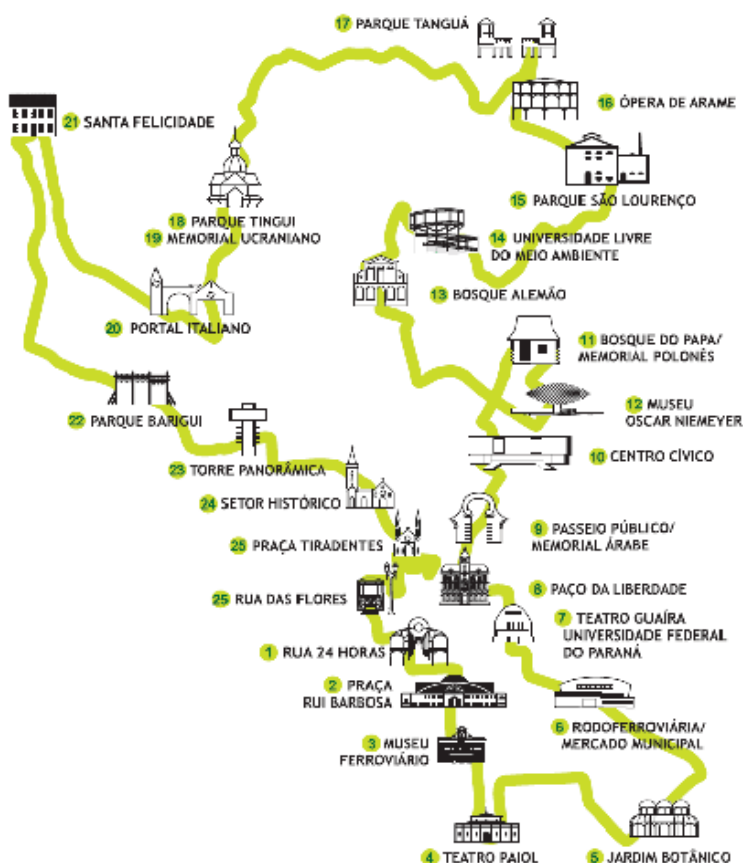
Se percebe, também, um crescimento de acordo com o tripé — sistema viário, uso do solo e transporte de massa — da Legislação de Uso do Solo de Curitiba (IPPUC, 1979), que o tinha as seguintes diretrizes: o uso e ocupação diferenciada do solo; a mudança do sentido radial de expansão para uma configuração linear, a partir de eixos estruturais, integrando sistema de transportes e uso do solo.

Ao Norte de Curitiba ainda é possível conferir a presença um pouco mais significativa na Regional Boa Vista, com feiras que também fazem fronteira ao Centro da Cidade, porém, ali se apresenta uma variedade das feiras elencadas pela PMC, como feiras diurnas, feiras orgânicas e a “Nossa Feira”.

Após essas regionais mencionadas, não há mais a presença de feiras de rua formalizadas pela PMC. Quanto mais afastada do centro do município, menos feiras de rua existem. Conforme foi visto no mapa 3 apresentado

anteriormente, há a presença mais expressiva de feiras no centro da cidade, próximas a alguns pontos turísticos presentes no corredor de turismo (figura 50), como Passeio Público, Paço da Liberdade, Rua das Flores, Praça Rui Barbosa e Setor Histórico.

Figura 50 - Rota dos principais pontos turísticos de Curitiba.



Fonte: URBS (2024). Disponível em: <https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/linha-turismo>

Traçando uma relação entre os pontos apresentados no mapa 4 e a rota de turismo de Curitiba, é possível ver que se segue uma proximidade aos espaços públicos de forte identidade local ou dos locais onde se encontram os símbolos mais fortes do imaginário da cultura Curitibana.

Notadamente, existe uma relação entre a localização das feiras de rua em Curitiba e seus pontos turísticos por acontecerem em locais estratégicos, onde há grande circulação de pessoas, incluindo moradores e turistas, inferindo na busca pela valorização cultural e o potencial econômico gerado pelo turismo. O forte apelo turístico funciona como atrativo complementar, como observado na



Feira do Largo da Ordem aos domingos, visto que oferece gastronomia típica paranaense e apresentações culturais, tornando-se uma extensão da experiência turística, além de existirem as igrejas históricas, casarões coloniais e museus.

Isso também ocorre na Feira da Praça Osório, se estendendo ao Calçadão da Rua XV de Novembro), sendo um dos principais eixos comerciais e turísticos da cidade, embora a feira ocorra sazonalmente (especialmente no Natal e na Páscoa). Outras feiras se localizam próximos ao Museu Oscar Niemeyer (MON), vendendo produtos artísticos que dialogam com o perfil cultural do público que visita o museu, também dentro do Parque Barigui, um dos mais visitados da cidade, tanto por moradores quanto por turistas, entre outros.

Os cidadãos da cidade de Curitiba, embora espalhados por várias Regionais Administrativas e até mesmo pessoas da região metropolitana, procuram o lazer, comércio e interações urbanas com as ruas mais vivas, onde se posicionam diversas praças.

Essas localizações complementam a experiência dos visitantes, valorizam a cultura local e impulsionam a economia criativa. Essas feiras funcionam não apenas como espaços de comércio, mas também como elementos de identidade urbana e atrativos culturais, reforçando a importância do espaço público como local de encontro e interação entre turistas e moradores.

Quanto à permissão maior dos usos da rua para a implementação das Feiras, fica salientada a proximidade nas áreas que também há comércio privado, próximo aos bares, restaurantes e lojas. Além disso, a PMC parece dar maior atenção às centralidades, aumentando a segurança pública, fazendo uma maior divulgação da existência da feira, implementando marketing (figura 51) e inserindo-se na rota de gastronomia, turismo, economia, entre outros.

Figura 51 - Publicidade sobre a Feira Especial de Natal da Praça Osório nas redes sociais da PMC.



Fonte: Prefeitura de Curitiba (2024). Disponível em:  
[https://www.instagram.com/reel/C1FFcYwOCXh/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/C1FFcYwOCXh/?utm_source=ig_web_copy_link)

A partir destas constatações, cabe analisar a razão as quais algumas regiões tem sido mal servidas desta atividade, se isto se dá devido ao acesso ou problemáticas de mobilidade urbana e sistema de transporte, se os espaços públicos são apenas áreas residuais, quais as condições para a vida urbana desses espaços, se não há demanda ou a adesão é baixa nas áreas mais afastadas do centro, se a configuração socioespacial tem uma influência outra nas ruas, se há restrições, como é a dinâmica público privado na prática longe da “cidade formal”, se é verificado um subaproveitamento dos espaços públicos, etc., para, enfim, assegurar um espaço público digno na cidade como um todo.



**ATENÇÃO**  
Quartas-feiras  
14h - 24h  
Feira Livre



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira de rua é única, singular e atemporal.

Surgida em meio a uma teia de processos complexos da evolução das cidades, a feira salienta fenômenos espaciais, apresenta a intervenção de diversos agentes e atores urbanos e é fruto de articulações e negociações ímpares. Por conta disso, ela cria um paradigma no qual pouco se percebe a característica da apropriação privada do espaço público, concedida para fins coletivos e gerida pelas duas esferas: público e privado.

O espaço público na contemporaneidade busca, entre cenários de altos e baixos, se adaptar enquanto experiência urbana e sobreviver frente às mudanças de estilo de vida dos cidadãos, da criação de novos espaços a partir de demandas da atualidade e diante dos usos que se transformam.

Mesmo que algumas vezes o espaço público seja construído longe de uma perspectiva sociourbana que engloba as necessidades do bem comum e passe a ser absorvido pelo contexto de privatização e individualização da vida, é nele que se resgata o senso de coletividade, são expressas identidades e culturas, surgem manifestações sociais e, ainda, segue sendo elemento norteador para configuração do espaço urbano e medidor da qualidade de vida local.

O espaço público da rua é também palco de fenômenos macrourbans e marca transformações socioespaciais da cidade, sendo ele próprio um produto e consequência das singularidades, apropriações e relações entre cidadão, esfera pública e esfera privada. O protagonismo da rua, antes tido exclusivamente voltado para a malha viária, suporte ao transporte por meio de automóveis e para a articulação viária, mudou. Agora, é possível perceber e interpretar a rua como um espaço dinâmico que é e deve ser apropriado pela população em prol do bem-estar social, da relação comunitária, além de ser um espaço político, cultural, se tornando instrumento cada vez mais potencializador da apropriação do espaço urbano por cidadãos.

Para além destes sentidos, foi no espaço público da rua que se enxergou a discussão da relação entre o público e o privado. Esta pesquisa buscou compreender como se dá a dinâmica entre os dois domínios e quais os limites



desta apropriação privada do espaço público. As feiras de rua, atividade que movimenta o aspecto econômico, espacial, cultural e social, evidenciaram ferramentas e instrumentos legais que permitem a existência deste tipo de apropriação dentro de um cenário que valoriza a cultura local e o cotidiano. A permissão de uso do espaço público, que dá aval para a realização da feira de rua, é um instrumento, entre os diversos mencionados no decorrer da pesquisa, capaz de colaborar para a superação da tendência de espaços públicos subutilizados, privatizados e fechados, permitindo o acesso simbólico e social de lugares antes não tidos como espaços realmente públicos.

Analisar as ações da Administração Pública na perspectiva das feiras de rua evidenciou que, embora existam as concessões, permissões de uso do espaço, contratos de gestão, instrumentalização de parcerias entre esferas, criação de organizações sociais e outras modalidades de planejamento e gestão conjunta, a relação com a esfera privada acontece principalmente por conta da necessidade de uma intervenção econômica maior e pela dificuldade de execução de determinados projetos do Setor Público.

O limite dessa relação é disciplinado pelas Leis, Decretos e Planos de Desenvolvimento, os quais delimitam a criação da cidade legal e controlam as intervenções que possam fugir do interesse público. A esfera pública, portanto, resguarda os direitos fundamentais dos cidadãos, contendo avanços desmedidos do interesse do Setor Privado. Em um contexto de crescente privatização do espaço urbano, a defesa das feiras de rua é também uma luta pelo direito à cidade, garantindo que os espaços públicos permaneçam acessíveis, democráticos e representativos da diversidade social.

A apropriação privada do espaço público é um fenômeno complexo, impulsionado por interesses econômicos e políticos. Para garantir cidades mais inclusivas e democráticas, é fundamental que haja políticas públicas que protejam o direito ao espaço urbano para todas as camadas da população, incentivando a participação cidadã na gestão da cidade e combatendo processos de privatização disfarçados de modernização e segurança.

Cabe avaliar se, com processos de privatização do espaço público, gentrificação e remoção de ambulantes, as feiras passem a ocupar para áreas periféricas.

Nesta pesquisa ficou ressaltada a importância de se pensar, planejar e executar projetos para o espaço público pautados na cultura, bem como no interesse coletivo, que resguarda a semiótica, simbologias e identidades da cidade de Curitiba. O espaço público da rua e as feiras evidenciam toda a imagética de Curitiba.

A feira de rua está sob árvores de Araucária nas praças, comercializando o quentão para o inverno mais debatido do país, enquanto o pinhão decora as calçadas que possibilitam a instalação dessa atividade. Foi possível caracterizar os espaços públicos tanto no escopo nacional e traçar diálogos para essa diferenciação no contexto de Curitiba, no qual o espaço público local tem um cenário próprio.

Na relação público *versus* privado também se enxergou a participação do viés cultural e como a Administração Pública faz uso dela para fomentar o uso dos espaços públicos, na criação de diversas políticas públicas para a área da cultura, artes, educação, desenvolvimento urbano, mobilidade, entre outros, colaborando para a expansão do ser público e do próprio espaço.

Por último, esta pesquisa abre espaço para outras investigações. Se verificou a escassez de feiras em determinadas regiões, sendo possível traçar paralelos com o desenvolvimento econômico, social e cultural específicos de algumas regionais administrativas da capital. A falta de feiras de rua verificada, principalmente, ao Norte e no extremo Sul da cidade, põe em questionamento o modo de produção da cidade e o investimento expresso fortemente nas centralidades urbanas de Curitiba, enquanto o esforço de criação de espaços públicos nas regiões mais afastadas vai no sentido contrário.

Entre estas questões apresentadas, foi possível ver a relevância da feira de rua como reflexo do modo de produção da cidade e do espaço público, partindo das apropriações e usos determinados pelas pessoas no decorrer do tempo. A feira de rua é um marco na história local e permanece no espaço público da rua em decorrência do constante resgate da identidade curitibana e fomento do espaço público.

Com os instrumentos discutidos nesta pesquisa, é possível abrir um leque de possibilidades para o espaço público da rua, bem como dinamizar outros espaços para que a cidade seja cada vez mais apropriada pelos cidadãos

e aumentando a qualidade de vida destes. O desenvolvimento urbano atrelado à cultura faz com que as espacialidades e sociabilidades sejam cada vez mais resgatadas e valorizadas, criando espaços públicos mais ricos e diversos na malha urbana de Curitiba.

Reivindicar os espaços públicos da rua, em qualquer momento da história, reitera a importância da existência de lugares de expressão política, social e cultural. Cabe, portanto, a Administração Pública andar no sentido da cooperação, fomentando parcerias que sejam saudáveis entre setores e incluam o cidadão enquanto participante ativo dos processos sociais e urbanos, mediando as negociações e conflitos que permeiam a cidade, para que os espaços públicos possam sempre ser símbolos das práticas do cotidiano, da promoção da sociabilidade, da expressão da cultural e política de grupos e manifestação da dimensão pública.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ANDRADE, E. A. de.; FRANCESCHINI, M. C. T. **O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental**. *Ciência e saúde coletiva*, v. 22, n.12, p.3849-3858, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232017021203849&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232017021203849&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARBOSA, J. T. A feira de caruaru e seu lugar na cidade: usos e apropriações da feira por moradores e comerciantes no cotidiano do bairro do vassoural, Caruaru-PE. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BONINI, A. **Urbanização e Industrialização no século XIX**. Curitiba: SEED/PR, 2006.
- BORJA, J. Ciudadanía y Espacio Público. **Ambiente y Desarrollo**, XVI (3), 1998, p.13-22.
- BORJA, J. Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio. **Revista eletrônica Vitruvius**, nº 72, 2006. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072_03.asp) , Acessado em: 15 de jan. 2024.
- BONZATTO, E. A.; POLICHUK N. K. Origem da feira do Largo da Ordem, Curitiba, em 1970: diálogos de Arte e Zanato. **Revista Lumen et Virtus**, v. 5, n. 10, 2014.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofícios do Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução: TEIXEIRA, G. J. F. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- BOTELHO, A. O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: **Annablume**; Fapesp, 2007
- BRANDÃO, C. R. (2009). Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos De Pesquisa**, 39(138), 715–746. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/209>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.
- BRASIL. **Lei Federal n 11.079 de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 2004. Seção 1, p. 6.
- BRITO, A.; CANTUÁRIA, E. Da Fortaleza ao Araxá: O processo de transformação da paisagem cultural da orla do Rio Amazonas em Macapá-AP. **3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e perspectivas**. Brasil, Belo Horizonte, 2014.
- CAIADO, A. S. C. Algumas considerações sobre a Economia Criativa. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), **Anais**. Salvador, n. 4, Salvador, 2008.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.



CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Nova Lei de Incentivo à Cultura entra em vigor até o aniversário de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/nova-lei-de-incentivo-a-cultura-entra-em-vigor-ate-o-aniversario-de-curitiba>. Acesso em: 05 abril 2024.

CAMARGO, L. GATTI, S. Histórias e Retratos da Feira do Largo da Ordem. Curitiba: **Flutua Produções e Canô Produções**, 2022.

CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A. M. **Public Space**. New York: Cambridge University Press, 1995.

CARRERAS i VERDAGUER, C. Espais públics. In: ROBIRA, R. T. (coord). **Mirades Multidisciplinàries**. Barcelona: Biblioteca Universitària, pp. 95-116, 2002.

CARRIERI, A. de P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A Institucionalização Da Feira Hippie De Belo Horizonte. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, vol. 15, núm. 44, pp. 63-79, jan./mar. 2008.

CARMONA, M.; FREEMAN, J.; ROSE, S.; WOOLLEY, H. **The value of public space**: how high quality parks and public spaces create economic, social and environmental value. New York: Cabe Space, 2004.

CARMONA, M.; HEATH, T.; O.C. T.; TIESDELL, S. A. Public Places Urban Space: The Dimensions of Urban Design. London: **Architectural Press**, 1 ed., 2003.

CARMONA, M. MAGALHÃES, C.; HAMMOND, L. Public space: The management dimension. **Routledge**, 2008.

CARVALHO, C. A. P. O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: CALABRE, Lia (Org.). Políticas Culturais: **Reflexões e Ações**. São Paulo: Itaú Cultural, 2009.

CARVALHO, C. A. P.; GUIMARÃES, R. G.; GOULART, S. As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. In: Anais VI Congresso Português de Sociologia. **Mundos Sociais: Saberes e Práticas**, Lisboa, v. 6, jun. 2008.

CARVALHO, I. O. **Espaço Público** – uma noção em mutação. Um breve estudo dos atuais espaços de prazer e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, S. M. de; BEZERRA, I. Hoje é dia de feira: os caminhos da agroecologia no âmbito da política municipal de abastecimento da cidade de Curitiba, Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n.133, pp.97-112, jul./dez. 2017.

CAVES, R. Encyclopedia of the city. Londres: **Routledge**, 2005.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: **Vozes**, 1194.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 13ª ed. São Paulo: **Ática**, 2004.

COSTA, A. C. A; Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional : a feira de Campina Grande na interface desse processo. 2006. Dissertação (Mestrado). **Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

COSTA, E. B. da. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. **Tempo Social**, 33(1), 91-120, 2021.

CURITIBA. Eventos em áreas pública e privada: pelo PROCEC. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/eventos-em-areas-publica-e-privada-pelo-procec/3275>. Acesso em: 05 abril 2024.

CURITIBA (Município). **Decreto 112 de 29 de março de 1989**. Regulamenta As Atividades de Feiras de Arte e Artesanato no Município de Curitiba. Curitiba, Paraná, 1º fevereiro 2010.

CURITIBA (Município). **Decreto nº 221 de 29 de março de 1989**. Aprova Regulamento Das Feiras de Artes e Artesanato de Curitiba. Curitiba, Paraná, 24 abril 1989.

CURITIBA (Município). **Decreto nº 556 de 19 de março de 2009**. Dispõe sobre a autorização para a realização de feiras em logradouros públicos no município de Curitiba. Curitiba: Câmara Municipal, 2009.

CURITIBA (Município). **Decreto nº 797 de 12 de julho de 2006**. Regulamenta As Atividades de Feiras de Arte e Artesanato no Município de Curitiba. Curitiba, Paraná, 26 novembro 2007.

CURITIBA (Município). **Decreto nº 973/2015**. Altera e acresce dispositivos no Decreto 556/2009, o qual dispõe sobre a autorização para a realização de feiras em logradouros públicos no Município de Curitiba. Curitiba: Câmara Municipal, 2009.

CURITIBA (Município). **Lei nº 9226/1997 de 23 de dezembro de 1997**. Dispõe Sobre as Entidades Qualificadas Como Organizações Sociais, Cria o Programa Municipal De Publicização, A Comissão Municipal De Publicização E Dá Outras Providências. Curitiba: Câmara Municipal, 1997.

CURITIBA (Município). **Lei n.º 10.906/2003**. Dispõe sobre a promoção e realização de eventos de grande porte no Município de Curitiba. Curitiba: Câmara Municipal, 2003.

CURITIBA (Município). **Lei nº 11.929 de 3 de outubro de 2006**. Institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas. Curitiba: Câmara Municipal, 2006.

CURITIBA (Município). **Lei Complementar n.º 57 de 08/12/2005**. Cria o Programa de Apoio e Incentivo à Cultura – PAIC, cria o Fundo Municipal da Cultura – FMC, concede incentivo fiscal ao Mecenato Subsidiado, revoga a Lei Complementar n.º 15 de 15/12/1997 e dá outras providências. Curitiba: Câmara Municipal, 2005.

CURITIBA TURISMO. **Feiras**. Disponível em: <https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/feiras/46>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica sócio espacial (1960/2006). 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18854>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

DELGADO, M. O espaço público como ideologia. Madrid: **Catarata**, 2007.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22. ed. São Paulo: **Atlas**, 2009.

EAGLETON, T. A ideia de cultura. São Paulo: **Editora Unesp**, 2005.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Iluminuras**: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n. 44. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001.

ERIBON, D.; LÉVI-STRAUSS, C. De Perto e de Longe. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 1990.

ERIG, G. A.; MELO, S. M. C. Feira livre como um atrativo cultural: o caso da Feira do Bosque em Palmas – TO. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguaçu, 9, **Anais**. Foz do Iguaçu, Brasil, 2015.

ESCOSTEGUY, A. C. D. Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana/ Ana Carolina D. Escosteguy – ed. on-line – Belo Horizonte: **Autêntica**, 2010.

FARIA, L. J. **Espaço Público e Sociedade Civil**: Proposta de uma abordagem habermasiana do caso brasileiro. 1999. 93 f. Dissertação. (Mestrado - Pós-Graduação da EAESP /FGV, Área de Concentração: Políticas de Governo). São Paulo (SP), 1999.

FARR, E.; PIROOZ FAR, P. **Cities for all**: all-inclusive collective urban spaces for the public - a case of a successful interactive model. Roma: Real Corp, 2013.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FURTADO, M. R. F. de M. La Feria de Artes y de Artesania Garibaldi: Um pasillo de la identidad em CuritibaParaná, Brasil (1980/2001). 2006. Tese, Doutorado em Antropologia, Universidade de La Laguna, La Laguna, Espanha. 2006.

GADOTTI, M. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

GALLARZA, G.; BAPTISTA, M.; CAVALCANTI, F. **Caminhos Históricos**: a estrada do Assungui. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2013.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano**: la vida social entre los edificios. Barcelona: Reverté, 2006.

GEHL, J; GEMZØE, L. **Novos espaços urbanos**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOLDBERGER, P. The rise of private city. In: CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steve (editors). **Urban design reader**. Oxford: Elsevier, 2007.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, F.F.; FIGUEIREDO, S. J. de L. Feira do Ver-o-Peso: origem, permanência e resistência. In: **Anais do XX ENANPUR**, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st08-27.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

GONÇALVES, L. A. A. A Feira e suas Manifestações Socioespaciais no Nordeste Brasileiro. In: **A Metamorfose das Feiras Nordestinas**: a Inserção da Confecção Popular. São Paulo: Blucher, p. 53 -96, 2018.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; PROCOPICK, M. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, jan.-abril, 2018 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2016.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, R. Por amor aos lugares. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2017.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. jul/dez. 1997.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da amostra. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra). Acesso em 13 de abril de 2024.

IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=2>. Acesso em 13 de abril de 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê IPHAN 9**. Feira de Caruaru. Brasília, DF: IPHAN; Ministério da Cultura, 2006.

IPPUC. **Legislação e uso do solo**. Curitiba, 1979.

KLINK, J.; BARCELLOS, de S, M. (2017). Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cadernos Metrópole**, 19(39), 379–406, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3902>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

KUWAHARA, L. M. Proposta de intervenção urbana para a Rampa do Açá. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – **Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Amapá**, Macapá, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/1488>. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

LARAIA, R. B. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LAVALLE, A. G. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, v.25, p.33 - 44, 2005.

LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: **UFMG**, 1999.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Oxford: **Blackwell**, 1992.

LEFEBVRE, H. O direito à Cidade. São Paulo: **Moraes**, 2001.

LEFEBVRE, H. Da cidade à sociedade urbana. In: **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed.UFMG, 1999.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. **RBCS**, 17(49), 115-172, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2010.

LOUKAITOU-SIDERIS, A.; BANERJEE, T. **Urban Design Downtown: Poetics and Politics of Form**. Berkeley: University of California Press, 1998.

LIRA, S. M. **Muito além das Feiras da Sulanca**: a produção da confecção no Agreste/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

LIMA, J. de F.; SANTOS, T. S. Aspectos econômicos e higiênico-sanitários da comercialização de camarões de água doce em feiras livres de Macapá e Santana, Estado do Amapá. **Biota Amazônia**, v. 4, n. 1, p. 1-8, 2014.

LUCENA, T. I. N. de; GERMANO, J. W.. Feiras livres: cidades de um só dia, aprendizados para uma vida inteira. Natal: EDUFRN, 2016.

LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.



MADANIPOUR, A. A critique of public space: between interaction and attraction. In: Mehta, V., Palazzo, D. **Companion to Public Space**. Londres e Nova York: Routledge, Taylor & Francis Group. 2020.

MADANIPOUR, A. **Design of Urban Space - An Inquiry into a Socio-spatial Process**. University of Newcastle, Newcastle upon Tyne, UK. John Wiley & Sons Ltd, England, 1996.

MADANIPOUR, A. **Public and Private Spaces of the City**. London and New York: Taylor and Francis e-Library, 2005.

MADANIPOUR, A. **Rethinking Public Space: Between Rhetoric and Reality**. In: KTH Centre for the Future of Places (2019). The Reykjavik Symposium: The Futures Of Public Space, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QztwN1zSfuQ&ab\\_channel=KTHCentrefortheFutureofPlacEs](https://www.youtube.com/watch?v=QztwN1zSfuQ&ab_channel=KTHCentrefortheFutureofPlacEs). Acessado em: 24 jan. 2024.

MARQUES NETO, F. P. de A. A Experiência das Parcerias Público-Privadas no Brasil: O Atual Estado da Arte. Colóquio de Direito Luso-Brasileiro - Faculdade de Direito do Largo de São Francisco - USP / Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, **RILB - Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. I, p.45-61, 2015.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiás, v. 2, n. 2, pp. 72-87, 2008.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são?** Representações sobre as pessoas em situação de rua. Ver. *Psicologia e Sociedade*, n. 16. São Paulo, SP: Universidade São Marcos, 2004.

MIRANDA, G. A cidade e a feira no tempo: perdas e ganhos no processo de relocação da feira de Caruaru. In: CinCCI, Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: Uma relação de origem, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2008.

MORAIS, I. R. D.; ARAÚJO, M. A. A. de. Territorialidades de Sociabilidades na Feira-Livre da Cidade de Caicó (RN). **Caminhos de Geografia**, 23 (17) 244 - 249, 2006.

MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História, Universidade de São Paulo**, v. 53, p. 81-106, 1975. Disponível em: <<https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2024.

MOTA, A. S; SANTANA, A.; PINHEIRO, N. S. Feira Livre De Amargosa: Sua Construção, Sua História. **Revista Acadêmica Gueto**, 4ed, abril. 2015.

NARCISO, C. A. F. **Espaço público: desenho, organização e poder**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2º sem. 1996.

NOGUEIRA, J. **La Ordenation urbanística: conceptos, herramientas y prácticas**. Barcelona: Electra, 2003.

NELSON, A. V. M.; BRAGA JUNIOR, S. A. M. Democracy and culture in the planning of the urban development. **Revista Direito GV**, v. 8, n.2, pp. 407-425, 2012.

OLIVEIRA, G. H. J. de. Parceria público-privada e direito ao desenvolvimento: uma abordagem necessária. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.4, n. 45, p.6023-6039, 2005.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- PEREIRA, E. **Qualificação profissional e relações de trabalho no pólo de confecções de Pernambuco**: trajetória e perspectivas de atuação do Senai. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2011.
- PINHO, R. B. de; ROCHA, E. Feira das pulgas na contemporaneidade: cartografia nas cidades de Buenos Aires, Montevideu e Curitiba. **Oculum Ensaios**, 17, 1–21, 2020.
- RABOTNIKOF, N. Lo público hoy: lugares, lógicas y expectativas. **Revista de Ciencias Sociales**, 32, pp. 37-48, 2008.
- RESENDE, F. Comunicação social e espaço público contemporâneo. In: **ALCEU**. Rio de Janeiro. v. 5, n.10, pp. 129-145, jan./jun, 2005.
- RIBEIRO, J. A cultura e a (des)diferenciação do espaço público. **A.A.V.V.: Actas do IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra. 2000.
- ROCHA-NETO, A. P. Fatores que influenciam na decisão de compra de pescado nas feiras livres de Macapá - AP. 2010. 38 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Engenharia de Pesca) - Universidade do Estado do Amapá, Macapá.
- BRANDÃO, L. A. F. O lugar da cultura. A cultura do lugar. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**. Ano 3, número 4, semestral, março 2013
- RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas de cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.
- SÁ, M. **Filhos das feiras**: uma composição do campo de negócios do agreste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2018a.
- SÁ, M. Novas e velhas distinções na comunidade artesã do Alto do Moura: tensões emergentes entre membros-proprietários(as) de negócios no século 21. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), n. 5., Curitiba. **Anais**. Curitiba, Paraná: SBEO, 2018b.
- SANTOS, E. C. dos.; SILVA, C. de M. Feiras Colaborativas e Economia Criativa em Caruaru, Pernambuco. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Ano 16, n. 45, out./dez. 2018.
- SANTOS, J. L. dos. O que é cultura. 12ª ed. São Paulo: **Brasiliense**, 1996.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: **Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. In: **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: **EDUSP**, 2007.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: **EDUSP**, 2002.
- SENNETT, R. O Declínio do Homem Público. São Paulo: **Companhia da Letras**, 1998.
- SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. spe, p. 95–102, 2007.
- SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo. **Editora Contexto**, 2007.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: **Cortez**, 2007
- SHEIKH, S. In the Place of the Public Sphere? Or, The World in Fragments. In: **Claire Doherty**, ed. Situation. Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 137-141. 2009.

SILVA, L. M. A.; SILVA, S. L. F. Fatores de decisão de compra de pescado nas feiras de Macapá e Santana – Amapá. **Boletim Técnico- científico CEPNOR**, v. 4, n. 1, p. 89-98, 2004.

SILVA, M. A. V. Cotidiano e Lugar: interpretações conceituais numa leitura geográfica para uma prática de ensino. **Anais: II EDIPE II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**. 4 a 06 de novembro de 2007 – Anápolis – GO. p. 6. Disponível em: <<http://www.ceped.ueg.br/anais/IIedipe/pdfs/cotidianoelugar.pdf>> Acesso em: 15 fevereiro de 2024.

SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. A Influência do Estado e do Mercado na Administração da Cultura no Brasil entre 1920 e 2002. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 44, p. 215-238, 2010.

SINGER, P. À guisa de introdução: urbanização e classes sociais. In: **Economia política da urbanização**. 12.ed. Ed.brasiliense, 1990.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação a apropriação**. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, n. 19, pp 93-111, 2006.

STAMPA, I. T. Espaços públicos no Brasil: desafios para uma construção democrática. **Revista O Social em Questão**. v. 15, n. 15. Rio de Janeiro: PUC-RIO, Departamento de Serviço Social, 2006.

TONET, R. S. **Fenonomias, economia plural e desenvolvimento local: um estudo na feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba-PR**. 2004. 151f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URIARTE, U. M. Olhar a cidade: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. In: **Ponto Urbe**, 13, 2013.

VEDANA, V. Fazer a feira: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: **UFRGS**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3731/000403659.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

VIEIRA, I. M. Bioecologia e pesca do camarão, *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) no Baixo Rio Amazonas, AP. 2003. 142 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, DF.

VIEZZER, J.; MORAES, E. N. de.; BIONDI, D.; MARTINI, A.; SCARANO, F. R. Áreas Verdes, População e Renda em Curitiba, Pr, Brasil. **REVSSAU**, Curitiba – PR, v.17, n.2, p. 37-49, 2022.

VIZZOTTO, A. T.; PRESTES, V. Buzelato. Direito urbanístico. Porto Alegre: **Verbo Jurídico**, 2009.

YÁZIGI, E. O mundo das calçadas. Por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas: FFLCH-USP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

YURGEL, M. Urbanismo e lazer. São Paulo: **Nobel**, 1983.

ZUKIN, S. The Cultures of Cities. **Cambridge**, MA: Blackwell, 1996.

## ANEXO I - RELAÇÃO DE FEIRAS DE RUA EM CURITIBA

Feiras livres diurnas				
Nome	Dia e horário	Endereço	Referência	Bairro
Feira do Rebouças	Terça-feira, das 7h às 11h30	Rua Nunes Machado, s/n	Entre a Avenida Iguazu e a Rua Brasília Itiberê	Rebouças
Feira do Água Verde B	Terça-feira, das 7h às 11h	Rua Dom Pedro I, s/n	Entre a Rua Professor Luiz César e a Rua Professor Assis Gonçalves	Água Verde
Feira do Jardim Botânico	Terça-feira, das 7h às 11h	Rua Coronel João da Silva Sampaio, s/n	Entre a Avenida Prof. Omar Sabagg e a Travessa Terézio Porto	Jardim Botânico
Feira do Uberaba	Terça-feira, das 7h às 11h	Rua Coronel José Carvalho de Oliveira, s/n	Entre a Rua Sargento Carlos A. Camargo e a Rua Doutor Gonzaga de Campos	Uberaba
Feira da Vila Santa Amélia	Terça-feira, das 7h às 11h	Rua Fernando de Souza Costa, s/n	Entre a Avenida Frederico Lambertucci e a Rua Alcir Martins Bastos	Fazendinha
Feira do Mossunguê	Terça-feira, das 14h às 20h	Rua Paulo Gorski, s/n	Esquina com a Rua Elvira Harkot Hamina	Mossunguê
Feira do São Francisco	Quarta-feira, das 7h às 11h30	Rua Davi Carneiro, s/n	Entre as ruas Duque de Caxias e Nilo Peçanha	São Francisco
Feira do Bigorriho	Quarta-feira, das 7h às 11h30	Rua Edgard Roquete Pinto, s/n	Ao lado do reservatório de água da Sanepar	Bigorriho
Feira do Boa Vista	Quarta-feira, das 7h às 11h	Rua Nossa Senhora de Nazaré, s/n	Entre as ruas Holanda e Estados Unidos	Boa Vista
Feira do Boqueirão	Quarta-feira, das 7h às 11h	Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8430	Praça Nossa Senhora do Campo	Boqueirão
Feira do Ahú	Quinta-feira, das 7h às 11h30	Rua Colombo, s/n	Entre as ruas Manoel Eufrásio e São Sebastião	Ahú
Feira do Batel	Quinta-feira, das 7h às 11h30	Rua Dom Pedro II, s/n	Em frente ao Shopping Novo Batel	Batel
Feira do Santa Quitéria	Quinta-feira, das 7h às 11h	Rua Professor Fábio de Souza, s/n	Entre as ruas Ulisses Vieira e Reinaldo Pazello	Santa Quitéria
Feira do Bairro Alto	Quinta-feira, das 7h às 11h	Rua Adílio Ramos, s/n	Entre as ruas José Veríssimo e José Lins do Rego	Bairro Alto
Feira do Água Verde A	Sexta-feira, das 7h às 11h30	Rua Coronel Dulcídio, s/n	Entre a Rua Petit Carneiro e a Avenida Água Verde	Água Verde
Feira do Jardim Social	Sexta-feira, das 7h às 11h	Avenida Presidente Washington Luiz, s/n	Junto à Praça Villa Lobos	Jardim Social
Feira do Jardim das Américas	Sexta-feira, das 7h às 11h	Praça Maestro Bento Mussurunga, s/n	Ao lado da praça	Jardim das Américas
Feira do Cristo Rei	Sexta-feira, das 7h às 11h	Avenida Visconde de Guarapuava	Entre as ruas Atilio Bório e Reinaldo S. Quadros	Cristo Rei



Feira da Vila São Pedro	Sexta-feira, das 7h às 11h	Rua Engenheiro Wladislaw Dec, s/n	Entre as ruas 1º de Maio e Cláudio Todisco	Xaxim
Feira de Santa Felicidade	Sexta-feira, das 7h às 11h	Rua Via Vêneto, 1275	Praça Piazza San Marco	Santa Felicidade
Feira do Alto da Glória	Sábado, das 7h às 13h	Rua Alberto Bolliger, s/n	Entre as Ruas Augusto Stresser e Sete de Abril	Alto da Glória
Feira do Vila Hauer	Sábado, das 7h às 12h30	Rua Miguel Poholink, s/n	Ao lado da Praça Doutor Joaquim Menelau de Almeida Torres	Hauer
Feira do Seminário	Sábado, das 7h às 12h30	Rua Professor João Argemiro de Loyola, s/n	Entre as Ruas Arnaldo de Barros e Santa Madalena de Piazzzi	Seminário
Feira do Portão	Sábado, das 7h às 12h	Rua Pedro Hansaul, s/n	Conjunto Habitacional Phoenix	Portão
Feira do Guaíra	Sábado, das 7h às 12h	Rua Rio de Janeiro, s/n	Ao lado da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto	Guaíra
Feira do Pilarzinho	Sábado, das 7h às 12h	Rua São Domingos, s/n	Próximo à Cruz do Pilarzinho	Pilarzinho
Feira do Bom Retiro	Sábado, das 7h às 12h	Rua Henrique Itiberê, s/n	Entre as Ruas Tapajós e Emílio de Menezes	Bom Retiro
Feira do Jardim Pinheiros	Sábado, das 7h às 12h	Rua Padre José Martini, s/n	Entre as Ruas Rômulo César Alves e São Carlos	Santa Felicidade
Feira do Jardim Virgínia	Sábado, das 7h às 12h	Avenida Vereador Toaldo Túlio, s/n	Entre as ruas Domingos Dalla Bona e Coronel Oscar Rodrigues	Santa Felicidade
Feira do Prado Velho	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Francisco Nunes, s/n	Entre as Ruas Chile e Brasília Itiberê	Prado Velho
Feira do Mercês	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Martin Afonso, 800	Praça 29 de Março	Mercês
Feira do Bacacheri	Domingo, das 8h às 12h30	Rua José Gulin, s/n	Entre as Ruas Ernesto Edmundo Weiger e Luiz Manoel Agner	Bacacheri
Feira do Jardim Saturno	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Albino Potulski, s/n	Entre as Ruas Julieta Ziliotto e Professor Ângelo Antônio Dallegrove	Santo Inácio
Feira do Fazendinha	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Rio do Sul, s/n	Entre as Ruas João Dembinski e Cidade de Laguna	CIC
Feira da Barreirinha	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Flávio Dallegrove, s/n	Entre as Ruas Sebastião Fávoro e Reinaldo Hecke	Barreirinha
Feira do Campo Comprido	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Maria Homan Wisniewski, s/n	Entre as Ruas Roberto Redzinski e Emília Chopacz	Campo Comprido
Feira do Cajuru	Domingo, das 8h às 12h30	Rua Theóphilo Otoni, s/n	Entre as Ruas Luiz França e Progenito Machuca	Cajuru
Feira da Vista Alegre	Domingo, das 8h às 12h	Rua Arthur Leinig, s/n	Entre as Ruas Irmã Tecla e André Zanetti	Vista Alegre

**Feiras livres noturnas**

<b>Nome</b>	<b>Dia e horário</b>	<b>Endereço</b>	<b>Referência</b>	<b>Bairro</b>
-------------	----------------------	-----------------	-------------------	---------------

Feira do Batel	terça-feira, das 10h às 21h	Rua Alexandre Gutiérrez, s/n	Entre as Avenidas Iguazu e Silva Jardim	Batel
Feira do Juvevê	terça-feira, das 17h às 22h	Avenida Anita Garibaldi, s/n	Entre a Rua Campos Salles e a Avenida João Gualberto	Juvevê
Feira de Santa Felicidade	terça-feira, das 17h às 22h	Rua Via Vêneto, 1275	Praça Piazza San Marco	Santa Felicidade
Feira Novo Mundo	terça-feira, das 16h às 20h	Rua Rosalino Mazziotti, s/n	Entre as ruas Eduardo Carlos Pereira e Rua Doutor José Palú	Novo Mundo
Feira do Hugo Lange	quarta-feira, das 17h às 22h	Rua Presidente Rodrigo Otávio, s/n	Entre as Ruas Augusto Stresser e Deputado Carneiro de Campos	Hugo Lange
Feira do Bacacheri	quarta-feira, das 17h às 22h	Rua Helena de Oliveira Cunha, s/n	Ao lado da Praça Professor Carlos Stellfeld	Bacacheri
Feira do Alto da Glória	quarta-feira, das 17h às 22h	Rua Ivo Leão, s/n	Ao lado do Cemitério Protestante	Alto da Glória
Feira do Jardim das Américas	quarta-feira, das 16h às 21h	Rua Desembargador Joaquim de Oliveira Sobrinho, s/n	Em frente à Praça Riu Mizuno	Jardim das Américas
Feira da Vila Izabel	quarta-feira, das 17h às 22h	Rua Doutor Ary Florêncio Guimarães, s/n	Ao lado da Praça Abibe Isfer	Vila Izabel
Feira do Xaxim	quarta-feira, das 17h às 22h	Rua Cascavel, s/n	Entre as Ruas Luiz dos Santos e Clara Todesko	Xaxim
Feira do Água Verde	quinta-feira, das 17h às 22h	Rua Professor Brasília Ovídio da Costa, s/n	Entre a Rua Guararapes e a Avenida República Argentina	Água Verde
Feira do São Francisco	quinta-feira, das 17h às 22h	Rua Kellers, s/n	Ao lado da Praça Garibaldi	São Francisco
Feira Portão	quinta-feira, das 15h às 20h	Rua Professor Euro Brandão, s/n	Ao lado do Terminal do Portão	Portão
Feira Zumbi dos Palmares	quinta-feira, das 16h às 21h	Rua Lothário Boutin	Próximo ao Hospital do Idoso	Pinheirinho
Feira Lindóia	sexta-feira, das 16h às 21h	Avenida Wenceslau Braz	Próximo à Rua Roberto Koch	Lindóia
Feira Champagnat	sexta-feira, das 17h às 22h	Avenida Cândido Hartmann, s/n	Ao lado da Praça da Ucrânia	Bigorrihlo
Feira do Capão Raso	sexta-feira, das 17h às 22h	Largo Padre Albino Vicco, s/n	Entre a Rua Pedro Augusto e a Avenida Wiston Churchill	Capão Raso

#### Feiras Livres Orgânicas

Nome	Dia e horário	Endereço	Referência	Bairro
Cristo Rei	Terça-feira, das 16h às 20h	Avenida Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 683	Esquina com a Rua Gottlieb Rosenau	Tarumã
Ahú	Quarta-feira, das 16h às 20h	Rua Coronel Brasilino Moura, 783	Largo Erasmo de Rotterdam	Ahú
Portão	Terça-feira, das 7h às 12h	Rua Professor Euro Brandão, 55	Ao lado do Terminal do Portão	Portão

Seminário	Terça-feira, das 7h às 12h	Rua João Argemiro de Loyola, s/n	Entre a Avenida Pres. Arthur da Silva Bernardes e a Rua Santa Madalena Piazzzi	Seminário
EMATER	Quarta-feira, das 7h às 12h	Rua da Bandeira, s/n	Em frente a EMATER	Cabral
Praça do Expedicionário	Quarta-feira, das 7h às 12h	Rua Saldanha de Gama, s/n	Praça do Expedicionário	Centro
Prefeitura Municipal de Curitiba	Quarta-feira, das 7h às 11h	Rua Papa João XIII, s/n	Ao lado da Prefeitura Municipal de Curitiba	Centro Cívico
Praça do Japão	Quinta-feira, das 7h às 12h	Praça do Japão, s/n	Esquina com a Avenida República Argentina	Água Verde
Cabral	Quinta-feira, das 7h às 12h	Rua Bom Jesus, 164	Praça São Paulo da Cruz	Cabral
Jardim Botânico	Sábado, das 7h às 12h	Rua Doutor Jorge Mayer, s/n	Ao lado da Praça Itália	Jardim Botânico
Passeio Público	Sábado, das 7h às 12h	Rua Presidente Faria, 500, e esquina com a Rua Presidente Carlos Cavalcanti	Passeio Público	Centro
Praça da Ucrânia	Sábado, das 7h às 12h	Avenida Cândido Hartmann, s/n	Ao lado da Praça da Ucrânia	Bigorrião
Santa Felicidade	Sábado, das 7h às 12h	Rua Via Vêneto, 1275	Praça Piazza San Marco	Santa Felicidade
Santa Quitéria	Sábado, das 7h às 12h	Rua Capiberibe, 798	Praça Doutor Francisco Ribeiro Azevedo de Macedo	Santa Quitéria

#### Feiras gastronômicas

Nome	Dias e Horário	Endereço	Referência	Bairro
Feira do Sítio Cercado	Segunda-feira, das 15h às 19h	Rua Joaquim de Melo, s/n	Esquina com a Rua dos Pioneiros	Sítio Cercado
Feira do Tarumã/Cristo Rei	Quinta-feira, das 17h às 22h	Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco, 683	Esquina com a Rua Gottlieb Rosenau	Cristo Rei
Feira do Jardim Ambiental	Sexta-feira, das 17h às 22h	Rua Visconde de Guarapuava	Entre as Ruas Atílio Bório e Reinaldo S. de Quadros	Cristo Rei
Feira do Batel	Sábado, das 12h às 20h	Rua Carneiro Lobo, s/n	Entre a Rua Gonçalves Dias e a Avenida Visconde de Guarapuava	Batel
Feira do Futebol	Dias de jogos e eventos no Couto Pereira	Rua Simão Bolívar, s/n	Entre a Rua Mauá e a Rua Augusto Severo	Alto da Glória

#### Feira do Litoral e das Cooperativas

Nome	Dia e horário	Endereço	Referência	Bairro
Feira do Litoral	Sábado, das 7h às 14h	Rua Paulo Gomes, s/n	Praça Dezenove de Dezembro	Centro
Feira das Cooperativas	Sexta-feira, das 8h às 14h	Praça General Osório, s/n	Entre a Travessa Jesuíno Marcondes e a Avenida Vicente Machado	Centro

#### Ponto do Pescado e programas Nossa Feira e Direto da Roça

Nome	Dia e horário	Endereço	Referência	Bairro
Ponto de Pescado	Sexta-feira e sábado, das 8h às 18h	Praça Divina Pastora, s/n	Entre Rua Manoel Ribas e Rua Paulo Martins	Mercês

Direto da Roça Abranches	Sábado, das 7h às 12h	Praça Padre José Joaquim Goral, s/n	Na frente da igreja de Sant' Ana	Abranches
Direto da Roça Orleans	Sábado, das 7h às 12h	Rua Professor João Falarz, s/n	Esquina com Rua Padre Francisco Chylaszek	Orleans
Direto da Roça Jardim Itália	Domingo, das 8h às 12h	Rua Frederico Barz, s/n	Esquina com Rua José Valle	Santa Felicidade
Direto da Roça Pilarzinho	Domingo, das 8h às 12h	Rua Bruno da Silva, s/n	Esquina com Rua São Salvador	Pilarzinho
Nossa Feira Centro	Segunda-feira, das 10h30 às 20h	Rua Paula Gomes, 40	Praça Dezenove de Dezembro	Centro
Nossa Feira Jardim Primavera	Segunda-feira, das 15h às 20h	Rua Dona Bárbara Cid, s/n	Entre a Avenida Senador Salgado Filho e a Rua Simão Brante	Uberaba
Nossa Feira Centenário	Terça-feira, das 15h às 20h	Avenida Jornalista Aderbal Gaertner Stresser, s/n	Entre a Rua Eduardo Engelhardt e a Rua Deputado Acyr José	Cajuru
Nossa Feira São Pedro	Terça-feira, das 9h às 15h	Rua Hermenegildo Bonat, 408	Ao lado do Armazém da Família São Pedro	Xaxim
Nossa Feira Barreirinha	Quarta-feira, das 15h às 20h	Avenida Anita Garibaldi, 6050	Estacionamento do Parque da Barreirinha	Barreirinha
Nossa Feira Campina do Siqueira	Quarta-feira, das 15h às 20h	Rua São Vicente de Paulo, s/n	Ao lado do Terminal do Campina do Siqueira	Campina do Siqueira
Nossa Feira Vila Lindóia	Quinta-feira, das 15h às 20h	Rua Conde dos Arcos, s/n	Entre a Avenida Santa Bernadete e a Rua Galileu Galilei	Lindóia
Nossa Feira Boa Vista	Sexta-feira, das 15h às 20h	Rua Jorge Barbosa, s/n	Entre a Avenida Garibaldi e a Rua Alfredo Wekerlin	Boa Vista